



psicologia e preconceito racial

CADERNOS TEMÁTICOS CRP SP



psicologia e preconceito racial

CADERNOS TEMÁTICOS CRP SP



Conselho Regional
de Psicologia SP

O Caderno Temático vol. 1 – Psicologia e Preconceito Racial é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo

Diretoria

Presidente | Chica Hatakeyama Guimarães
Vice-presidente | Maria José Medina da Rocha Berto
Secretária | Zuleika Fátima Vitoriano Olivan
Tesoureiro | Ana Paula Pereira Jardim

Conselheiros efetivos

Andréa Torres, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Elisa Zaneratto Rosa, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria Ermínia Ciliberti, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza.

Conselheiros suplentes

Ana Paula Pereira Jardim, Andréia de Conto Garbin, Adriana Eiko Matsumoto, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompílio, Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

Gerente-geral

Diógenes Pepe

Organização dos textos

Odette de Godoy Pinheiro

Projeto gráfico e Editoração

Fonte Design | www.fontedesign.com.br

Ficha catalográfica

C744p

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
Psicologia e Preconceito Racial / Conselho
Regional de Psicologia de São Paulo. -- São Paulo: CRP/SP, 2007.
60f.: il; 21 cm.
ISBN 85-60405-00-3
ISBN 978-85-60405-00-8

1. Psicologia I.Título

CDD 150

Elaborada por:

Vera Lúcia Ribeiro dos Santos – Bibliotecária - CRB 8ª Região 6198

cadernos temáticos do CRP/SP

A XII Plenária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo incluiu, entre as suas ações permanentes de gestão, a publicação da série CADERNOS TEMÁTICOS do CRP/SP, com o objetivo de registrar e divulgar os debates realizados no Conselho.

Essa iniciativa atende a diversos objetivos. O primeiro deles é concretizar um dos princípios que orientam a gestão, – o de produzir referências para o exercício profissional dos psicólogos; o segundo é o de identificar áreas que merecem atenção prioritária, em função da relevância social das questões que elas apontam e/ou da necessidade de consolidar práticas inovadoras e/ou reconhecer práticas tradicionais da Psicologia; o terceiro, é o de efetivamente dar voz à categoria, para que apresente suas posições e questões, e reflita sobre elas, na direção da construção coletiva de um projeto para a Psicologia que garanta o reconhecimento social de sua importância como ciência e profissão.

Os três objetivos articulam-se, e os Cadernos Temáticos apresentam os resultados de diferentes iniciativas realizadas pelo CRP/SP que permitiram contar com a experiência de pesquisadores e especialistas, da Psicologia e de áreas afins, para debater questões sobre as atuações da Psicologia, as existentes e as possíveis ou necessárias, relativamente a áreas ou temáticas diversas, apontando algumas diretrizes, respostas e desafios que impõem a necessidade de investigações e ações, trocas e reflexões contínuas.

A publicação dos Cadernos Temáticos é, nesse sentido, um convite à continuidade dos debates. Sua distribuição é dirigida aos psicólogos e aos parceiros diretamente envolvidos com cada temática, criando uma oportunidade para que provoque, em diferentes lugares e de diversas maneiras, uma discussão profícua sobre a prática profissional dos psicólogos.

O primeiro Caderno da série tem, como tema, a posição da Psicologia diante do Preconceito Racial. Será seguido por outros que abordarão: o profissional perante situações de Tortura; sua atuação na Saúde Pública; na Educação; a Psicologia e a Cidadania Ativa, e todos os outros debates que tragam, para o espaço coletivo de reflexão, crítica e proposição que o CRP/SP se dispõe a representar, temas relevantes para a Psicologia e para a sociedade.

Nossa proposta é a de que este material seja divulgado e discutido amplamente, e que as questões decorrentes desse processo sejam colocadas em debate permanente, para o qual convidamos os psicólogos.

Diretoria do CRP 6ª Região (SP)
Gestão 2004-2007

sumário

psicologia e preconceito racial	7
saúde e trabalho	9
educação e esporte	22
justiça e segurança pública	37
assistência social e adoção	47

psicologia e preconceito racial

Um dos eixos centrais na política que vem sendo desenvolvida nos Conselhos de Psicologia, nos últimos dez anos, diz respeito à defesa intransigente dos Direitos Humanos, a qual se apóia na discussão da relação entre a Psicologia e os Direitos Humanos. Trata-se de um debate necessário, a fim de colocar a questão dos Direitos Humanos em um patamar que possibilite o avanço em relação a concepções simplistas, que ora identificam a Psicologia com os Direitos Humanos pelo simples fato de que ambos se preocupam com os homens, e, portanto, são, nesse sentido, “humanos”; ora distinguem um do outro, remetendo as questões de Direitos Humanos a um espaço político com o qual a Psicologia não deveria se confundir.

A discussão sobre a relação entre a Psicologia e os Direitos Humanos aponta para outra direção, desvelando uma relação delicada, em que os saberes da Psicologia podem lançar luz sobre as implicações – nem sempre explícitas, muitas

Os saberes da Psicologia podem
lançar luz sobre as implicações
– nem sempre explícitas,
muitas vezes sutis, mas sempre
importantes – que a violação dos
Direitos Humanos traz para as
vivências subjetivas.

vezes sutis, mas sempre importantes – que a violação dos Direitos Humanos traz para as vivências subjetivas. Ao discutirmos a relação entre Psicologia e Direitos Humanos, estamos preocupados em evidenciar como as situações de desrespeito afetam as subjetividades e como o nosso conhecimento pode servir para a denúncia qualificada e para, com propriedade, colocarmo-nos na luta pela transformação das situações que acarretam a violação dos direitos fundamentais de todos os homens. Trata-se de reco-

nhecer que toda a ação é política e requer posicionamento. O da Psicologia deve ser em defesa de uma sociedade justa e igualitária.

Com esse propósito, foram criadas, nos Conselhos de Psicologia, Comissões Permanentes de Direitos Humanos, em níveis nacional e regional. Temos, então, a Comissão Nacional de Direitos Humanos, do CFP, e, no CRP/SP, a Comissão Regional de Direitos Humanos. Uma das atividades dessas Comissões tem sido a realização de campanhas, a cada dois anos, com temas diferentes, cujo objetivo é o de sensibilizar, denunciar e alertar para determinadas questões existentes em nossa sociedade e que, portanto, dizem respeito também aos psicólogos e à sua atuação profissional. Em 2002, foi lançada uma campanha voltada para a questão do preconceito racial. Com o tema “O preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer”, o objetivo desta campanha foi chamar a atenção para este tema presente em nossa sociedade. Embora já reconhecido, o preconceito racial não foi ainda suficientemente debatido, enfrentado e realmente explicitado. Entretanto, ele provoca o sofrimento psíquico e, portanto, concerne aos psicólogos. É um assunto que, de alguma maneira, tem sido pesquisado e discutido pela Psicologia,

mas sobre o qual ainda há muito a pesquisar, refletir e debater. Foi exatamente por identificar e perceber a necessidade e a importância de sensibilizar os psicólogos e todos os que, com a Psicologia, compartilham dessa questão, que o CRP/SP decidiu promover um ciclo de debates em torno do tema da Campanha Nacional de Direitos Humanos.

O Ciclo de Debates foi realizado em 2003, abordando essa temática em diferentes áreas de atuação do psicólogo. Julgou-se relevante trazer profissionais que atuam em diversas áreas, que são psicólogos ou têm algum contato com essas questões, e que, de algum modo, aproximam-se de temas que dizem respeito ao profissional da psicologia. Esses profissionais, em suas exposições aqui transcritas, apresentam dados e elementos, a partir da vivência cotidiana desse problema, para que possamos registrar suas contribuições, reunindo aspectos e acumulando reflexões, a fim de realmente tentarmos superar essa questão, superar todas as práticas discriminatórias e todas as situações que acarretam sofrimento devido à humilhação promovida pelo preconceito racial.

Marça da Graça Marchina Gonçalves

Conselheira do CRP-06 (gestão 2001-2004 e 2004-2007)

Coordenadora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-06, de 2001 a 2004)

Coordenadora: Maria da Graça Marchina Gonçalves

Palestrantes: Edna Muniz de Souza, Margarida Maria Silveira Barreto

Transcrição relativa ao evento realizado em 8 de maio de 2003, no Auditório do CRP-SP.

Edna Muniz de Souza

Assistente Social, mestranda em Psicologia Social pela PUC - São Paulo, coordenadora da Área de Saúde do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e profissional da equipe do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Freguesia do Ó, Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de São Paulo.

Neste evento, abordarei o trabalho que realizamos no Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), uma ONG que atua em São Paulo há 12 anos, desenvolvendo programas de pesquisa e intervenção nas áreas de educação, saúde, trabalho e políticas públicas, com ênfase em gênero e raça.

O CEERT iniciou sua trajetória em São Paulo, junto ao movimento sindical, contribuindo nas questões raciais. Diferentes Centrais Sindicais, Confederações e coletivos de gênero e raça participaram, no período, de capacitações, treinamento e pesquisas com ênfase na temática. A ONG contribuiu formalmente com a OIT (Organização Internacional do Trabalho) na formulação da convenção 111, que trata das discriminações nas relações de trabalho.

Pretendo abordar as dimensões do que podemos nomear discriminação e humilhação nas relações de trabalho, identificando casos que ocorrem com trabalhadores(as) negras, os quais chegaram aos serviços de saúde do trabalhador (unidades de saúde do SUS, sindicatos, ONGs e institutos de pesquisa), focalizando alguns aspectos referentes ao entrelaçamento da dimensão subjetiva do racismo e suas manifestações expressas nas relações de trabalho. Pretendo, ainda, apresentar algumas propostas de ações relacionadas com a temática.

A replicabilidade da experiência tem indicado que, mesmo nos governos com gestão de partidos da esquerda, ao tratar da questão da desigualdade, enfrentam-se dificuldades ao lidar com a problemática da desigualdade étnico-racial. Ou seja, quando se fala de pobreza no Brasil, refere-se a uma pobreza generalizada, mas os dados demonstram que ela tem cor. Ao detalhar um pouco mais estes dados – local de moradia, qualidade de vida, acesso aos serviços e ao sa-

neamento básico – aparecem diferenças acentuadas entre brancos e negros.

Há alguns anos, organizamos um evento aqui no CRP/SP (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo), a fim de discutirmos o mercado de trabalho e a raça, dentro do tema da inclusão social. Esse seminário foi proposto com o objetivo de se apresentar e se refletir sobre os critérios mais utilizados na seleção/recrutamento e promoção, e de se saber como os profissionais de recursos humanos incluem, nos processos, a diversidade racial e de gênero.

Nas nossas ações, sempre sentimos uma certa dificuldade para mostrar as condições desiguais de trabalhadoras e trabalhadores negros, porque este dado importante – o quesito cor – nem sempre consta dos formulários. Os formulários, no serviço público e privado, usam a denominação do IBGE: preto, pardo, branco, amarelo e indígena. Mesmo quando o quesito está no formulário, nem sempre é preenchido.

Dessa forma, impossibilita saber qual é, de fato, a situação atual dos trabalhadores negros(as), a não ser graças a algumas pesquisas. Uma delas, por exemplo, é a do Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial (INSPIR) que, em 1999, elaborou o mapa da população negra, reunindo todas as centrais sindicais. Este mapa abrange cinco regiões metropolitanas do Brasil e, portanto, é um estudo de como os negros estão posicionados no mercado de trabalho brasileiro.

O CEERT assessorou a elaboração do mapa, e a pesquisa, realizada pelo DIEESE, demonstrou que existem diferenças no mercado de trabalho, quando analisado com base no quesito cor, em alguns dados, por exemplo: negros e negras entram mais cedo e saem mais tarde do mercado do trabalho, o que indica que, proporcionalmente, as jornadas

de trabalho de negros são mais longas, se comparadas com a dos brancos. É preciso esclarecer que, quando me refiro a negros(as), estou somando os quesitos “preto” e “pardo”, considerando os critérios do IBGE.

O mapa também revela que, de forma geral, os negros(as) ocupam os piores lugares no mercado de trabalho, desenvolvem as tarefas mais insalubres e vivenciam situações de maior precariedade. Além disso, ele traz outros dados, como os que se referem ao desemprego. Os negros ficam mais tempo desempregados, em comparação aos brancos. Quando separamos profissões técnicas e profissões com menos qualificação, são os negros que ocupam, no Brasil, a maior parte dos lugares no setor de serviços.

Este mapa do INSPiR é público, as pessoas podem solicitá-lo às centrais sindicais, pois é um instrumento muito importante para analisar a desigualdade no mercado de trabalho.

Quanto à questão de saúde, algumas doenças, nós já sabemos, atingem mais negros do que brancos. A hipertensão é uma delas. Destacamos a hipertensão porque tem a ver com a pressão, que significa apertar, oprimir, empurrar. Por que essa relação acontece com os negros? Porque são eles que precisam estar, o tempo inteiro, preparados para algum contra-ataque, relacionado à discriminação racial. É a opressão cotidiana que se sofre ao se entrar num supermercado, restaurante ou hotel e saber que poderá receber um tratamento diferente do propiciado ao branco. Este tipo de racismo é invisível.

O relato do caso que apresentarei está baseado nos depoimentos de quem passou por essa situação e narrou como é, de fato, ser discriminado invisivelmente, porque nem sempre as pessoas discriminadas dizem que o são porque são negras. Na verdade, foi possível identificar, durante o acompanhamento do caso, que é muito mais difícil provar que aquela pressão ou opressão sofrida está relacionada ao racismo vivenciado cotidianamente nas relações de trabalho.

Três merendeiras que atendemos tiveram a coragem de trazer a público a sua experiência dentro de uma escola pública estadual, de São Paulo. Algumas pessoas têm coragem de falar, outras acabam “deixando para lá”: “Não, acho que não é comigo... Não foi racismo... Isso não acontece...”. As pessoas que vivem situações de discriminação racial, geralmente, deixam passar a oportunidade de dizer “basta!”, de defender os seus direitos. Mas não foi o que ocorreu neste caso.

O departamento jurídico do CEERT trabalha com casos emblemáticos, que possam dar subsídio para outros que ocorrem no Brasil, criando uma jurisprudência.

Este caso chegou ao CEERT em 2000 e envolvia três mulheres negras, merendeiras, que denunciavam a prática de racismo dentro de uma escola pública.

O diretor, enquanto era professor da escola, tinha uma relação boa com as merendeiras. Chegava, tomava cafézinho, conversava... Depois de algum tempo, ele foi promovido a diretor e começou a mudar.

Segundo as merendeiras, ele dizia: “Tudo bem, tomar ca-

fezinho na mesa, tal... Mas a minha empregada, que é preta, não senta comigo para almoçar”. E elas pensavam: “Ah, mas isso não tem nada a ver! Eu acho que ele está falando isso, mas não é bem isso que nós estamos entendendo”.

Primeiro, este fato parecia ser algo comum, e é assim que a maioria da população brasileira o entende.

No entanto, quando esse senhor passou a ser diretor da escola, começou realmente a usar práticas de racismo em relação às três merendeiras.

Elas perceberam a diferença de tratamento, pois ele dizia, na frente de alunos, professores, dentro da escola, “que elas eram pretas da senzala, que o lugar delas era na cozinha”.

Em algumas situações, como lavar o banheiro, ele as humilhava mesmo: “O serviço não está bom, então, lavem novamente” ou “O chão que vocês limpam não está devidamente limpo, podem refazer...”.

Na distribuição de tarefas, ele dizia que a vice-diretora da escola era responsável pelas merendeiras pretas e que ele era responsável pelas brancas. Assim, as brancas tinham o direito de realizar o “trabalho mais limpo”, vamos dizer assim. Elas podiam ir para a coordenadoria de ensino, ir ao banco... trabalhos que não exigiam esforço físico.

Enquanto isso, às funcionárias negras, denominadas pelo diretor “as pretas da senzala”, caberia todo o trabalho mais pesado e sujo dentro da escola. Na distribuição de tarefas e de privilégios, ele também agia de forma diferenciada. Nem sempre elas podiam ter suas faltas abonadas, que é um direito dentro do serviço público, já que precisavam passar pelo critério dele.

O horário de chegada e de saída era mais cobrado das mulheres negras do que das brancas, o que configurava privilégio. Tudo isso foi fazendo com que elas comessem a perceber, após dois anos de humilhações, que estavam sofrendo discriminação racial.

Elas viram esta situação, cotidianamente, durante dois anos. Não tinham vontade de ir trabalhar, as relações com a família pioraram, tinham insônia. Portanto, os problemas no trabalho vão além dele. Até que chegou um momento em que elas decidiram: “Vamos denunciá-lo”.

O setor jurídico entrou com uma queixa-crime e foi feito um primeiro B.O. (Boletim de Ocorrência) na delegacia. Depois, foi montado um processo jurídico. O diretor da escola pública responde judicialmente, por prática de racismo. Mas há a necessidade de se discutir a responsabilidade da instituição Estado que mantém uma pessoa nesta posição, como diretor de uma escola, que deveria estar lá para trabalhar com a educação e, portanto, dispensar outro tratamento aos trabalhadores. Então, a responsabilidade também é do Estado.

As merendeiras chegaram ao CEERT precisando de apoio psicológico. Havia um lado jurídico, até porque existia o pedido de indenização (que é uma questão complicada), mas, também havia o sofrimento delas durante o processo. Esta é a discussão: o sofrimento psíquico nas relações de trabalho.

No processo, consideramos que existe um dano psíquico, devido à situação vivenciada por essas mulheres durante dois anos, e que elas ainda vivenciam, porque fica uma marca... Não dá para dizer: “Bom, ele está sendo julgado e agora está tudo bem comigo”. Não é assim. Essa agressão provoca humilhação, abalando questões internas. E há uma intencionalidade. Mesmo no supermercado ou no restaurante, há, no tratamento dife-renciado, uma intencionalidade que é invisível, mas ocorre e deixa marcas. E é aí que a psicologia pode contribuir, com seu olhar e sua escuta.

Nós só conseguimos que essas mulheres, depois de todo esse tempo, se sentissem seguras para continuar com o processo porque elas foram ouvidas por profissio-nais da área de Psicologia, do Serviço Social e da área jurídica. Nós trabalhamos com um grupo que chamamos Grupo de Consenso, em que elas podiam falar das suas vivências/experiências com os profissionais do CEERT.

Aos poucos, fomos construindo a história com as trabalhadoras. E este Grupo de Consenso colhia a história e as acolhia, fazendo com que essas mulheres pudessem se sentir mais fortalecidas diante de tudo aquilo que ainda estavam vivendo dentro da escola. Elas foram se apoderando e buscando outras formas de ajuda.

A Apeoesp foi uma instituição que auxiliou de fato. Houve uma mobilização de alunos e professores da escola, que foram para a rua, dizendo: “Existe discriminação na escola e esta discriminação deve, de alguma forma, ser denunciada”. Então, elas foram para os jornais, e o caso ganhou repercussão na mídia impressa e televisiva.

Eu sempre gosto de comentar sobre o que elas falavam, porque, conforme fomos construindo essa história com as três, por meio de entrevistas individuais e grupos de atendimento, elas foram percebendo como o diretor foi mudando, por isso, elas tinham dúvidas se, de fato, tratava-se de discriminação.

Suas frases, duran-te as entrevistas, foram marcantes. Uma delas relatou: “Eu fiquei muito feliz o dia que falaram para mim: a senhora é auxiliar de serviço e será designada para a cozinha da escola. Fiquei feliz porque eu gosto muito, adoro cozinhar, então juntou uma coisa com a outra. Eu gosto de criança e gosto muito de cozinhar. Fiquei feliz”. No início, uma delas contou: “Só que, depois, ele me xingou. Me chamou de vagabunda, falou que, se eu não quisesse trabalhar, ele iria me mandar para o Tucuruvi e me colocar à disposição, e proferiu palavras de baixo calão”. Outra, evangélica, fazia o controle da merenda, e, durante esta atividade, ele dizia: “Faltam coisas e você está roubando em nome de Jesus”. Estas situações hu-milhantes sempre aconteciam publicamente.

Uma delas contou que: “Essas situações agravaram a minha saúde, porque eu sou hipertensa, e, mesmo tomando remédio e fazendo dieta direitinho, a hipertensão é uma doença que não tem cura. Se eu passo nervoso, lógico que eu choro”. Como era hipertensa, a hipertensão foi se acentuando

com esta situação, originando vários afastamentos. A outra também afirmou que, antes, fazia os serviços na Secretaria da Fazenda, Delegacia de Ensino, no banco, e aí o diretor cor-

Uma delas contou que: “Essas situações agravaram a minha saúde, porque eu sou hipertensa, e, mesmo tomando remédio e fazendo dieta direitinho, a hipertensão é uma doença que não tem cura. Se eu passo nervoso, lógico que eu choro”.

Edna Muniz de Souza

tou. Para ela, isso era uma coisa importantíssima, porque se sentia valorizada ao fazer serviços assim. Depois, ela passou a fazer somente os serviços de limpeza. Isso é uma forma dediscriminação, com certeza.

Por meio destes contatos e entrevistas, fomos montando, com o Grupo Consenso, um quadro que chamamos de “dano psíquico”. Trata-se de questões levantadas nesses relatos que nós relacionamos com problemas psíquicos ou físicos que tiveram impacto nessas mulheres: a irritabilidade, a perda de ânimo para trabalhar, a fobia diante do agressor, o nervosismo, o sentimento de perda de força, baixa auto-estima, instabilidade emocional, crises constantes de choro, alteração da memória, sensação de estar enlouquecendo, esgotamento mental, mudanças na rotina, pensamentos suicidas, depressão, distúrbios do sono e psicossomáticos em geral.

Hoje, elas têm um outro jeito de lidar com a questão da discriminação. O diretor foi punido, a Secretaria da Educação o afastou da direção da escola e ele está respondendo a um processo criminal.

Além disso, elas, individualmente, tiveram momentos mais privilegiados na escola, que, inclusive, optou por ter um diretor negro, além de vários professores negros, e ainda se propôs a discutir um pouco mais a questão da discriminação racial. Isso durou um período, porque, atualmente, essas mulheres voltaram a ser discriminadas. O diretor negro, na verdade, ausenta-se da escola e é uma vice-diretora branca que coordena todas as ações escolares. Ela, de certa forma, também tem atitudes discriminatórias em relação às três. Uma delas, inclusive, decidiu sair da escola, pediu transfe-rência, porque achou que não agüentaria reviver a situação.

A questão não é individual, mas institucional. Não adianta mudar o diretor, colocar professores negros, não é esta a questão.

Apesar disso, sob o ponto de vista individual, elas hoje se sentem mais fortalecidas para enfrentar determinadas situações, e participam mais das discussões sobre as questões raciais.

Assim, tornaram-se lideranças, na medida em que servem de exemplo de coragem para outros(as) trabalhadoras denunciarem situações de discriminação. Em vários momentos, elas contam sua história com propriedade e conseguem atrair outras pessoas que vivenciam histórias semelhantes para essa luta.

Depois de todo esse percurso na tentativa de garantir a validação da constituição, a preocupação que fica é: “Como a sociedade enfrenta a discussão sobre a discriminação racial?”. E, mais do que isso: “Como algumas categorias – e aqui estamos diante da categoria dos psicólogos – vão passar a lidar com uma escuta diferente?”. Toda vez que relato esse caso – e já fui para vários lugares para falar sobre isso – sempre encontro pessoas na platéia que já experimentaram situações como essa.

Se uma mulher negra chegar ao consultório e disser: “Bom, eu estou deprimida, estou mal...”, como construir uma história incluindo questões como essas? Porque, na verdade, este fato ocorreu na vida dessas mulheres, veio do seu cotidiano, e tem de ser percebido pelos serviços de saúde, de um modo geral, e pelos de Saúde Mental, em particular. Acho que os serviços de saúde não estão preparados para lidar com isso, nem os profissionais, em seus consultórios. Como tratar a hipertensão, por exemplo, sem considerar a experiência que elas estavam vivenciando? Como trataremos a humilhação, a discriminação, se não tivermos esta escuta ou esta preocupação com estas questões que são invisíveis, mas que devemos revelar, porque, se nós não considerarmos que elas têm impacto no psiquismo e na vida das pessoas, não será possível lidar com isso no dia-a-dia das diferentes categorias profissionais.

Referências

ADORNO, Theodore et al. *The authoritarian personality*. New York: Harper & Row, 1950.

AGUIAR, André Luiz S. Assédio Moral: estudo de caso de maus-tratos por racismo no ambiente de trabalho. Salvador: UNIFACS, 2003. (mimeo).

ARAÚJO, Maria José de Oliveira. Reflexões sobre a saúde da mulher negra e o movimento feminista. *Jornal da Rede de Saúde*, São Paulo, n. 23, p. 25-26, mar. 2001.

BARRETO, Margarida. *Violência, saúde e trabalho (uma jornada de humilhações)*. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, 2005.

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento; CARONE, Irai (Org.). *Psicologia social do racismo – Estudos sobre a branquitude no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial. Mesa-redonda sobre a saúde da população negra*, 18 jun. 1996. Anais... Brasília: 1996.

CHIOZZA, Luís A. (Org). *Os sentimentos ocultos em: hipertensão essencial, transtornos renais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1980.

FREUD, Sigmund. *Los dos principios del funcionamiento mental*. Madri: Biblioteca Nueva, 1911.

GOMES, Celeste Leite dos Santos Pereira. *Dano psíquico*. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

HIRIGOYEN, Marie-France. *Assédio Moral. A violência perversa no cotidiano*. São Paulo: Editora Bertrand do Brasil, 2002.

INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. *Mapa da população negra no mercado de trabalho no Brasil – CUT, CGT, FS, AFL-CIO e ORIT. Execução Técnica: DIEESE*, 1999.

NETO, Francisco Drumond Marcondes de Moura. *Agravos à saúde mental e racismo relacionados ao trabalho. Texto elaborado para laudo das merendeiras*, 2003. (mimeo).

SATO, Leny. *Trabalho e saúde mental*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS E CONTEÚDOS BÁSICOS EM SAÚDE, TRABALHO E MEIO AMBIENTE, de 31 de julho a 4 de agosto de 1995, Cajamar. Anais...São Paulo: CUT-Nacional, 1995.

SAWAIA, Bader Burihan. *Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora*. In: LANE, S.T.M.; SAWAIA, B. B. (org.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense/EDUC.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Neusa S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva Bento. *Resgatando a minha bisavó: discriminação racial e resistência nas vozes de trabalhadores negros*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

VIGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. WERNECK, Jurema (Org.). *O Livro da Saúde das Mulheres Negras*. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000.

Margarida Maria Silveira Barreto

Médica do Trabalho e ginecologista, é mestre em Psicologia Social, assessora técnica no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Plásticas de São Paulo e professora da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, no curso de especialização em Medicina do Trabalho.

Antes de iniciar a minha exposição, gostaria de contextualizar muito rapidamente como nasceu a pesquisa sobre a qual vou falar aqui. Dou assessoria ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Plásticas há mais de dez anos e sou médica. A partir de 94, 95, um fato começou a me chamar a atenção de uma forma muito sensível. Aqueles homens e mulheres que eu atendia no dia a dia, com queixas de LER (lesões por esforços repetitivos), perda auditiva, asma, me traziam além daquela patologia, a queixa, de um sofrimento acentuado. E era um sofrimento que eu, enquanto médica, e não enquanto psiquiatra ou psicóloga, ou seja, com a minha limitação de entender esse aspecto trazido por esses trabalhadores, percebia que era um sofrimento que ia além da doença, era um sofrimento que não era intrapsíquico, mas um sofrimento ocasionado por situações sociais que estavam, em sua origem, no mundo do trabalho.

A partir daí, fiquei mobilizada para entender mais, e aí veio a minha ida à Psicologia Social na PUC, no sentido de tentar, enquanto médica, e com essa vontade não só de compreender, de escutar, de ouvir, mas também de ver o que eu podia fazer, já que eu estava dentro de um sindicato. Essa foi a grande motivação: compreender esse sofrimento que a meu ver, não era só causado pela doença, não era intrapsíquico, mas que vinha junto à doença e por isso, era um sofrimento imposto.

Minha dissertação, cujo nome é *Uma jornada de humilhações*, parte dessa motivação e da fala de um trabalhador, que chorando me disse em um certo dia: “Doutora, eu vivo uma jornada de humilhações”. Isso me tocou profundamente.

Escutei 2072 trabalhadores de 97 empresas grandes e médias. As pequenas empresas, intencionalmente excluí da pesquisa. Isto porque percebia que na empresa pequena, o patrão está ali presente e muitas vezes também está no posto de trabalho. Nesta situação, é mais comum, diria, as agressões verbais, os gritos e xingamentos. Em uma multinacional, temos aquela idéia que a coisa deve ser um pouquinho diferente, que as relações não devem ser tão hostis como numa empresa pequena. Então, essa foi à idéia que me levou a optar por empresas de grande porte e de médio porte. Queria saber como ocorrem as relações de trabalho, se há ou não espaço para construir e consolidar os laços de amizade entre os pares, especialmente da produção.

Dessas 2072 pessoas escutadas, 42% - e aí vem uma grande surpresa também - apresentavam histórias de humilhações e agressões repetitivas, sistemáticas na sua relação de trabalho. Então, dá para compreender o porque de “uma jornada de humilhações” quando o trabalhador vem e nos diz o que

está sofrendo. Passamos a designá-la como violência moral no trabalho - não a violência física - pois estamos falando da relação com o outro e de sua subjetividade. Estamos falando de força que pode ser física, mas que no caso dessas humilhações, a força é psicológica e também pode ser moral e econômica. Muitas vezes, falamos assédio moral no trabalho. Por que assédio? Assediar é cercar o outro, é não dar trégua, encurralá-lo em um espaço bem delimitado, com uma intencionalidade. Para se ter idéia de como isso se passa, podíamos até pensar em uma guerra, com as estratégias que nela são utilizadas. Então assediar é isso, não dar trégua ao outro com o objetivo de matá-lo, eliminá-lo, demitindo-o ou forçando-o a pedir demissão. Portanto, se formos pensar qual é o conceito de assédio moral ou de violência moral no trabalho, se caracteriza principalmente por um comportamento negativo, a-ético, desumano, que acontece entre colegas, e

A violência moral é caracterizada pela intencionalidade e direcionalidade, e que, por isso, ela não é instintiva, agressiva, na medida em que o outro tem um objetivo claro, que é eliminar aquele que entra em desacordo com as normas instituídas.

Margarida Maria Silveira Barreto

de uma forma muito mais freqüente entre o superior hierárquico e o seu subordinado. Atinge a dignidade, a identidade, a personalidade e a saúde, violando direitos fundamentais. E muitas vezes, isso acontece com a complacência ou com o silêncio dos demais que assistem e testemunham e que fazem o pacto do silêncio. Se calam por medos: de perder o emprego, de não se reinserir no mercado, de ser humilhado, de não resistir, medo de adoecer e vergonha por ter testemunhado as humilhações e nada fazer. Humilhar o outro muitas vezes pode ser de uma forma direta, aberta e visível, mas a maior parte das vezes é muito sutil, quase invisível e até com uma certa dose de sedução e cuidado. E por isso, a dificuldade que as pessoas têm de admitirem e pensar: “Será que é da

minha cabeça? Será que sou eu que estou enlouquecendo? Porque ele não está fazendo nada disso com outras pessoas, é só comigo! Então devo ser eu que sou diferente, diferente no sentido de não estar me adaptando ao que a empresa quer”. O processo da culpabilização vem acompanhado de todo esse estranhamento daquele lugar que a pessoa já não reconhece mais como seu e não é reconhecido como trabalhador.

Para o trabalhador, o trabalho é central em sua vida. Quando perguntamos: “O que é o trabalho para você?” Ouvimos “O trabalho é tudo. O trabalho é que me identifica, o trabalho é que me dignifica, o trabalho é onde eu me reconheço e sou reconhecido diante do outro”. O trabalho é tudo na vida de um trabalhador. O objetivo do assédio é muito claro. Existe uma intencionalidade sutilmente assentada nos atos que discriminam e rebaixam: forçar o outro a pedir demissão, fato que é o melhor para empresa. Se não se demite, a empresa o demitirá, sendo esse processo, muito rápido na empresa privada. Essas 97 empresas que pesquisei eram privadas. Digo isso, pois o assédio moral na instituição pública é mais moroso, talvez porque a entrada numa empresa pública é diferenciada, quer pela via do concurso ou outros mecanismos, como indicação de um político ou amigo. Na empresa privada, não. É por isso que nesta, o processo de descarte é rápido. O inconveniente é transformado em refugio social, em pouco tempo. E as multinacionais, são eficazes para eliminar aqueles que consideram impróprio a organização. Então, existe a intencionalidade definida antecipadamente e explicitada como a necessidade de provocar no outro, um sentimento de inutilidade, de lixo, de ninguém, de nada. A pessoa, ela mesma, começa a perceber que não é necessária naquele espaço e se isola aos poucos daqueles que a isolaram. As estratégias mais adotadas incluem isolar, desmoralizar, constranger, inferiorizar e desqualificar, de forma ordenada e sistemática, forçando o outro a pedir a demissão.

Ao isolamento, segue a negação do diálogo, a indiferença, a desqualificação profissional, os boatos destrutivos, as ironias frequentes, os aconselhamentos que reforçam a culpa, a cumplicidade do coletivo que tolera e silencia. Se um funcionário ‘não se adapta’ as normas disciplinadoras, não tem o ‘perfil’ adequado aos interesses da instituição. E a empresa utilizará métodos disciplinares sutis ou explícitos, que minará a resistência. Se resistir, será demitido, chegando ao fim do assédio ou da batalha.

Quando falamos em violência, intencionalidade, direcionalidade e temporalidade, estamos saindo do campo da agressividade. E isso, por que? A intencionalidade tem implícito um saber-querer: “eu sei porque humilho e a quem humilho”. Há uma direcionalidade: sabemos a quem humilhar. Essa prática implica um sistema de símbolos, de valores, de representações que vai culminar com a estratégia da violência moral. Nestas relações, predominam condutas abusivas e negativas, sendo por isso uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos

práticos e emocionais para os trabalhadores, as trabalhadoras e também para a organização.

A violência moral ou assédio moral no trabalho se explicita em palavras, gestos, risos, comentários grosseiros e irônicos, rebaixamentos e menosprezo pelo que o outro faz ou diz. São relações sem ética, onde predominam condutas abusivas e negativas, de um ou mais pessoas contra uma outra que é isolada do grupo. Atingem a dignidade e identidade do outro, pondo em perigo não somente o emprego, mas as condições de trabalho e a saúde de todo o coletivo, que no tempo, passam a produzir menos. Como se explicita a violência no mundo do trabalho? como uma política da empresa, institucionalizada. Também, que é o mais comum, apresenta-se na forma individualizada, mas todos estão expostos a este risco não visível.

Se pensarmos no assédio institucionalizado, vamos refletir os PDV's ou os PDI's. Quem não conhece o que significa esse processo? Ora, se tenho um programa de demissão *voluntária*, não preciso de um programa, muito menos incentivar a demissão. Os programas envolvem pactos, pacotes sociais, em que também é colocada uma série de estímulos para as pessoas aderirem àqueles programas. É necessário que as pessoas adiram de verdade, é necessário que as pessoas sejam afetadas por aqueles programas da forma a mais negativa possível. Nós acompanhamos muito de perto o que foi o processo de privatização do Banespa, em que havia um discurso muito confessadamente explicitado, diretamente colocado: “Nós precisamos de sangue novo”. Sangue novo, o que é? É o pessoal abaixo de 35, porque quem tem 35 anos é sangue velho, e deve ficar fora. Diziam: “Nós precisamos oxigenar a empresa”. O que é oxigenar? É trazer gente nova! E uma série de outras frases que vão aparecendo ao longo do processo. As organizações, usam e abusam de políticas punitivas para aqueles que não alcançaram a produtividade imposta. Como exemplo, forçar passar em corredor polonês, agachado, aquele trabalhador que não cumpriu ou ultrapassou a meta. E enquanto percorre o corredor, seus colegas além de bater em partes diferentes de seu corpo, repetem entre risos: “burro”, “incapaz”, “maldito”, “imprestável” etc..enquanto os seus colegas se distraem como esse sofrimento imposto.

Quando falamos do aspecto individual, nos referimos a uma perseguição frente a uma conduta passiva ou silenciosa do próprio coletivo. Quem é afetado pelo assédio moral de uma forma mais intensa? São as mulheres, e na produção os negros e as negras. Digo na produção, porque o mundo do trabalho é dividido não só por sexo, mas por raça, classe social. E as mulheres e homens negros estão distribuídos muito mais na produção, manutenção, limpeza e cozinha do que no setor administrativo. Justificam este lugar desvalorizado e mais vulnerável a doenças, devido a baixa escolaridade dos trabalhadores negros. Mas, quando chegam ao setor administrativo, raramente são promovidos, mesmo quando possuem alta escolaridade.

Quanto a temporalidade, repete-se as humilhações até o outro não agüentar e fraquejar. Não é uma vez. E quando eu digo “não é uma vez” não significa que eu esteja dizendo: “Olha, uma vez pode”. Nós não podemos concordar com **nenhum** ato de violência ou assistirmos e ficarmos passivos, porque o silêncio é cúmplice da violência. Um ato, leva a outro ato, e a outro e a outro. E no caso do assédio moral, a repetitividade e o longo tempo a que homens e mulheres ficam expostos, produz mal estar, altera a saúde desencadeando transtornos psíquicos. E se procuramos negar os atos de violência, justificando-os com comentários como: “ele é assim mesmo”, “ele está nervoso”, “é o jeito dele”, “ele é bruto até em casa”, de alguma forma, estamos naturalizando e banalizando a violência e andando para a barbárie.

Quando somos assediados, não temos disponibilidade para o lazer, não temos tempo para família ou amigos. E essa prática, que tem sua origem na organização do trabalho em consequência das múltiplas exigências da flexibilidade, competitividade estimulada, pressões e opressão da chefia, horas extras, dupla jornada, trabalho em turno e noturno, nos leva a perda do prazer e consequente vivência do sofrimento e até mesmo repetição da violência em família.

Quando falamos que existe na violência a intencionalidade e direcionalidade, ressaltamos que ela saía do campo do instintivo, do agressivo, na medida em que o outro tem um objetivo claro que é eliminar aquele que entra em desacordo com as normas instituídas. Na temporalidade, há um processo constituído por um conjunto de estratégias e decisões, de atos e comportamentos, atitudes e sinais que ao primeiro momento, parecem não ter significado; resalto ainda, as mentiras, cooptações, corrupções e ameaças que abarcam as práticas de assédio moral. Quem sofreu a violência moral, viveu um processo violento, um processo de tortura psicológica.

Aviolência envolve o poder, sendo necessária ao sistema em qualquer de suas manifestações. Mas, o que chama a atenção é a sua intensificação nas últimas duas décadas. E o que aconteceu dos anos 80 para cá no mundo do trabalho? Reestruturações, reorganizações, novas políticas de gestão, novas normas, nova forma de administrar a lucratividade e consequentemente, novos sentidos, nova disciplina, uma disciplina muitas vezes bastante férrea, mascarada pelas políticas de qualidade de vida, mascarada pelas ferramentas afetivas e política de responsabilidade social corporativa para o extra muros.

Há empresas que colocam em cada setor da produção, quadros emocionais com as cores do semáforo, devendo os trabalhadores, ao chegar pela manhã, colocar o seu cartão no lugar correspondente a “como se sente” naquele dia. Os trabalhadores aprendem que depois da terceira colocada do crachá na parte vermelha, por exemplo, é encaminhado para o psicólogo, e logo depois, vai para a rua. Se adoecer dentro da empresa adquirir um passaporte para a demissão. O poder é coercitivo e punitivo, porque é um poder que se instaura tendo

o medo como base, daí a gestão pelo medo, pois as empresas sabem que por medo de perder o emprego, as pessoas dão o máximo de si e se submetem, sem reclamar.

Assim, as novas políticas de gestão, violam direitos, hierarquizando funções. Por exemplo, o executivo tem mais possibilidade de fazer ginástica no interior da empresa, de ir a um psicólogo, de ir ao médico. O trabalhador da produção, quando precisa de um médico, deve ir após o trabalho ou nos dias de folga. Quando adoecer, vai ao ambulatório da empresa, toma uma medicação e retorna a produção. A diferenciação de trato chega a tal ponto que existem Bancos que oferecem ao executivo paulista, por exemplo, um psicólogo do Rio, ou o psicólogo do Rio vem até São Paulo, para atendê-lo. Então o que existe, é um mundo do trabalho que oprime, que hierarquiza, que discrimina e exclui ou que tenta colocar na norma aquele que não se adequou, que criticou, que adoeceu de tanto trabalhar e que não deu a produtividade imposta.

Nós vivemos numa sociedade autoritária e essa violência no espaço do trabalho, no mundo do trabalho, ela não está apenas lá, se manifesta em outros espaços. Nós nascemos colônia, dependentes. Submetemos aqueles que não se adaptaram aos costumes dos colonizadores, os índios, e quando esses se rebelaram, se esconderam, morreram de doenças variadas, então, importou-se o negro. Então é necessário que a gente pense na história e não perca a possibilidade de entender o processo.

No mundo do trabalho, essas práticas se concretizam e se atualizam cotidianamente, via chefes. São eles, os detentores de uma certa autoridade e, simultaneamente, mediadores das ordens a serem cumpridas. A ele é designado o comando dos seus subordinados, retirando de cada um e do coletivo, a maior produtividade possível. Pressionado por uma estrutura burocrática, exerce o mando de forma autoritária, revelando-se muitas vezes, um pequeno déspota, indiferente ao sofrimento e dificuldades alheias. Para alcançar ou ultrapassar as metas, exige sem sentimentalismo e rusticamente dos seus subordinados, uma obediência cega ao seu comando, pressionado e oprimindo. Escolhendo, humilhando, isolando e punindo.

Se pensarmos nos negros, a situação é mais agravante. Ninguém diz que o negro não pode ser promovido. Que o negro não pode fazer cursos e reciclar conhecimentos. Não é explícito, mas está implícito. Há um teto de cristal, não sobe, ele cai e não pode se machucar, porque o “negro tem pele dura”; “pele dura não se fere”; “pele dura é para isso mesmo, é para trabalhar”; “é para dar pesado”. “É couro, não é pele”. Então é necessário que pensemos nisso, por mais que nos incomode, porque enquanto nós não trouxermos para as nossas reflexões, para a nossa prática essa dimensão da violação dos direitos, é difícil mudar. Podemos até mudar o discurso, mas o essencial é mudar a nossa prática, e para mudar a nossa prática é preciso que sintamos essas práticas racistas como atos que discriminam, que violam direitos do outro, que machucam e faz sofrer. É necessário que escutemos

a voz de sofrimento, essa voz desesperada e que tem muito a nos ensinar se sairmos da nossa lógica de “brancos” para tentar compreender a lógica do outro.

Quando analisamos o que acontece no ambiente de trabalho, na forma de organizar e administrar o trabalho, nas políticas de metas, nas relações hierárquicas assimétricas que se estabelecem e na quebra dos laços de amizade, constatamos que a violência moral no local de trabalho, em qualquer de suas manifestações, constitui um risco invisível a saúde e segurança dos trabalhadores/as, cuja objetividade não deixa dúvidas, pelos danos e agravos à saúde física/mental,

favorecendo uma degradação deliberada das condições e ambiente de trabalho.

Neste sentido, os atos de violência ou assédio moral não constituem uma falha da política empresarial, ao contrário, é necessária para manter a ordem, a disciplina e aumentar a produtividade nas empresas. Quer se manifeste no impedimento da fala, nos gestos e atitudes hostis, nas ironias e ridicularizações, nas desvalorizações e desqualificações, nas discriminações e prática racista, a violência moral no trabalho deve ser repudiada e denunciada, enquanto modos de produzir e administrar.

Debate

MARIA DA GRAÇA MARCHINA GONÇALVES: Vou comentar a pergunta de duas pessoas que se referiram à formação do psicólogo ou à função do psicólogo.

A Psicologia é a ciência que nos ensina a olhar o que não está explícito, o que é não dito, o que está encoberto, num nível muito individual. E eu acho que este debate está nos mostrando que esse sofrimento, causado pelo preconceito, pela humilhação social, têm sua origem na maneira como se constituem as relações e a sociedade. A Psicologia tem um olhar, sim, para o não dito, no entanto, esse é um olhar muito dirigido para as questões específicas. Acho que tanto a Edna quanto a Margarida apontaram que o indivíduo assume o problema para ele, e depois sofre individualmente, se culpa. Mas não podemos deixar de falar que este sofrimento é consequência de como as relações estão constituídas, do que é exigido, imposto. E eu creio que é este discurso, este olhar da Psicologia, que precisa mudar. Uma das maneiras de a gente tentar interferir na formação é começar realmente a falar, no debate, sobre essa dor... Eu disse que essa campanha sobre o preconceito se estendeu. Segundo uma avaliação feita numa reunião das Comissões dos Direitos Humanos, esta campanha demorou mais para pegar, as outras campanhas de direitos humanos pegaram rápido. Por que será que isso aconteceu? Porque trata-se de um assunto doloroso, para o qual é difícil de se olhar e falar. Talvez este primeiro passo ainda não seja suficiente, mas eu acho que o fato de essa campanha tê-lo trazido à tona, de insistir nessa discussão, acaba tendo alguma repercussão até na formação. Os conselhos se preocupam com a formação, em função disso, até foi criada a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), que é um espaço para se discutir a formação do psicólogo. Os temas trazidos pelo Conselho, na discussão do que se considera importante para a categoria, acabam se refletindo naqueles que estão preocupados com a formação. Não é muito, mas pode mostrar que é importante que a Psicologia olhe de outro jeito, por

meio de tudo o que ela já sabe sobre a subjetividade, para o sofrimento psíquico e para uma situação que está socialmente colocada. Ao discutir esse assunto, ela pode alertar, ouvir, explicitar de um jeito que vai além dos espaços privados, ou seja, publicamente. Fazer o debate, divulgá-lo, insistir numa discussão que realmente não flui tão facilmente quanto as outras, é muito importante, um primeiro passo.

Quando falamos da formação, evidentemente estamos nos referindo à formação para a pesquisa, à reflexão sobre a Psicologia e sobre a possibilidade de se pensar em criar coisas novas para os novos profissionais, e aí eu acho também que temos que aprender a perceber o quanto a Psicologia está voltada e fundada em determinados instrumentos e formas de analisar que não facilitam que essas questões sejam percebidas. Denunciar isso e criticar a própria Psicologia é fundamental. Com certeza, os nossos instrumentos, as nossas leituras teóricas, o nosso conhecimento também está, de certa forma, viciado nesse não olhar e em aceitar essa invisibilidade, a falta de explicitação dessas questões sociais. Então, isso também nos coloca diante do desafio de realmente repensar cada prática e cada instrumento que utilizamos.

EDNA MUNIZ: Eu queria complementar... É necessário, cada vez mais, afinarmos nossos ouvidos. E quando eu digo “afinar nossos ouvidos”, estou me referindo não só ao ouvido físico, como também no sentido de ouvir com o coração. A gente, ao mesmo tempo em que escuta o outro, é afetado pelo sentimento mais íntimo... Na minha opinião, o nosso maior patrimônio são as nossas emoções, os nossos sentimentos, aquilo que temos de mais íntimo. Nós somos tão privilegiados, como psicólogos, que, quando o outro fala de sua vida, ele nos transforma em testemunhas de uma história. Gente, isso é grandioso demais! Isso precisa ser muito respeitado! Quando alguém nos confia a sua história, o mínimo que podemos fazer é escutar com muito respeito. Se não pudermos ajudar naquele momento, escutá-lo atentamente, respeitosamente,

já é muito. Porque o fato de o outro nos revelar os seus sentimentos, a sua vida, os seus segredos, que, muitas vezes, as pessoas de sua casa, o marido ou a mãe, não sabem... é uma dádiva! Acho que realmente estamos em um lugar privilegiado e precisamos ter ouvidos bastante sensíveis.

PESSOA DA PLATÉIA: O que quero é fazer uma colocação sobre essa sensibilidade e o quanto essa situação está me tocando hoje, aqui. A princípio, quando eu olhei o papelzinho, pensei: “Nossa, brancos vão falar!”. E eu me critiquei: “Por que eu estou falando isso?”. É que nós, negros, falamos só para negros e discutimos a questão racial, e essa questão toda, entre negros, o quanto nós falamos sozinhos. Então eu acho que, nesse momento, quando você fala de sensibilidade, de poder olhar para o outro, eu me sinto no meio de uma porção de cabecinhas brancas, aqui, e penso o quanto a gente caminhou. Porque, assim, estamos questionando a formação e uma porção de coisas, podendo olhar para o outro. E o outro, o branco, que negava a relação de poder, mas não olhava para mim, hoje está começando a olhar. É um marco.

É importante que a Psicologia olhe de outro jeito, por meio de tudo o que ela já sabe sobre a subjetividade, para o sofrimento psíquico e para uma situação que está socialmente colocada.

Maria da Graça Marchina Gonçalves

PESSOA DA PLATÉIA: Eu tive uma outra sensação. Não é a primeira vez que participo de uma palestra e um debate a respeito do negro dentro da Psicologia e, na verdade, sinto a ausência do próprio interessado: o povo negro. Estou sentindo muito a falta da participação dos negros nesse momento, que é um marco. Não desprezo a presença do branco, que é o nosso companheiro, muitas vezes, solidário, e que faz a gente até muito mais forte, só que eu acho que precisamos participar um pouquinho mais. E não é a primeira vez que eu sinto isso. Foi muito engraçado, porque o sentimento, nesse sentido, é contraditório. Por mais que consigamos o apoio de todos – brancos, índios, amarelos – temos que ter consciência de quem somos e do movimento que precisamos fazer. Por mais que exista solidariedade, necessitamos de um movimento nosso e de nos conhecermos. E aí eu sugiro um grupo de estudos dos psicólogos negros para começarmos esse movimento, contando com o povo negro para continuar essa luta, que é toda nossa. É isso. Obrigada!

PESSOA DA PLATÉIA: No mesmo diapasão que a coisa vai rolando, fluindo, a queixa dela vem, por assim dizer, do tempo

do aristocrata, do tempo do Santos, da Bela Vista. O medo e a culpa fazem parte intrínseca desse povo forte, maravilhoso, que se não fosse assim continuaria escravo. Se for me convidar para ser novamente escravo, queria ser aquele de dentro da casa grande, sem medo ou culpa. Falta conhecermos a nossa identidade. O medo e a culpa existem permanentemente em qualquer instituição em que estejamos. Hoje em dia, a cobrança é a seguinte: “Olha, se eu perder o meu emprego, como é que eu vou fazer?” A dignidade está dimensionada para o bolso. O homem tem que saber outra coisa, a integridade dele vem do conhecimento de sua história. Vamos brigar para que nós mesmos façamos, da Psicologia Social, um outro instrumento de intervenção... A intervenção do Psicólogo não é realizada só pela compaixão. A compaixão nos faz guerreiros. Se assim não for, não adianta.

MARGARIDA MARIA SILVEIRA BARRETO: ...Eu só queria dizer o seguinte: você conseguiu me comover e me fez chorar. Reforço todas as suas palavras como se fossem minhas, se você me permite. E eu diria que, junto ao medo, à culpa e à vergonha, há algo que nos faz continuar, que é a resistência. E, ao lado dela, vamos colocar a esperança, já que se fala nela. Mas só que essa esperança não é a da espera passiva, ela é rebelde, subversiva, ativa. Eu acho que, se a gente tiver essa esperança, não aquela que espera alguém – o governo, o outro, o pai, enfim – fazer por mim, e se ela for ativa, continuaremos caminhando de cabeça erguida, mesmo sabendo de nossa culpa, medo, vergonha.

PESSOA DA PLATÉIA: Vocês estavam falando da formação do psicólogo, e eu trabalho na área da Educação. e vejo que essa questão está pior ainda, porque nem na educação básica, nem no ensino fundamental está inserida a história do negro, que é a história do Brasil, do povo brasileiro. Nosso povo desconhece a própria história, a própria cultura. Nega-se o preconceito, quando se nega toda essa história de lutas, uma história nada passiva.

EDNA MUNIZ: É uma pena que a pessoa que falou sobre o lugar do negro, não esteja mais aqui, porque fiquei pensando muito sobre o lugar destinado à criança negra. Ele disse: “Bom, precisa-se cuidar dessa criança negra, para que o problema não apareça mais tarde”, e aí você fala sobre a Educação. Eu acho que deve mesmo haver uma preocupação com a história dos negros... Qual é a escuta que se tem – tanto do ponto de vista social, quanto do clínico – em relação a essa história, que está dentro de um contexto, pois ele não situa aquela discriminação, quer dizer, é evidente que essa história mostra a discriminação, como eu, quando contei, exemplificando, o caso das merendeiras, que causou um impacto naquele momento, mas essa situação está relacionada a esse processo histórico. Eu lembrei das crianças exatamente por isso, porque os psicólogos negros são poucos, mas, na minha opinião, não precisa ser negro, não estamos numa luta entre brancos e negros, não é isso. Temos muitos aliados brancos nesse processo, até brancos que conseguem ouvir mais do

que os negros, porque, às vezes, professoras negras também discriminam alunos negros. Então, não basta ser negro, é isso que eu estou querendo dizer. Para ter sensibilidade para a questão racial no Brasil, não precisa ser negro, e sim compreender o que estamos falando. Este é um momento importante para o Brasil, há, por exemplo, a discussão sobre os currículos escolares. Acho que algumas coisas estão acontecendo,

Quem sofre a violência por um longo período internaliza-a e a reproduz em outro espaço social com a esposa, o marido, os filhos e, muitas vezes, até com os amigos.

Margarida Maria Silveira Barreto

poucas, mas acontecem. Por exemplo, aqui em São Paulo, a Prefeitura de São Paulo – não sei se todos sabem – listou quais são os livros que tratam da questão racial de uma maneira boa, adequada. Fazer esta listagem já é importante, porque vai instrumentalizar o professor em sala de aula, o que não é uma questão fácil, nós sabemos disso. Quando se fala: “Ah, mas essa menininha de trança...” ou “Ah, essa menininha de beijo mais largo...”, como é que o professor lida com isso? Ele pode fingir que nada está acontecendo ou trazer o problema à tona. A consequência disto, para as crianças, é superimportante! O trabalho dos psicólogos – e aí não é só na clínica, é dentro da área de Educação – com essa criança, é intenso, porque ela se sente diferente e tratar da diferença é exatamente poder dizer para ela: “Você é diferente, mas pode estar e deve estar incluída na sala de aula”. E nem sempre o profissional tem essa sensibilidade. Então, quando você fala da preocupação de inserir mais profissionais negros ou a população negra nessa discussão, eu concordo. Também acho que não somos muitos, e não estamos em várias categorias: médicos, psicólogos... Em quantos somos? Talvez encontremos mais assistentes sociais, mas, mesmo assim, são poucas. O Creas também está colocando essa discussão na pauta do Conselho Regional de Serviço Social, e creio que as outras categorias devem participar dela. Essa é uma discussão do povo brasileiro, porque a questão social não é dos negros, ela não é uma preocupação só dos negros, e sim de toda a população brasileira. Portanto, temos que incluir todos nessa discussão: profissionais brancos e negros. Este é o momento em que tanto quem faz parte das organizações negras, quanto o cidadão negro brasileiro está se sentindo mais cidadão e mais tranquilo por participar de uma discussão como esta, porque, antes, falar disso, em alguns espaços, era o mesmo que se declarar racista. Quantas vezes nós ouvimos isso? Então, é importante trazer à tona

esta questão e dizer: “Olha, esse é um problema de todos, uma preocupação que todos nós – brancos e negros, cidadãos brasileiros – devemos inserir no nosso cotidiano e nas nossas práticas profissionais”, porque o problema do racismo não é um problema só dos negros.

Eu me sinto muito feliz mesmo de estar num espaço como esse, porque ainda continuo acreditando que, daqui a alguns anos, poderemos falar disso como uma coisa que foi construída durante um processo. Eu acredito neste processo e é por isso que persisto. Não é uma discussão fácil mesmo, nem para os negros, nem para os brancos... Há algum tempo, a Margarida esteve presente em um momento importante no CEERT, em que duas psicólogas negras americanas, que estavam no Brasil, quiseram se encontrar conosco, com alguns profissionais da área de Saúde e Psicologia. Elas comentaram o quanto essa discussão, nos Estados Unidos, também foi difícil. E hoje nós estamos começando a discutir, no CEERT, uma outra questão: “ser branco no Brasil”. Porque, na verdade, durante o debate sobre a questão racial, nos colocamos muito no lugar de quem é negro, e analisamos como é o impacto da discriminação para o negro e tal. Mas a Cida – Maria Aparecida Bento – acabou de defender o Doutorado dela em cima dessa questão, e ela fala exatamente disso: é muito tranquilo dizer que o problema racial deve ser discutido a partir da questão do negro. Agora, em nenhum momento, tratamos do que é ser branco no Brasil. E essa é uma outra discussão que eu acho muito importante e que se relaciona muito com essa questão do psiquismo, porque o lugar dado socialmente para o branco nunca foi questionado. Ele está na mídia e nos melhores postos de trabalho; é ele que dita as normas e está no poder. Este lugar já está absolutamente determinado. Não se trata de colocar negros contra brancos. Não é isto. É analisar e, talvez, por meio de estudos e pesquisas, mostrar que esta situação é incômoda não só para o negro, mas que o lugar privilegiado, reservado para o branco, também não foi questionado. Creio que tudo isso que nós colocamos sobre a história e a questão da psique faz parte desta discussão.

MARGARIDA MARIA SILVEIRA BARRETO: Também tem o medo daquele que é o autor da violência... É muito interessante para vocês, que trabalham em empresa, observarem que o mediador – o líder, o gerente, o encarregado, qualquer que seja seu nível hierárquico – também ganha, vamos chamar de bônus, promoções ou prêmios, pela produtividade. Então, ele também sente medo – não esqueçamos disso – de que a ordem não seja cumprida... E aí ele vai pressionar mais o outro. Não vou falar sobre o poder porque não temos tempo para isso aqui. Então, vamos direto para as estratégias. Quais são as estratégias adotadas quando alguém está no foco, está na mira da humilhação? Dar-lhe instruções confusas, sobrecarregá-lo de trabalho ou lhe pedir um trabalho urgentíssimo. No dia seguinte, o trabalho está em cima da mesa, sem qualquer serventia, ou, às vezes, vai parar até numa lata de lixo. Outras medidas: transferi-lo de setor, “despromover” – a pessoa foi

promovida e, daqui a pouco, volta para a sua antiga posição ou, talvez, até para uma posição ainda mais subalterna do que ela tinha antes – não cumprimentar... Isto é muito comum no nosso meio, o outro passa a ser uma cadeira, um objeto, não tem valor, não tem serventia, portanto, ele não existe, não é cumprimentado, não se dá um bom dia... Essa estratégia, eu diria a vocês, se caracteriza principalmente pelo isolamento, desqualificação sistemática, desmoralização, e, com isso se desestabiliza, emocional e moralmente, aquele que está sendo humilhado. Desestabilizada, a pessoa procura dar o melhor de si, trabalha mais, ou seja, cai na rede. Trabalha mais porque se sente culpada, achando que aquilo só acontece com ela; ela quer mostrar que é capaz, e quanto mais trabalha, mais é humilhada e isolada, pois a tentativa é de forçá-la a pedir demissão. Ainda, dentro das estratégias, há as calúnias, os apelidos e as maledicências. Isso acontece, principalmente, em relação aos homens, os apelidos deixam dúvida sobre a sua virilidade, seu papel de macho, de provedor, e isto mexe com o imaginário do vencedor. Frequentemente, esses mediadores da política, os chefes, proibem outros funcionários de almoçar ou até de falar com aquele colega que está sendo alvo da demissão. A violência moral gera uma reação social, e a reação social é uma resposta corporal à ação nociva. Não me refiro só a esse isolamento social, mas ao isolamento também dentro da própria família, principalmente quando se é homem, há a perda, inclusive, dos laços de amizade que ele tinha fora da empresa. É uma reprodução da violência. Quem sofre a violência por um longo período internaliza-a e a reproduz em outro espaço social com a esposa, o marido, os filhos e, muitas vezes, até com os amigos. Percebe-se o aumento do consumo de drogas, principalmente o álcool, para se esquecer das humilhações ou para se conseguir dormir, porque quem sofre repetidamente a violência, o processo de humilhação – pois isto não ocorre só em um dia, mas numa jornada – volta sempre para casa como se estivesse morto. É um processo que produz a loucura. São pensamentos que se repetem ao longo do tempo e a pessoa se desestrutura emocionalmente. É quase, eu diria, um crime perfeito: não deixa marcas de sangue. No entanto, a pessoa pode se matar, não só adoecer. É o que a Edna coloca: pensamentos suicidas. 100% dos homens que foram humilhados na primeira fase da pesquisa – todos eles – pensaram em suicídio, e 18% deles tentaram, de fato, o suicídio. A violência moral no trabalho produz mal-estar. Esse mal-estar, descrito pela Edna – que vem da baixa auto-estima, de se sentir sem valor, um lixo, um ninguém – provoca doenças as mais variadas. O que acontece na alma também acontece no corpo. Pode não deixar marcas imediatamente, elas só aparecem muito depois. As pessoas que sofrem a violência moral têm idéia de dignidade. Apesar de se sentirem revoltadas, magoadas, ressentidas, mortificadas, elas perdem a dignidade... E aí é uma tortura, o sofrimento aumenta, porque há a vontade e a impossibilidade de se vingar, vontade de que algo aconteça, e nada acontece. Cada

dia ela se isola mais. A violência gera a morte, na medida em que tantas pessoas, os homens principalmente, pensam em suicídio. Ora, a gente está falando, então, de risco. A violência é um risco. Que risco é esse? E aí temos um problema muito sério para a nossa área e, creio, para todos nós que lidamos com a saúde. Para vocês menos, para nós muito mais. Nós, médicos, temos uma formação cartesiana: causa e efeito, tem que ter o bicho, tem que ter o micróbio visível, tem que ser quantificável, senão não há crédito. Só que estamos falando de emoções, de afeto, de relacionamentos, de fatores psicossociais, de um risco invisível. Podemos considerar risco tudo que constitui uma possibilidade de dano à dimensão física, moral, psíquica, intelectual, social, cultural e espiritual do ser humano. Também podemos pensar no risco invisível, ou no risco de uma forma geral, como um evento terrivelmente desfavorável. Para fechar, eu diria que a doença é o lado noturno da vida. Ninguém quer estar doente, muito menos quando é uma doença imposta por condições de trabalho, por relações de trabalho, por organização de trabalho. Quando temos saúde, esbanjamos saúde, abusamos da saúde... Até certo ponto, ter saúde e tantas outras coisas, que, às vezes, parecem tão desnecessárias – dois rins, dois ouvidos, dois olhos, duas narinas – é um luxo biológico. Então, quando a existência desse luxo biológico é ameaçada, perdemos, realmente, o caminho da vida ou, pelo menos, ela fica sem muito sentido, e os próprios modos de fazer a vida andar se atrapalham. Por isso, a escuta é fundamental. Num mundo cada vez mais sem tempo, atemporal, é mais do que necessário resgatarmos novamente esse tempo, que é o tempo do outro, da escuta, da compreensão, da cumplicidade até. O outro só se coloca se ele sentir que esse espaço é um espaço de confiança, em que ele será compreendido, e não julgado, como nós, médicos, fazemos. Assim, a violência moral traz dimensões para a gente pensar não só na nossa prática, como também na nossa vida e na vida do outro como um direito fundamental de todo cidadão e cidadã.

PESSOA DA PLATÉIA: Bom, boa noite. Também sou psicóloga e não atuo só como militante do Movimento Negro e em algumas instituições que trabalham com a questão negra, mas também trabalho, há muitos anos, na área de recursos humanos, e, dentro deste setor, passei por várias áreas: seleção, acompanhamento, avaliação de pessoal etc. Há uma coisa que é diferente na área pública, é que, de alguma forma, esse sofrimento é mais prolongado. Isto existe até em alguns setores, é a chamada salinha dos encostados. Trata-se de pessoas que são marcadas por uma série de outras questões. E, na área pública, também a questão política é muito forte, isso influencia bastante. Por conseguir fazer essa leitura – tanto pela minha militância em ONG's que trabalham com a questão racial, quanto como profissional da área – uma questão que me chamou a atenção: tenho percebido, frequentemente, o despreparo do profissional de psicologia para lidar com a questão racial, diante de uma questão explícita de discriminação...

Quero colocar uma outra questão: o que o CRP está pensando em termos de formação? Eu tive a oportunidade de, em 2000-2001, participar da Comissão de Direitos Humanos do CRP, e nós preparamos uma série de eventos chamados “Preconceito”, que não analisava apenas da questão do preconceito racial, como também de outras formas de preconceito. Uma questão que me chamava a atenção era a dificuldade de se colocar, na faculdade, na formação dos psicólogos, cadeiras que tratem especificamente dessa questão.

EDNA MUNIZ: Bem, respondendo a você, eu afirmo que a pobreza tem cor porque os pobres acabam sendo negros, em sua maioria. Na verdade, eu acho que esta situação é um círculo que está montado há mais de 500 anos no Brasil. Atualmente, não dá para afirmar que a falta de preparo tenha a ver com o processo vivido pelos negros. A questão é outra. Historicamente, nós vivemos uma situação de humilhação desde que os negros chegaram neste país. Eu falei da intencionalidade no racismo, mas teve uma intencionalidade também na escravidão, no Brasil. E, de fato, se teve essa intencionalidade, hoje os negros ocupam os piores lugares dentro do mercado de trabalho, e é evidente que não se vai encontrar negros qualificados. A discussão sobre as cotas está aí exatamente por isso, porque não houve um processo histórico que favorecesse esta população, ao contrário, ele fez com que essa população preenchesse os cargos, no mercado de trabalho, menos qualificados. De fato, existe esta realidade, porém, as pesquisas também demonstram que, na seleção de pessoal, mesmo se houver um branco e um negro disputando uma vaga, e os dois tiverem a mesma qualificação e formação, o selecionado será o branco. Portanto, além de discutirmos qual o lugar que o negro ocupa na sociedade, é importante ressaltarmos que existe, sim, uma discriminação na hora da escolha, e que esta escolha é feita por profissionais que nem sempre se dão conta disso. Quer dizer, às vezes, se dão conta, sim, porque existe lá a fichinha que vem do departamento, dizendo “não pode ser mulher”, “tem que ser homem para determinadas funções”, nós sabemos disso... Eu também trabalhei em RH durante algum tempo e sei disto. A questão da boa aparência... O que é ter uma boa aparência, de fato? Você tem que ter cabelo liso, não pode ser igual ao meu... Nós devemos discutir que lugar é esse que os negros ocupam, considerando o contexto histórico, mas sem nos esquecermos de que, se profissionais negros e não negros disputam a mesma vaga, com certeza, o branco é que será selecionado. As pesquisas mostram isso. E a outra coisa é a da ascensão de cargos, mesmo no serviço público, ou seja, todos são iguais quando fazem um concurso público, porém, depois, os acessos são diferentes. Trabalho na Secretaria de Saúde, em São Paulo, e estou na organização de uma conferência municipal da saúde da população negra que vai acontecer na próxima semana, aqui na cidade. E nós, em algumas plenárias regionais, constatamos que não existem muitos profissionais negros em cargos de chefia e de direção,

dentro da Secretaria Municipal de Saúde. A preocupação com a carreira do profissional é extremamente importante. Onde trabalho percebo que não existe uma preparação. Estou formada há 20 anos pela Pontifícia Universidade Católica, onde existiam cadeiras importantes que tratavam de questões mais gerais, mas ninguém tocava na questão racial. O tema de meu TCC foi a questão racial, e eu encontrei dificuldade para conseguir uma orientadora, porque ela dizia: “Bom, mas eu não conheço o assunto. Vá se reportar a tal pessoa e tal...” Mesmo assim, por estar dentro de uma universidade mais progressista, consegui fazer um TCC com este tema. Então, a capacitação tem que estar dentro da universidade. Nós temos essa preocupação, eu, a Margarida e as pessoas que estão trabalhando com isso, porque hoje os serviços estão atendendo muitos casos de racismo, e os profissionais têm receio, para não dizer medo, de mexer com essa questão, porque vai dar problema, é o seu nome que vai aparecer no carimbo, e ainda terá que enfrentar questões jurídicas, a Previdência Social, o perito que não vai aceitar e tal... Portanto, é urgente que os profissionais que estão sendo formados e os que já estão formados sejam reciclados, para poderem ter esta escuta e esta percepção de uma outra forma, porque nós não estamos dando conta. Os profissionais da rede pública e mesmo da rede privada, com esta capacidade, são poucos, para dar conta de uma questão tão grande. O Conselho tem esse papel, sim, de chamar os profissionais para essa discussão – está já é uma iniciativa – e ser parceiro da universidade, dos serviços públicos e das instituições privadas, no sentido de dar visibilidade para essa questão.

MARGARIDA MARIA SILVEIRA BARRETO: Eu queria pegar o final da sua fala, quando você diz que, no mercado, falta profissional bem qualificado. Neste momento, o mercado de trabalho sente a necessidade de contratar pessoas criativas, com experiência. A Edna falou rapidamente sobre a seleção. Ela é muito mais perversa, sob o meu ponto de vista. Uma voz, um batom vermelho demais, um decote, o jeito de sentar, a altura, a religião, a opção sexual, o peso e “n” situações podem ser motivo para eliminar um candidato.

Bom, então esse é o ponto, digamos assim, quase visível. Mas é um pouquinho mais sutil quando se trata da seleção do profissional qualificado. E aí você se surpreende porque eles procuram por alguém com a saúde quase perfeita. Vamos ver o porquê. O candidato passa pela primeira seleção que pode ser feita por um psicólogo, um assistente social ou outra pessoa do Departamento Pessoal, um “pente fino”. Muitas vezes, as empresas fazem uma pré-seleção por telefone, antes de o candidato ir até lá, para ver se ele se encaixa no perfil, depois vem essa entrevista. Muitas empresas utilizam estratégias que estão se disseminando: a câmera. Então, há câmeras nas salas, onde o entrevistador deixa o candidato e sai um pouco. Essa pessoa está sendo observada. Isso não está acontecendo só em seleção, vocês sabem disso. É uma

estratégia de vendas, porque hoje o mercado trabalha com nichos. Uma Toshiba, por exemplo, vai fazer um aparelho para um nicho especial de clientela, então, ela traça uma estratégia que eles chamam de CRM, que é uma sala onde são colocadas as pessoas para discutir. Tem um psicólogo ali, um animador; do outro lado, uma câmera de televisão que as pessoas não vêem e, por fim, uma equipe, do outro lado, observando as várias reações dessas pessoas. Na seleção, também se faz isso, só que um pouquinho mais. Saindo psicólogo, passa para o médico. O tipo de avaliação dependerá de para onde aquela pessoa será encaminhada: se a vaga for para a produção e se a pessoa deverá fazer movimentos repetitivos, esforço físico, há empresas que fazem raios-X de membros superiores e inferiores e da coluna de todo homem ou mulher que realizará o esforço físico ou o movimento repetitivo, querendo já prever ou “prevenir” o adoecimento precoce. Então, não vai para aquele setor quem não estiver saudável. Novamente, temos, como critério, o conceito de homem perfeito, da saúde perfeita. Há empresas que usam o detector de mentiras para saber se o funcionário diz a verdade. Os refinamentos para a escolha do homem ou da mulher com a saúde perfeita vai além da nossa imaginação, e o que mais chama a atenção é que esse discurso sobre a criatividade e a experiência entra em choque com a realidade. As empresas preferem o estagiário, pois ele pode ser recontratado como estagiário, às vezes, ele fica quatro anos como estagiário. Já entra formatado, perfeitinho, dentro das normas da empresa. E o que a empresa quer é disciplina, porque trabalha com metas e projetos. E o tempo não existe, é necessário se fazer mais do que o tempo permite; se o tempo não permite, se faz banco de horas, horas extras. Aquela pessoa não tem família, não tem amigo, não tem amante, não tem nada! Tem é que servir à empresa! Ele se torna um prolongamento da máquina. Quem são os humilhados? Os humilhados são as mulheres, os que têm salário de três mil reais, e também são os adoecidos e acidentados do trabalho. Entraram bons, depois de uma seleção, adoeceram e ficaram afastados pelo INSS. Quando voltam, serão descartados, depois que vencer a estabilidade legal. Nenhuma novidade! Há empresas que são mais explícitas, que demitem inúmeros trabalhadores com problemas como hérnia de disco, LER. Não se faz mais as demissões a conta-gotas, e sim abrindo a torneira mesmo. Limpa-se a empresa. Isso é uma seleção eugênica e é preciso que a gente pense nisso. A eugenia não aconteceu só em 1940. Ela está presente, mais sutil, se manifestando de outra forma. Quem são os outros humilhados no trabalho? Os criativos. A pessoa que é criativa, que sugere acima ou além do que a norma permite, é uma ameaça e deve ser eliminado.

EDNA MUNIZ (palavras finais): Acho que o psicólogo tem muito a contribuir, muito! Eu ainda acredito que essa contribuição vai além das interpretações, pois se usa muito mais a escuta, por isso, tentamos fazer com que esta escuta seja coletiva, que

envolva vários profissionais. Essa construção também deve ser coletiva. Não dá para ter só um psicólogo interpretando, não é isso que queremos. Nós queremos uma equipe, com vários saberes, olhando para aquela questão e dando um passo para construir pessoas mais saudáveis. Eu creio que é nisso que nós ainda acreditamos. O primeiro passo foi dado pelo CRP. Espero que continuemos com a parceria. Nós temos que criar esses espaços, esse também é o nosso papel, o da universidade e da sociedade. Então, eu agradeço, mais uma vez, pois todo o debate acrescenta alguma coisa ao trabalho que temos desenvolvido ao longo dos anos. Obrigada.

MARGARIDA MARIA SILVEIRA BARRETO (palavras finais): Primeiro, queria agradecer a vocês todos, que, pacientemente e ativamente, estão aqui – não é paciente no sentido de passivo – às dez horas da noite, quando cada um de nós podia estar em casa, não é? Mas estamos aqui, atentos e mobilizados. Então, esse é o primeiro agradecimento. Depois, agradeço ao Conselho, por ter nos convidado e propiciado essa discussão. Quando o assunto é violência parece que não temos saída, e eu queria, de novo, lembrar a fala do companheiro advogado, que chamou a atenção para a necessidade de não só resistirmos ou termos

Se as estrelas são invisíveis ou inaccessíveis, não há motivo para não querê-las. Que tristes seriam os caminhos se não fosse a presença distante das estrelas.

Mário Quintana

uma esperança ativa, como também de dedicarmos todo o nosso valor e um pouco do nosso tempo. Não precisa muito, só um pouco do tempo de cada um de nós, para internalizar e transformar essa esperança, resistência, vontade e desejo de mudança num grito, em consciência da necessidade de construirmos juntos um mundo melhor, para brancos, negros, amarelos, índios, até porque essa terra é nossa, nos pertence. Temos esse compromisso com os nossos filhos e com a nossa pátria, pátria dominada, explorada, colonizada... Colonizaram o imaginário! Essa é a maior colonização, porque um povo sem consciência de suas lutas, de sua história, é um povo fácil de se manejar. E, para não ficarmos nos queixando, nos sentindo vítima, é necessário que conheçamos a nossa história, que atuemos. E eu queria terminar com um versinho do Mário Quintana, Das utopias:

“Se as estrelas são invisíveis ou inaccessíveis, não há motivo para não querê-las.

Que tristes seriam os caminhos se não fosse a presença distante das estrelas.”

educação e esporte

Coordenadora da mesa: Maria Aparecida Bento

Participantes: Isabel Aparecida dos Santos, Luciana Ferreira Ângelo

Transcrição relativa ao evento realizado em 5 de junho de 2003, no auditório do CRP-SP.

Isabel Aparecida dos Santos

Pedagoga social, coordenou o programa de educação no Centro de Estudos de Relações do Trabalho e Desigualdades – CEERT e o prêmio Educar para a Igualdade Racial, de 1997 a 2004. Atualmente, é co-coordenadora dos Programas de Formação em Direitos Humanos do Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC, membro da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA/MEC e da CADARA/SECAD/MEC, além de empreendedora social da Ashoka.

Há uma contribuição recíproca e histórica entre Psicologia e Educação. Se, por um lado, temos, algumas vezes, caminhos desencontrados, que alimentam “psicologismos” utilizados na Educação, solicitando psicólogos no espaço escolar para intervir na solução de problemas, mais do que para contribuir para a compreensão das causas ou a construção de caminhos de possibilidades; por outro, o CRPSP tem tido um papel muito importante para o estreitamento dos laços entre essas duas áreas do conhecimento, mostrando como a Psicologia e a Pedagogia podem contribuir para que o ambiente educacional seja um ambiente de construção de possibilidades, de realização e de desenvolvimento de meninos, meninas, adolescentes, jovens, mulheres que, conhecendo a sua história, encontram seu lugar no mundo. O assunto que discutirei hoje está relacionado com a minha experiência no Programa de Educação do CEERT, porque considero que a promoção da igualdade racial ainda precisa ser, e deve ser, uma das linhas de atuação e de reflexão dentro da educação. Vou mostrar, primeiro, alguns dados que revelam que as políticas universalistas, a “educação para todos”, não conseguiram educar a todos. As políticas universalistas, aquelas que não tratam das especificidades, acabam não atingindo uma parte da população. Crianças e jovens negros e indígenas são excluídos dessa educação universalista. Além disso, mostrarei alguns dados e algumas informações de pesquisas que analisaram a hostilidade do ambiente escolar com relação à criança negra; o ambiente hostil que acaba expulsando essas crianças do ambiente escolar. Acrescentarei algumas experiências inscritas no prêmio “Educar para a Igualdade Racial”, que procuraram valorizar o que os professores estavam fazendo dentro da sala de aula; como eles têm percebido o seu papel, sua responsabilidade de promover a igualdade e a construção da identidade, e de possibilitar, às crianças, a construção de uma justa imagem de si.

Uma primeira informação se refere a como é que estão os brancos e os negros dentro da educação. Esses dados são de uma pesquisa do IPEA, que, a exemplo de outras instituições, tem estudado as desigualdades raciais e produzido dados que apontam a defasagem, na educação, entre negros e negras e a população branca. No Nordeste, por exemplo, 80% da população dos estudantes de 4ª a 8ª série, as séries finais, e do 3º ano do Ensino Médio têm apresentado leitura e escrita rudimentares ou insuficientes para a série cursada ou para entender um texto. E quem é a população que mora na Região Nordeste? Encontramos uma maioria negra e indígena. Podemos dizer que essa educação para todos não está atingindo uma parte, ou melhor, está excluindo uma parte dessa população. Os dados do IPEA demonstram que, apesar de todos os investimentos na educação – aceleração, formação de professor de forma presencial e à distância, e o aumento da escolarização da população em geral – a distância entre negros e brancos permanece intocável. O fato de ser pobre e negro acarreta uma exclusão ainda maior. Os negros constituem 46% da população brasileira, porém, a população negra está entre os 10% mais pobres. Em geral, representam 65% dos que vivem em situação de pobreza e 70% daqueles que vivem em situação de indigência. Entre os 10% mais ricos da população brasileira, 85% são brancos e apenas 15%, negros. No que diz respeito à educação, a pobreza atinge 38% das crianças brancas e 65% das negras. Isso nos leva a concluir que a pobreza não é democraticamente distribuída em nosso país. E, quando falamos de pobreza, estamos considerando a falta de acesso à alimentação, aos recursos básicos e à informação; quando falamos de pobreza, estamos pensando na exclusão digital, na exclusão dos meios de comunicação e de acesso à informação. Analisando os dados, uma das conclusões a que se chega é que a diferença entre negros e

brancos não decorre apenas do nível de renda, como também da discriminação pela cor/raça. Entre os meninos brancos, 44,3% estão cursando o Ensino Fundamental II (da 5ª à 8ª série); nesta mesma faixa etária, os negros não atingem 27,4%. Então, onde foram parar esses meninos e meninas que entraram no primeiro ano escolar? Isso sem falar na Educação Infantil, que ainda continua inacessível para grande parte da população. Esses meninos e meninas chegam ao primeiro ano escolar ávidos para aprender e, depois, 63% deles não conseguem concluir sequer o Ensino Fundamental! 7 em cada dez negros não completam o Ensino Fundamental, que é considerado básico. No que diz respeito aos jovens, os negros de 25 anos permanecem 2,3 anos menos na escola do que os brancos, e o Mapa da Violência nos diz que os jovens negros que estão na faixa dos 18 a 24 anos são os que mais morrem executados sumariamente (tiro na nuca ou no peito). Então, além de passarem por essa mortalidade escolar, eles têm que enfrentar a morte física mesmo! Poderíamos dizer que esses que chegam até o final, são heróis. Com estes dados, gostaria de chamar a atenção para o cenário a ser observado quando nos propomos a “educar para a igualdade”. Qual é o cenário que nos faz acreditar que há uma exclusão racial dentro do sistema educacional e dentro do acesso às várias políticas?!

Desde 1950, são desenvolvidas pesquisas para estudar especificamente o livro didático. E por que uma atenção tão grande com o livro didático? Pelo fato de que, muitas vezes, ele se constitui no único material escrito que as crianças ou adolescentes das áreas periféricas da cidade e das áreas rurais têm acesso. Muitas vezes em suas casas, não tem jornal, revista, nem outros instrumentos de leitura, de contato com a escrita, e o livro didático desempenha esse papel essencial. Por este motivo, entre outros, não de menor importância, é que, desde 1950, se tem estudado os livros didáticos, e se chegou à conclusão de que os livros apresentam sempre os negros em situação social inferior e a superioridade da raça branca, na mesma proporção em que afirmam o desprezo e a piedade com relação ao negro. Foram encontradas, nesses estudos, várias histórias em que o negro aparece em situação de inferioridade, por exemplo, pedindo esmola; em alguns casos, aquela era a única figura de pessoa negra naquele livro didático. Podemos nos perguntar, qual é o imaginário que as crianças negras construirão da população negra, quando se depararem com um livro que traz unicamente a imagem de um negro pedindo esmola? Qual é o significado, para as crianças brancas, de sempre os negros serem representados em funções subalternas e associados à escravidão? Foram analisados vários livros de História – que ainda eram de Estudos Sociais – e, nesses livros, o negro era citado, na sala de aula, só quando se falava da colonização, como se não ele não tivesse uma história anterior, no continente africano; como se não estivesse presente no dia-a-dia; como se os negros e as negras fossem personagens do passado. Esta imagem continua chegando à sala de aula, com a iconografia de Debret e Rugendas, espe-

cialmente, que traz figuras de negros acorrentados, sendo chicoteados ou em atividades do cotidiano dos escravos, como se esta fosse a única história dos negros: uma história de escravos. Escravo aparece como sinônimo de negro, como se ele já nascesse escravo; como se a escravidão fosse uma condição natural, e não uma condição social, imposta às pessoas negras. Sequer é utilizado o termo “escravizado”, como seria correto. Uma outra conclusão a que se chegou é que os negros aparecem nos livros sempre em situação de trabalho. Ainda que o texto não falasse de trabalho, estava lá, o negro ou negra, com sua enxada na mão, com o seu lenço na cabeça e de avental, reforçando e inventando o imaginário de que negros são melhores para os trabalhos manuais. Nos momentos em que apareciam as multidões, para ser “politicamente correto”, algumas imagens traziam lá um “ponto preto”, um “pinguinho preto”, uma “pessoinha preta”. Há alguns anos, apareceu um comercial de fraldas em que apareciam vários bebezinhos passeando e, no meio deles, apenas um bebezinho negro que passava rapidamente. Nos livros didáticos, quando representam multidões, de acordo com análise da professora Ana Célia da Silva, de Salvador (BA), o negro sempre aparece como minoria, ou quase invisível. Isto serve para impor o branco como padrão. Neste mesmo estudo, de 1995, a pesquisadora aponta que os negros, em vários textos e representações nos livros didáticos de 1ª a 4ª séries, são associados a animais. Num destes livros, de 1ª série, após um trecho do Sítio do Pica-Pau

Qual é o imaginário que as crianças negras construirão da população negra, quando se depararem com um livro que traz unicamente a imagem de um negro pedindo esmola?

Isabel Aparecida dos Santos

Amarelo, sugere-se uma atividade para que o aluno associe o nome à figura. Dentre outros, aparecia o porquinho Rabicó e a Tia Anastácia, os dois com os mesmos traços físicos, os dois com características muito comuns, os dois com o mesmo beijo, com o mesmo formato de rosto... A autora chamou a atenção para a animalização do negro e também para o fato de os negros não terem história e nem família. Quem é a família da Tia Anastácia? Quem é a família do Tio Barnabé? Os negros da literatura infantil não têm família! Sem contar que são retratados, sempre, de forma caricaturada. As mulheres negras, nas ilustrações de livros didáticos, não tiveram respeitadas as suas diferenças, assim, as tranças, os cabelos longos, foram escondidos sob lenços na cabeça e um par de brincos de argola, como se todas elas fossem iguais, sendo

suficiente, portanto, pôr um lenço e um brinco de argola... Então, o que significa isso? Qual o impacto dessas imagens na construção da individualidade, na construção da identidade da criança negra e na percepção da criança branca? Esses estudos procuraram levantar essas questões. E, em 1999, um grupo coordenado por Fúlvia Rosenberg resolveu analisar novamente a literatura infanto-juvenil, e, infelizmente, 20 anos de produção se passaram e quase nada mudou, o

E você não permanece num lugar onde não é aceito, do qual você não faz parte, onde você não se reconhece como elemento importante.

Isabel Aparecida dos Santos

quadro parece inalterado, a ponto de ter sido lançado, em 2001, um livro que acabou sendo recolhido posteriormente, por trazer imagens extremamente preconceituosas sobre os negros. Este livro apareceu na mídia como uma história bem-sucedida, graças a um menino que manifestou o seu incômodo a um pai atento que conseguiu assumir o seu papel de educador e cobrar uma postura do Estado e devido ao fato de ele ter encontrado, no pai, a pessoa certa para reclamar. Não sei se vocês ouviram as notícias sobre o livro *Banzo, tronco e senzala*, que apareceu em 2001. Um garoto negro, de classe média, de dez anos, chegou em casa falando que não queria mais ir para a escola... “Mas como não quer mais ir para a escola?”, perguntou o pai. “Ah, não quero, não gosto mais da escola”; “Não existe isso de não gosto mais da escola”, o pai respondeu. Diante da insistência do pai, ele revela: “Ah, porque todo mundo lá na escola está me chamando de escravo”. “Como está te chamando de escravo? O nosso povo foi escravizado, mas isso não significa que a gente seja escravo”. “Ah, não, mas a professora levou um livro lá na escola e mostrou os negros lá tudo acorrentado”. Aí o pai perguntou: “Mas cadê o livro?”. E o menino entregou o livro para o pai, que ficou chocado com as imagens que trazem um pouco de tudo aqui-lo citado por Ana Célia. O ilustrador desenhou todos os negros acorrentados, com a mesma cara, que não parece nem de elefante, nem de borboleta., todos têm cara de macaco. O pai resolveu ir ao Ministério da Educação. No Ministério da Educação, ele teria uma grande chance de encontrar uma atendente que, ao ouvir a história, falasse assim: “Ah, deixa para lá, deixa o menino uns dias sem ir para a escola que depois ele esquece”. Porque sempre o que se diz para a criança negra que sofre a discriminação racial é: “Deixa para lá...”; “Mas a “fulaninha” me chamou de macaco”; “Não liga, o importante é que você é filho de Deus”. Aí, pronto, a criança volta para a sua dor. Por sorte, esse pai foi até lá, fez a sua

reclamação e a pessoa que o atendeu no balcão disse: “Sabe que aqui no Ministério tem uma pessoa que mexe com a questão racial? Eu vou passar o senhor para ela”, e encaminhou o pai para conversar com essa professora, Raquel de Oliveira, que é uma pesquisadora aqui de São Paulo. Quando a Raquel de Oliveira pegou o livro, ligou para um amigo advogado que trabalha com relações raciais e disse: “Precisamos ver o que fazer”. Assim, vários pesquisadores resolveram comprar o livro para analisá-lo e oferecer essa análise, como subsídio, para difusão na mídia. O senador Paulo Paim denunciou o livro, que foi retirado de circulação. Abriu-se um processo, as escritoras foram pedir desculpas, dizendo que imaginavam estar ajudando a contar a história dos negros. Eu acredito que seja possível que elas não acreditassem mesmo que estavam falando mal da população negra. Afinal, elas reproduziram o que aprenderam. Com a assinatura da Lei n. 10.639/2003, tornando obrigatório o ensino da história e cultura da África e dos afro-brasileiros, elas pensaram em se antecipar e lançaram um livro contando a história do jeito delas. Mas o que temos que pensar é que, se essa criança não tivesse conseguido manifestar a sua dor, o seu incômodo, de ver os colegas chamando-o de escravo, dentro da sala de aula, e o professor se omitir, se isso não tivesse acontecido, que é o que acontece com aqueles 63% que abandonam a escola, ele só iria engrossar as estatísticas.

Esses estudos foram essenciais, uma contribuição importantíssima para que os educadores pudessem olhar de maneira diferente para o material que chega à sala de aula.

A partir desses dados, relativos a um dos assuntos que o CEERT trabalha nos seus vários programas e também no programa de educação, nós começamos, há uns quatro anos, a discutir o que poderíamos fazer para os educadores terem acesso a essas informações e para encorajá-los a fazer diferente dentro da sala de aula. Como tornar isso visível e estimulante? Por meio dessas nossas reflexões, chegamos à proposta do Prêmio Educar para a Igualdade Racial, que teve, como objetivo, incluir o tema das relações racial-étnicas nos projetos pedagógicos e nas práticas escolares, como forma de valorizar a diversidade humana e a pluralidade cultural que caracterizam a nossa sociedade, possibilitando o pleno desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens negros, brancos, indígenas e de outros grupos étnicos, e de garantir seu direito de acesso e permanência na escola. Queremos que a criança, o adolescente e o jovem tenham o direito e as condições para permanecer dentro da escola. E você não permanece num lugar onde não é aceito, do qual você não faz parte, onde você não se reconhece como elemento importante. O Prêmio tinha também, como objetivo específico, sensibilizar e incentivar os educadores, oferecer subsídio para os profissionais da educação, para que incluíssem a questão étnico-racial em seus projetos pedagógicos, e favorecer a adoção de políticas educacionais concretas para a eliminação da discriminação. Desde 1996, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais que falam da inclusão da

diversidade racial na escola. Há lugares, pelo Brasil, em que os professores nem conhecem ainda os parâmetros. Alguns que tiveram contato com eles, falaram: “Ah, não, mas já passou, não precisa mais, era só lá!”. Não se criaram situações efetivas para que aqueles princípios virassem práticas. Então, foi por isso que nós optamos por valorizar essas iniciativas e oferecer subsídios para que elas se transformassem em políticas públicas. Um outro objetivo foi investir no desenvolvimento de metodologias e de materiais didáticos, capazes de auxiliar o educador a tratar a questão racial dentro da sala de aula, que é um tema delicadíssimo. Os professores morrem de medo: “Ah, mas se eu começar a discutir, falar de diversidade, se eu colocar boneca negra dentro da sala de aula, aí vão perceber que negro existe. Será que não é discriminação?”. Muitas vezes, comentam sobre os cabelos de pessoas negras assim: “Mas, também, os negros ficam andando com essas tranças! Depois não querem que fale! Olha o cabelinho! Como anda com esse cabelinho desse jeito? Por que não corta baixinho, igual o do Ronaldinho, porque aí ninguém vai comentar”. É como se você tivesse que ser invisível para poder ser respeitado. E, dentro da sala de aula, isso é muito complicado, o professor não sabe como vai trabalhar o tema. Portanto, uma das nossas propostas era essa: encorajar, incentivar, oferecer metodologias, caminhos para se trabalhar o tema dentro da sala de aula; valorizar as iniciativas criativas desenvolvidas dentro das escolas para promover a igualdade, difundir e ampliar as experiências educacionais conduzidas por educadores e estudantes, voltadas à promoção da igualdade racial e à eliminação de todas as formas de discriminação. Foi muito importante, para nós, que essa experiência não estivesse ligada só ao combate do racismo, pois o nosso principal interesse era: “O que está sendo feito para promover a igualdade?”. Os vários movimentos negros têm uma vasta história de ações de combate, de denúncia e discriminação. Agora se percebe também um movimento para se conseguir a promoção da igualdade. Então, como fazer com que a criança, ainda muito

Como fazer com que a criança, ainda muito pequena, na educação infantil, consiga ter, por meio de seus brinquedos e brincadeiras, contato com a diversidade?

Isabel Aparecida dos Santos

pequena, na educação infantil, consiga ter, por meio de seus brinquedos e brincadeiras, contato com a diversidade?

Os professores que se inscreveram deram origem a duas publicações: a primeira conta as 30 experiências que foram selecionadas entre as 210 inscritas e um CD-ROM com cerca de 300 títulos e sugestões de atividades para educadores; a segunda traz registros do evento de premiação e contatos

institucionais. O material não pretendeu, de nenhuma forma, ser uma cartilha. O propósito era constituir um material que estimulasse novas experiências. E, nas experiências que foram inscritas, os objetivos eram claros: “Nós começamos a trabalhar com o tema porque pretendíamos uma maior valorização da cultura negra e indígena, destacar a participação dos grupos étnicos negros e indígenas na construção do país, resgatar os valores culturais infantis, discutir a situação de desigualdade e explicitar o preconceito, valorizar a auto-estima e fortalecer a identidade negra, resgatar e preservar a memória social e cultural, despertando a integração e o bem-estar entre as crianças, auxiliar a criança a aceitar a sua raça e etnia”. Desta forma, os objetivos dos professores estavam muito ligados ao campo de interesse da Psicologia, pois possibilitavam que as pessoas se conhecessem e se aceitassem. Embora, na maioria dessas experiências, a preocupação fosse cuidar da criança negra, eles viram um benefício para todos. Não se trata de trabalhar a igualdade racial porque a criança negra precisa ser ajudada. Esta é uma boa oportunidade para a criança branca, não-negra, poder se conhecer, conhecer o outro e se valorizar. Outro objetivo dos professores foi sensibilizar as famílias, os funcionários e a direção das escolas sobre como lidar com a questão racial, quebrar o silêncio da escola com relação às desigualdades raciais...

Um professor – que definiu a escola como silenciosa, finge que a discriminação racial não existe e que não tem nada a ver com ela – buscou despertar a consciência em relação às deficiências físicas e a possibilidade de aproximação com ritmos. Esse educador, bailarino e professor de educação física, levou ritmos africanos para trabalhar com as crianças portadoras de necessidades especiais, físicas e mentais. Identificar preconceitos nos livros didáticos, auxiliar os alunos a se apropriarem da sua ancestralidade, ajudar na formação da consciência crítica, construir ações de cidadania e difundir os Direitos Humanos, convidar militantes participantes de organizações negras e indígenas para ir para a sala de aula, visitar aldeias indígenas e, depois, levar as crianças indígenas para visitar a cidade, trazer os pais para confeccionarem bonecas negras na Educação Infantil e confeccionar bonecas negras e indígenas são exemplos de diferentes metodologias. São diferentes atividades e diferentes recursos que os professores têm experimentado. Foi muito importante também para nós, no processo de avaliação, compreender como alguns educadores, esses educadores que ousaram, perceberam que essa foi uma experiência de contato com eles mesmos, com a sua identidade. Esse processo serviu também para eles constatarem que a educação tem que ter cor, tem que ter cheiro, tem que ter ritmo, que não dá para fazer uma educação para todos que não chega para ninguém.

Como resultado desse processo – e não só dessa nossa ação, mas do conjunto de ações que tem havido no país – temos o fato de a Prefeitura Municipal de São Paulo lançar a bibliografia afro-brasileira. Se achamos que é loucura a obrigatoriedade de se ter uma bibliografia específica, com 40 títulos, para co-

locar a questão racial dentro da escola, é porque as salas de leitura nunca tiveram essa preocupação. Elas trabalhavam com assuntos gerais e os professores começaram a reivindicar – muitos deles, a maioria dos que se inscreveram para o Prêmio, eram da Prefeitura Municipal de São Paulo, quase 40% dos educadores – a cobrar as possibilidades de formação. Em Campinas, os professores iniciaram um processo de formação, com a Universidade Cândido Mendes, para descobrir como os educadores deveriam trabalhar a História e a Cultura da África e dos afros-descendentes dentro da sala de aula. Conseguiram um curso e pediram ao CEERT para auxiliar os educadores em processo de formação, no sentido de como levar esses conteúdos para a sala de aula, porque não se trata apenas

de criar um rol de conteúdos e despejar no aluno. O que está se discutindo é que o currículo se faz com os conteúdos, as informações e as relações. Então, o nosso enfoque tem sido esse, de discutir... São relações raciais e, se são relações, não dá para fortalecer apenas a auto-estima da criança negra, deve-se fazer o mesmo com a auto-estima da criança branca. Se ela se sente superior, ou melhor, se ela crê que deve ter todas as vantagens, também tem problema com a sua auto-estima, tanto quanto o outro que acha que vale menos.

As publicações citadas são materiais para ser lido, pois mostram como os educadores estão tentando incluir esse tema na sala de aula, como estão procurando fazer com que a educação seja, para cada um, e, um dia, termos a educação para todos.

Luciana Ferreira Ângelo

Psicóloga de esporte e atividade física, trabalha com alto rendimento e reabilitação.

Pretendo falar sobre uma pesquisa focada especificamente na história do preconceito racial no esporte, ou seja, histórias do meio esportivo relacionadas à questão do preconceito. Como todo mundo deve saber, a Psicologia do Esporte no Brasil é uma área nova, no sentido de que só a partir da década de 1990 é que efetivamente começaram a ser desenvolvidas as pesquisas voltadas para o ambiente esportivo. E, muitas vezes, no que diz respeito ao esporte e à educação física, criou-se uma imagem corporal um pouco deturpada. A princípio, o corpo pode ser visto como um instrumento pelo qual o indivíduo tem contato com a cultura, e, por isso, o tema está ligado à antropologia. Esse corpo vivencia um processo de aprendizagem, e, nesse caso, trataremos de hábitos motores característicos de uma determinada cultura. É preciso que tenhamos em mente a nossa cultura no decorrer do processo histórico. Esse corpo, que está sendo utilizado como uma imagem, como um meio no ambiente esportivo, expressa sua cultura, que, ao mesmo tempo, determinará essas formas e características corporais. A Educação Física, no processo histórico, revela uma tendência à universalização, à homogeneização. Os corpos são muito parecidos em cada uma das diversas modalidades. Por exemplo, na ginástica olímpica, as meninas não tem altura acima de um metro e meio, são magrinhas, carrancudas, bem esquematizadas, fortalecidas principalmente na parte superior do corpo. Já no basquete, o estereótipo corporal dos jogadores, principalmente na NBA, corresponde à raça: 80% deles são negros. Até a década de 1970, a NBA não era considerada pela mídia americana. Não se dava bola para a NBA, não se mostravam os jogos da NBA, existia preconceito em relação aos seus jogadores, porque a maioria deles era negra. Hoje, só dá NBA nos Estados Unidos, ela se tornou o grande recurso para o fortalecimento econô-

mico. Mas, até a década de 1960, por uma série de motivos políticos, a NBA era discriminada no país.

No Brasil, em 1822, quando foi declarada a nossa independência, houve uma tendência de se criar a imagem do homem nacional. Esse homem não era o negro, o português ou o indígena, buscava-se a eugenia da raça. O que é a eugenia da raça? Um modelo, um padrão. E isso foi acontecendo em decorrência da “biologização” e da influência de médicos sanitaristas e fisiologistas. Qual era o estereótipo do homem brasileiro? Em 1882, diante da necessidade de construção do estereótipo, se dizia: “Vamos trabalhar a Educação Física nas escolas, vamos educar esse corpo. Nós queremos construir homens nacionais, com um físico que espelhe a nossa busca pela construção de um país forte, seguro, viável”. Na era Vargas, percebe-se que a construção de visibilidade corporal era determinada pela preocupação com a segurança nacional. Trabalha-se com a possibilidade de se recrutar homens com uma estatura “x” e um peso “x”, assim se selecionavam esses homens. Ao mesmo tempo, se criava, no Exército, forças suficientes para solucionar uma carência de mão-de-obra para a indústria. Esses homens serviam o Exército e, quando saíam, acabavam virando mão-de-obra para a indústria. A maioria deles era de negros que participavam desses processos. Nos anos 1960, 70, tivemos o período de governos militares, nos quais a questão da aptidão física era o que reinava nos processos de seleção, tanto para entrar no Exército quanto para se caçar talentos para o esporte. Então, hoje, o que se vê muito na área da Educação Física e no esporte, e principalmente no alto rendimento, é a busca de protocolos para se estabelecer qual será o melhor atleta ou o perfil corporal desejado. A grande tendência, o que é cobrado da Psicologia, é que se possa construir um perfil ideal de atleta para o alto

rendimento. E isso realmente é inviável.

Vamos tomar, como exemplo, o futebol, que é o esporte nacional. A história do futebol é bastante interessante sob o ponto de vista do preconceito racial. O futebol foi trazido, para o Brasil, por Charles Müller – que era brasileiro, filho de ingleses – depois que ele voltou de uma temporada de estudos na Europa. Os ingleses, inclusive os pais de Charles, trabalhavam na Companhia de Londres, que construíra, naquela época, as nossas estradas de ferro. Nesse tempo, o futebol era praticado no Clube de Ingleses, no Clube da Railway, que era a empresa ferroviária. Portanto, ele começou como um esporte elitizado, e não popular, como é hoje. Arthur Friedenreich foi fundamental para a democratização do futebol no Brasil. Ele era filho de pai alemão e mãe brasileira – e negra. Ele foi considerado o moreno que democratizou o futebol, e se tornou um herói nacional. Todos, na avaliação de Rosenfeld, que é um antropólogo brasileiro – sem distinção de raça ou de nível sócio econômico – reconhecem isso. Quando ele conseguiu que o futebol brasileiro realizasse alguns feitos específicos no exterior e voltou ao Brasil, foi procurado por todos: queriam seu autógrafa, sua fotografia ou apenas um olhar, e o governo começou a não ter controle desse movimento.

Depois de Arthur, tivemos Leônidas da Silva e Domingos da Guia, desenhando o que Gilberto Freyre chama de “mulatice brasileira”. Por quê? Nós citamos antes um corpo rígido, militarizado, que tem que ser formado: o corpo forte. Este é um corpo-máquina, fechado, que não tem muita ginga. Quando aparece o Arthur Friedenreich, o Leônidas da Silva e o Domingos da Guia, começamos a falar da cultura negra, da dança da capoeira, de todos os rituais do negro – a ginga, a arte – que o branco não tinha. Surge a perspectiva de uma outra organização corporal para o esporte, e o futebol foi a grande vitrine desta mudança, especialmente para a população negra, para a qual o esporte poderia se tornar um meio de ascensão social. Mas o que acontecia? Leônidas da Silva e Domingos da Guia são exemplos fidedignos de que não eram eles que ficavam com o dinheiro que ganhavam, ao contrário, eles morreram numa situação econômica bastante complicada. Seus descendentes é que acabaram tirando proveito do papel que eles exerceram. A ascensão social não era sinônimo de reconhecimento social, porque eles eram vistos como heróis pela elite, mas, quando iam tomar chá na Railway, não entravam no salão principal. Isso aconteceu com Arthur Friedenreich, conforme relatos existentes. Hoje, de alguma forma, esta situação ainda é vivenciada por jogadores de futebol, que são barrados e não entram em determinados eventos...

Então, o que o futebol representava? Como uma modalidade esportiva, ele permitia, e ainda hoje permite, que as pessoas demonstrem seus impulsos. A elite considerava que esses impulsos eram irracionais, agressivos, incitavam à violência. Por isso, quando há a introdução do Movimento Negro na questão do esporte, acaba tendo uma mistura do movimento

específico, técnico-tático, com o movimento artístico da bola, e isso foi considerado uma grande contribuição dos negros para o esporte, especificamente no Brasil.

Queria salientar que, apesar de esses serem dados dos anos 1950, 60 e 70, no começo desse ano, nós tivemos um jogador que foi vendido para a Alemanha, para jogar num clube da Segunda Divisão, e voltou para o Brasil em menos de dez dias devido ao preconceito racial. Assim que o jogador entrou na cidade, depois de comunicada a sua compra, ele sentiu um

**Surge a perspectiva de uma
outra organização corporal
para o esporte, e o futebol foi a
grande vitrine desta mudança,
especialmente para a população
negra, para a qual o esporte
poderia se tornar um meio de
ascensão social.**

Luciana Ferreira Ângelo

ambiente hostil. Era um jogador do Palmeiras. No primeiro jogo, quando entrou em campo, quase foi apedrejado. Eram pedras, tomates, ovos em cima dele. Ele foi retirado às pressas, pegou as suas coisas e, desfeito o negócio, voltou para o Brasil. Portanto, essa questão permanece nos dias de hoje.

E, a seguir, vamos ver o que aconteceu e o que acontece no Brasil nos Jogos Olímpicos, de uma forma geral. Na história dos Jogos Olímpicos, o atletismo e o iatismo são as modalidades que mais forneceram medalhas para o Brasil, e, se vocês querem saber, foram 12 medalhas, todas conquistadas por atletas negros. Os jogos de Paris foram os primeiros dos quais o Brasil participou, em 1924, mas quase não conseguiu. O Brasil fez a inscrição para as Olimpíadas e, alguns meses antes, cancelaram-na, alegando que o número de atletas era pequeno e que os 12 eram negros. Por interferência de um presidente do COB, que é o Comitê Olímpico Brasileiro, e do Comitê Olímpico Internacional, foi feita, dois dias antes, a inscrição do Brasil nos Jogos de Paris. Em 1932, participamos dos Jogos de Los Angeles, só que de uma forma muito estranha. Todos os atletas brasileiros, a maioria negros, foram de barco para Los Angeles, só que era um cargueiro, e cada atleta era obrigado a vender uma saca de café nos Estados Unidos para poder participar.

Esses exemplos são de atletas que fazem parte de uma grande história de conquistas brasileiras em termos de medalhas. O Adhemar Ferreira da Silva, nas histórias que lemos, não relata ter sofrido qualquer tipo de preconceito. Inclusive, foi lançada sua biografia, no final de 2002, comecinho de 2003.

Ele realmente é tratado e ovacionado, de forma geral, pela sociedade brasileira, como um herói. O Adhemar foi o único brasileiro bicampeão olímpico, de salto triplo, em 1952 e 1956. O Adhemar, é importante salientar, nunca parou de trabalhar, ele sempre estudou e trabalhou. Aos 19 anos, era atleta do São Paulo, nessa época, não praticava o salto triplo, corria os 100 metros, e nunca tinha obtido grandes resultados. Vendo um outro atleta praticar o salto triplo, ele começou a tentar e conquistou altas marcas. Foi o seu técnico, do São Paulo, que realmente o incentivou, motivou, a treinar o salto triplo. Muitas vezes, esse técnico tirou do próprio bolso o subsídio para o Adhemar poder treinar. Então, ele foi bicampeão olímpico, tricampeão no Pan-Americano de 1955, 57 e 59, e, em 1960, participou, pela última vez, dos Jogos Olímpicos, em Roma. O Adhemar, principalmente por ser do atletismo, não conseguiu ascensão econômica, pois os atletas de atletismo realmente não ganham dinheiro até hoje. E, se formos avaliar os nossos atletas do atletismo, a maior parte deles é negra. Então, a questão da ascensão, no futebol, é uma e, no atletismo, outra. Podemos levantar a hipótese de que isso explica o fato de a maior parte dos atletas negros preferirem essa modalidade (futebol). Mais recentemente, tivemos João Carlos de Oliveira, que todos conhecem como João do Pulo. Ele recebeu este apelido depois de 1975, quando, nos Jogos Pan-Americanos do México, quebrou o recorde mundial do salto triplo, pulando 17,89m. Ele também ganhou uma medalha de bronze em Montreal, só que, em Moscou, não sei se vocês lembram, ele viveu uma história terrível, provavelmente, não só devido à questão do preconceito racial, como também por causa de uma outra lei no esporte, a Lei do Patrocinador. Em 1980, em Moscou, por motivos econômicos, financeiros, os patrocinadores pediram que os juízes anulassem a marcação do melhor salto do João, 77,80m, e com ele estavam dois atletas russos, também saltando. Esses atletas conseguiram milímetros de diferença em relação à marca do João. A imprensa denunciou este episódio como a grande farsa olímpica, uma das piores dos últimos anos. O João chegou a ficar em terceiro lugar, ganhou a medalha de bronze. Depois de dez anos, o atleta que ganhou a medalha de ouro foi à imprensa e revelou toda a história – afirmou que a medalha de ouro era mesmo do João.

Um caso clássico no esporte, relacionado ao preconceito racial, aconteceu com James Owens, conhecido como Jessie

Owens, atleta do atletismo. Em Berlim, em 1936, Adolf Hitler estava coordenando os jogos. Ele sempre fazia questão de cumprimentar os jogadores, mas se negava a cumprimentar um atleta negro quando ele ganhava. Jessie Owens é considerado um herói na história dos jogos olímpicos, porque mostrou, por meio de sua capacidade física, que a superioridade da raçaariana não existia: ganhou quatro medalhas de ouro e bateu dois recordes olímpicos. Só para vocês terem uma ideia até onde ia o boicote, existia um jornalista que fazia a contabilização das competições, e, na hora de somar as medalhas conquistadas, ele excluía aquelas que os atletas negros haviam conquistado.

Há também o exemplo do Cassius Clay, que nasceu em 17 de janeiro de 1942, nos Estados Unidos, Louisiana. Na década de 1960, aconteceu uma história muito interessante, quando a questão entre negros e brancos, nos Estados Unidos, era bastante acirrada. Cassius Clay, no boxe amador, tinha competido várias vezes e ganhado algumas medalhas. Ele andava com as medalhas de ouro no peito... Um dia, foi a uma lanchonete, com a medalha de ouro no peito, e o pessoal começou a dizer que não ia servi-lo, porque ele não era benquisto ali etc. Então, ele saiu da lanchonete e, ao atravessar uma ponte, muito irritado, jogou as medalhas no rio. E disse: “Já que é para mostrar que eu faço alguma coisa, vou me profissionalizar.” Ele se tornou profissional na década de 1960, e o Malcom X foi o grande benfeitor do Cassius Clay. Ele mudou de religião, o nome dele passou a ser Mohammed Ali. Nos anos 60, foi convocado para lutar na Guerra do Vietnã e se recusou a ir: “Eu não vou. Vocês não me reconhecem, então eu também não reconheço o Exército. Não vou”. Por isso, ele perdeu todos os seus títulos, inclusive o Cinturão de Ouro. Em 1974, depois da Guerra do Vietnã, os Estados Unidos perceberam que estavam desperdiçando um grande atleta e marcaram uma luta dele com Foreman Friedman, só que não nos Estados Unidos, e sim no Zaire, em Kinchasa. Ali ganhou a luta. Em 1996, quando foi homenageado, em Atlanta, quase 50 anos depois da guerra, lhe devolveram as medalhas que ele havia jogado no rio e o Cinturão.

Eu trouxe alguns pequenos exemplos porque acredito que essa é uma área importante dentro da Psicologia do Esporte e merece ser pesquisada. Creio que atualmente buscamos o princípio de alteridade, um princípio emprestado da Antropologia, para dizer que acreditamos que todos os indivíduos, independente das diferenças, são iguais no direito à prática esportiva.

Debate

MARIA APARECIDA BENTO: Bem, depois de duas tão interessantes exposições, vou abrir a palavra, deixar a bola solta para a gente conversar um pouquinho sobre essas duas questões. Só queria fazer um comentário sobre a criança que chega para o pai e fala sobre o livro didático... Eu não sabia dessa história, acompanhei

as ações jurídicas contra esse livro didático, mas não sabia da história. Tem uma pesquisadora, a Raquel de Oliveira, que traz, em sua dissertação de mestrado, o relato das crianças brancas, dizendo que as crianças negras não reagem à discriminação. Então, para mim, é surpreendente que essa criança negra

consiga falar sobre isso com o pai e ele vá atrás para mudar essa situação. É uma tarefa da Psicologia pensar sobre o que significa, para uma criança, ter que reagir a uma coisa desse tipo, diante, por exemplo, da autoridade de um professor. E a questão levantada pela Luciana, de que ainda hoje os jogadores são barrados, me chama bastante a atenção. São barrados, são chamados de macacos... Talvez os clubes peçam a eles para, digamos, “abaixar a bola”, não reagir... Eu me lembro da situação do Reinaldo, no Sul, que começou a reagir, alguns anos atrás, a situações de discriminação racial que ele estava sofrendo, e o clube o sufocou. Como é difícil reagir à discriminação racial, seja na escola, seja quando você está construindo uma carreira... Você pode perder muito ao fazer uma denúncia, a não ser que tenha, ao seu lado, seus companheiros.

Eu vou abrir então a palavra...

PESSOA DA PLATÉIA: Nós sabemos que a discriminação ao negro está implícita. Muitas vezes, somos preconceituosos, depois, refletimos: “Não, eu estou sendo preconceituoso, essa não é uma atitude legal”. Mas, no primeiro momento, muitas vezes nós somos, sim, preconceituosos. A criança tem uma percepção muito aguçada. Como funciona essa discriminação do professor em relação à criança? Como é trabalhado isso? Porque o próprio professor tem isso dentro dele e passa para a criança. Ele ensina um monte de coisas, ele leva um monte de coisas... Mas a criança sente esse preconceito do professor em relação a ela. Como funciona isso? Em relação à discriminação na escola, muitas coisas foram feitas, muitas técnicas foram colocadas. Por outro lado, como está sendo trabalhado isso em relação aos próprios profissionais?

PESSOA DA PLATÉIA: Apenas completando a colocação do companheiro, quero relatar uma experiência pessoal: quando criança, eu também fui tratado com discriminação, e não foi só por professores, por alunos também. Todos acharam que eu era retardado e sempre era muito humilhado. Uma vez, quando eu ainda estava no 1º ano, um tio meu foi me buscar na escola no momento que dois meninos estavam me batendo. E essa discriminação sempre aconteceu, tanto que chegou um tempo em que fui obrigado a parar de estudar, pois já não agüentava mais esse tipo de comportamento das pessoas. Eu também fui responsável por isso, porque eu era racista, tinha medo de negros, e só consegui superar isso quando entrei, pela primeira vez, num ensaio de escola de samba. Gostei tanto que, a partir daí, comecei a brincar com negros, de igual para igual. Inclusive, teve um outro episódio: um homem aparecia sempre bêbado na minha rua e eu fugia dele. Um dia, ele chegou perto de mim e falou: “Escuta, eu te vejo sempre brincar com o meu filho e, quando você me vê, foge de mim? Não precisa fugir, eu não vou fazer nada, não”. Aí eu vi que eu não tinha que ter medo e passei a me relacionar com ele.

PESSOA DA PLATÉIA: Eu queria pedir que a Luciana falasse um pouco do seu trabalho, se atua na área, como é essa atividade, se lida com a questão racial. Na faculdade, a Psicologia do Esporte está muito ligada ao alto rendimento, então,

os psicólogos são chamados a pensar em como melhorar o rendimento dos atletas, e o esporte deixa de ser saudável... Porque o esporte não é saúde: você se arreventa e tem vida profissional curta, então, o esporte pelo esporte não é sinônimo de saúde. Eu acho que o esporte, quando você pensa nesse alto rendimento, toma outras proporções, e a Psicologia do Esporte está muito ligada a isso. Portanto, as atividades esportivas para a diversão são deixadas de lado. E tem uma outra coisa que é o lugar e o tipo de atividade que se pratica. Sempre que você lida com a questão racial tem que levar em conta isso... Fiz balé durante cinco anos e sempre ouvi que eu nunca poderia ser uma bailarina porque, afinal de contas, o meu corpo não era de bailarina, eu tinha bunda grande, corpo truncado demais... e era a única negra do balé. E isso acontece muito nos esportes. Como você analisa esta situação? Como trabalha com a questão do lugar, porque isso é muito importante, faz muita diferença. Outra coisa que eu queria que você comentasse é que, mesmo que o esporte seja para todos, ele não é igual para todos, porque a estrutura corpórea das pessoas é diferente. Assim, há algumas diferenças que precisam ser valorizadas ou respeitadas. Como trabalhar isso para que não se transforme em discriminação?

PESSOA DA PLATÉIA: A minha pergunta cabe para o esporte e para a educação. Vocês entendem que, ainda hoje, o negro sente-se com baixa auto-estima por causa do preconceito, ou seja, ao sofrer o preconceito – seja no esporte, seja no colégio ou na faculdade – ele abaixa a cabeça. Ele realmente aceita essa condição ou é muito mais perspicaz, como esse garoto, que, de alguma maneira, se reportou ao pai, colocou a sua situação, os seus sentimentos? Eu queria saber se atualmente ainda é muito forte esse sentimento de baixa auto-estima do negro com relação à sociedade.

BEL SANTOS: Luís Afonso, quanto à questão de a maioria dos professores ser branca, eu não saberia lhe dar as estatísticas, mas posso lhe dizer, com certeza, que tem duas áreas de concentração da população negra: saúde e educação. Eu não tenho os dados para lhe apresentar, mas temos aí algumas questões que possibilitam inferir algumas hipóteses. Uma, porque são duas profissões em que se entra por meio de concurso público, então o acesso é universalizado, com possibilidade para todos. Eu sou formada em Matemática. Quando fui fazer Matemática, o pessoal falava assim: “Por que você não fez História ou Sociologia? Porque os negros têm que resolver o problema dos negros”. A gente tinha que fazer História ou Sociologia para estudar os nossos problemas, como se estes problemas fossem nossos, e não da sociedade brasileira. As áreas de saúde e educação são muito ligadas ao cuidar, elas são quase uma extensão da maternidade, do cuidado com o outro. Então, tem uma grande concentração de negros, principalmente na escola pública, que é onde está a maioria dessa população. Por outro lado, há mudanças acontecendo e as legislações têm contribuído muito para isso. Portanto, esse não é um problema que o negro tem que

resolver e levantar a cabeça, este é um problema de todo mundo. É aquilo que nós dizíamos antes, se um se sente inferior, o outro está se sentindo superior, e os dois têm uma visão equivocada a seu próprio respeito. Era só para lhe dizer que esse comportamento de hostilidade pode também acontecer com o próprio professor negro. Veja a questão da polícia: os policiais são branco-ricos? Não. E por que se mata tantos pobre-negros? Então, não é só a sua cor de pele que conta, há ainda a cor do conhecimento que você transmite. Brigasse para que esse conhecimento deixe de ser macho, branco e europeu. O professor negro pode ser tão hostil quanto um professor branco, dentro da sala de aula, ou até mais, porque ele pode adotar a seguinte postura: “Olha, por que você não faz como eu? Eu fiz duas faculdade, doutorado...” Assim, ele pode ser até mais hostil, já que não conseguiu lidar com isso nem em relação a ele mesmo. Agora, o impacto disso na criança... você imagina uma criança negra... Tem uma pesquisadora, Eliane Cavaleiro, que pesquisa também a educação infantil. Ela conta, em uma de suas publicações – Do silêncio do lar ao silêncio escolar – a situação em que uma professora pega uma criança, na Educação Infantil, e penteia seu cabelo liso, supercomprido, e fala: “Ah, vem morar comigo! Eu queria tanto que você fosse minha filha! Ia pentear seu cabelo todo dia!”. E a Eliane está lá, quietinha, observando a situação. Supercarinhosa, afetuosa, que delícia! Um outro dia, chega uma criança negra. Aí, a mesma professoratira um elástico do bolso e fala: “Menina, prende esse cabelo, senão vai ficar cheio de piolho!”. Ela nem vai prender o cabelo da aluna. Como se sente essa criança, de quatro, cinco anos, que ficou sentada, vendo a professora pentear o cabelo da outra, querendo que essa menina fosse sua filha, enquanto ela não consegue receber, da professora, nem o gesto de carinho de prender o seu cabelo? Ela sente que não é para estar ali, que aquele espaço não é seu, que não é digna de afeto. Como se sente uma criança que a professora não chama para nada? Ela acaba inventando, no final, uma dor de barriga para não ir, no mês de junho, para a escola. Para muitas crianças, o mês de junho é um mês fatídico, porque elas têm que dançar a bendita quadrilha. Aí tem a tal da miss caipirinha e o casal mais engraçadinho da sala de aula, que raramente é composto por crianças não-brancas. Como se sente essa criança que inventa até uma dor de barriga para não ir no dia da quadrilha? Ela não quer enfrentar a situação de ninguém querer dançar com ela! Normalmente, a solução que a professora encontra é fazer as meninas dançarem umas com as outras. É uma situação de muito sofrimento. Chega uma hora em que a maioria dessas crianças fala: “Chega, não dá mais! Não agüento, não quero mais!”. Às vezes, ela ouve da própria mãe: “Ah, professora, deixa, porque puxou a família do pai, não tem cabeça para estudar”. Pronto! Na escola, ela não encontra espaço para estudar, todos em volta acham que ela não serve para isso. Agora, por outro lado, o Alexandre traz um elemento superimportante, quando fala: “Olha, sabe quando eu perdi medo de negro? Quando eu entrei lá, com eles, na escola

de samba, e comecei a ver aquelas pessoas que não estavam preocupadas comigo – não sei nem se você sabia dançar ou não – elas só queriam dançar, não me pegar”. Não é verdade que o “Boi, boi da cara preta” pega. Então, como você pode fazer para modificar esse medo, essa aversão ao outro? Tem que haver convivência, não só transmissão de conhecimentos. Os professores têm que criar situações de convivência, de encontro e de diálogos com a diversidade, com todas as diferenças, com os limites e as potencialidades. E aí a Rosângela traz essa questão que acho que foi respondida, não é, Rosângela? Esse problema de baixa auto-estima me fez lembrar uma coisa: a minha avó sempre... a minha família é toda baiana, então, essa coisa de abaixar a cabeça foi um abaixar a cabeça tão fingido... A história ainda não contou todas as rebeliões, todas as sabotagens, todas as revoltas subterrâneas que aconteceram no dia-a-dia de denúncia e de negação dessa escravidão... Os quilombos foram só uma de suas expressões, mas havia a luta cotidiana de fazer os objetos da casa cair... Imagine a porcelana portuguesa cair de repente! Começava a cair um, caía outro, outro... Isso é uma forma de protesto! Não é abaixar a cabeça!

Acabei me lembrando da minha avó baiana, porque ela nunca fazia uma coisa que não queria. Nunca! Se eu falasse para ela assim: “Vó, tem que tomar tal remédio”. Ela responderia: “Tá bom, filha...”. É da cultura baiana esse jeito de falar “já, já...”; “Vamos embora!”; “Já vou...”, e o cara te deixa três horas esperando. Ele não vai dizer: “Olha, eu só vou na hora que eu terminar de fazer as minhas coisas”. Ele fala: “Tá bom, já vou...”; “Sim”, um “sim” superlongo, um “sim” baiano. Se eu não quisesse discutir com você, faria assim, você fala: “Os negros têm um problema de baixa auto-estima enorme”. E eu: “Sim, sim...”. Esse “sim” superlongo quer dizer: “Olha, não acho”, que significa “Se isso serve para conseguirmos conversar agora...”. Sobre essa baixa auto-estima, tem de se esperar o momento da luta, tem a ver com como você enfrenta este problema no dia-a-dia... Tem um amigo nosso, um professor da USP, que diz: “Você tem que morder um leão por dia para virar notícia, porque se você é mordido pelo leão, é supernormal, nem vira assunto!”. Então é assim, às vezes você tem que deixar o leão lá no canto e esperar a hora. Eu comecei a viver a minha militância aos 14 anos, quando nem pensava em ser professora, e não achava que ia chegar um dia em que isso ia ser assunto mesmo dentro da sala de aula, que a gente ia ter uma Secretaria especial da Promoção da Igualdade Social; um presidente que não fosse loiro, alto e dos olhos azuis; ministro negro... Eu não achava que isso fosse acontecer. Embora batalhasse por isso, eu achava assim: “Ah, não... As minhas sobrinhas, quem sabe as filhas delas...”, porque tudo isso parecia tão impossível há 20 e poucos anos... E hoje essa discussão saiu do gueto, uma está sendo feita aqui dentro do CRP, porque isso não é um assunto só para negro, é um assunto para todo mundo. Então é possível. Agora, não é fácil, às vezes, você tem que engolir um monte de sapo, porque tem muita empresa por aí que discrimina. E você pensa: “Como é que eu digo ‘sim’, mas vou fazendo a minha revolução por dentro?”.

MARIA APARECIDA BENTO: Eu só queria fazer um comentáriozinho... A minha pergunta é se os brancos estão atuando diante da situação de discriminação, porque não é o negro que tem que reagir. Se eu assistir a um ato de violência, eu tenho que me manifestar. Então, quando a Bel destaca essa questão dos professores brancos, para nós, é muito bom ver os professores brancos em sala de aula, isso não é um problema... Eles estão preocupados com a estima da criança negra, e essa criança está ganhando força para reagir. Então, hoje, o que eu quero é menos uma mesa de negras e mais brancos aqui, falando, entendeu? Brancos se indignando, brancos dizendo que não aceitam a discriminação que presenciaram na empresa ou na escola, aquilo que a professora fez ou aquilo que o policial fez... Os brancos têm que reagir. Há um vídeo, Os Olhos Azuis, que afirma: “A pior coisa do racismo é a omissão”. É você não ver ninguém, ninguém discriminando, humilhando, violando. Então, entendo o que você está colocando, acho que é uma questão importante. Fui psicóloga organizacional por muitos anos e fico imaginando como é sair de uma grande corporação devido à discriminação racial, não é uma coisa fácil. Encontrar parceiros que vão lá, testemunham com você e botam a empresa “no pau” também não é fácil. Neste sentido, o grande número de professores brancos que se inscreveu (no Prêmio), para mim, é um sinal de avanço. Fico muito otimista, também, quando vejo isso.

LUCIANA FERREIRA ÂNGELO: O que vou dizer soma com o que a Cida acabou de colocar, porque, no esporte de alto rendimento, a gente está falando de empresa. Qual é o atleta que ameaça sair de um clube, da Primeira Divisão de futebol, que ele sempre sonhou em chegar, porque o técnico o chamou de “neguinho”? Não sai, não sai! Mas o “sim” de que a Bel falou é constante, e se tiver um psicólogo no time e se ele for sensível a essa questão, auxiliará, e muito, o técnico para que mude de postura, para que a Comissão tenha uma outra relação com esse profissional... porque ele está lá como profissional! Quando falamos do esporte é importante termos noção de que o esporte realmente não é saúde, como ela colocou, e não é a primeira maravilha do mundo. Não é mesmo. Às vezes, o pior ambiente é o esportivo, porque, naturalmente, falar dele é o mesmo que falar em competição, adversários etc. Muitas vezes, eu e elas fazemos parte do mesmo time, mas vou querer mordê-las, e elas a mim, porque alguém tem que ocupar o lugar do titular, não importa se ela é negra, branca, gorda, alta... Eu quero dizer que, no esporte, os preconceitos não estão ligados só à questão racial, não! Há preconceito contra a mulher, porque você tem mais de 30 anos, menos de 1,80 metros... Há uma série de preconceitos no ambiente esportivo.

E quanto às diferenças corpóreas... tem uma área dentro da Educação Física e do Esporte que se chama Antropometria. E existe, sim, para cada modalidade esportiva, uma medida e um biótipo adequados, que é o tipo de constituição física, – descrito por escola alemã, escola italiana, escola francesa, escola americana – ideal para a prática de determinada

modalidade esportiva.

O vôlei é um esporte de elite, sim. É um dos esportes mais elitizados, é o que chamamos de “classe vip”. No esporte, o atletismo é para a “ralé”, todo mundo pode fazer atletismo. E o investimento, no atletismo, é bem menor, é só comprar o tênis ou a sapatilha e está tudo bem. No vôlei não, tenho que ter uniforme, “banicar” o cara no alojamento, lugar para treinar...

Há o caso dos quatro atletas brasileiros que foram vice-campeões olímpicos: para disputarem uma prova na Europa, tiveram que “banicar” tudo, não receberam qualquer patrocínio. Esses atletas ganharam a medalha de prata nas Olimpíadas, perdendo só para os Estados Unidos, ou seja, para os maiores atletas do mundo, ninguém ia bater os Estados Unidos: a prata do Brasil significou ouro. Um desses quatro atletas tinha uma prova para disputar na Europa e não sabia se ia poder ir porque ele não tinha dinheiro!

Em relação ao que você está falando (sobre o lugar), digo que não importa se a pessoa é negra ou branca. A Malu Magen, quando começou a aparecer nas competições, sofria preconceito por ser mulher, e não arranjava patrocínio. Às vezes, isso é até inerente ao meio esportivo. Então, quando você fala sobre o onde o esporte é praticado, é muito importante ter noção de que, por exemplo, temos alguns projetos sociais, como o Projeto Esporte e Talento, que acontece dentro do Cepeusp, na Universidade de São Paulo. Ele é um clube de práticas esportivas, todo aluno da USP pode praticar esporte no Cepeusp. Há mais de seis anos tem um projeto lá, em que o esporte é trabalhado como meio de inserção social. Então, o esporte é praticado, independente da cor, mas a questão racial aparece na quadra, porque a maior parte da população atendida é das favelas São Remo – que é a favela murada, ao lado do Hospital Universitário – e da favela do Jaguaré. E se a gente for ver, a maior parte da população que usufrui dele é negra ou mulata. Quando, por exemplo, organizamos uma olimpíada e convidamos algumas entidades – como a Fundação Gol de

A pior coisa do racismo é a omissão. É você não ver ninguém, ninguém discriminando, humilhando, violando.

Maria Aparecida Bento

Letra; uma escola estadual que se chama Ibraim Nobre; e o pessoal de um outro projeto que tem dentro do Cepeusp, o Esporte Solidário, que também trabalha com a população, só que voltado para o atletismo – percebemos que a maior parte das crianças atendidas é negra. De dois anos para cá, mudou a estrutura do Projeto Talento e a questão educacional passou a focar exatamente esses pontos que não eram trabalhados, porque antes era exatamente como a Bel falou, só que acontecia lá dentro da quadra e ninguém via... Então a competição era

inerente no sentido de que você podia fazer parte do mesmo time, competir pela mesma causa, mas não trabalhava por um objetivo comum. Agora a orientação não está focada na competição. Então, por exemplo, o Talento, apesar de ter esse nome – porque, no início, seu objetivo era detectar talento e mandá-los para os clubes – hoje ele trabalha com a inserção social, não interessa se o indivíduo tem talento. Se tiver, ótimo. Se tiver habilidade, potencialidade, capacidade, vontade, o Talento o orienta, mas não enaltece isso. Hoje, essa não é a principal meta do projeto. De dois anos para cá, o esporte educação é visto como um meio. Mas para quê? Para que sejam trabalhadas questões como o preconceito racial. Então, em relação ao que você falou sobre o lugar, Há, no esporte e na Educação Física, uma linha que se chama “Esporte para todos”, desenvolvido por vários pesquisadores. Mas o que acontece? Não emplaca. Onde não emplaca? Na periferia. Por quê? Porque se oferece “Esporte para todos” e a mídia derruba essa proposta, ao passar a idéia de que o esporte é um meio de ascensão social. Por que há tantas “peneiras”, principalmente nos campos de várzea, no futebol, para se detectar talento? Esses jogadores saem de lá para, por exemplo, Juazeiro, na Bahia, onde há uma área, no Clube Vitória, para se treinar esse talentos que, depois, serão exportados diretamente para clubes como o Milan, da Itália... E tem muito jogador brasileiro lá fora que a gente nem sabe. Tem também alguns atletas brasileiros no futebol português, esta informação a imprensa brasileira não dá. Por quê? Porque o brasileiro está lá, fazendo mais sucesso que o português, que foi o que, mesmo, nosso? Colonizador, né? E não precisa ser negro, pode ser branco. Então, o meio esportivo é realmente um ambiente que produz muito preconceito. Eu queria deixar isso claro que as diferenças devem ser trabalhadas a todo o momento, e que a questão da baixa auto-estima não é prerrogativa do atleta negro, porque a humilhação no esporte de alto rendimento é diária, constante, e é para qualquer um... para todos, sem distinção.

A baixa auto-estima envolve muitos fatores e, principalmente, questões como as que elas colocaram: Qual é a minha visão de mundo e qual é o meu lugar nele? Qual é a minha importância perante essas questões?. Então, quando nos deparamos com um ambiente muito preconceituoso, como o que esse atleta encontrou na Alemanha, que o fez votar em menos de dez dias, não há como segurarmos uma “barra” dessa, por mais que o próprio time nos dê suporte.

Vejo a situação da seguinte forma: no meio esportivo, nós formamos os heróis. Existe o mito do herói, de que a professora Kátia Rúbio, da USP, falou em sua tese de doutorado. Nós construímos os heróis, e a importância que a sociedade acaba dando para cada uma dessas figurastem uma função. O Pelé foi para o futebol. Por que será? Lembra que eu lhes disse que foi com a entrada da população negra que o futebol ganhou maior flexibilidade, e se transformou em arte? Veja o Robinho, que começou no Santos. Não tem ginga? Não faz direitinho o drible? Coisa que um outro provavelmente não

conseguiria fazer com tanta facilidade. Tem uma diferença entre o Robinho e o Diego, no que diz respeito à habilidade com a bola, à tática e à técnica... São estilos diferentes de jogar. Então, cada modalidade tem uma história específica, e conta também a história de vida do próprio atleta. Por que se construiu a imagem do Ayrton Senna, branquinho, branquinho, como atleta-herói etc.? Há negros no automobilismo? Vocês viram alguma vez um negro no automobilismo? Teve um, há muitos anos, que não apareceu, não teve sucesso, mas eles estão no atletismo e no basquete também... Na natação? Tem um baiano, hoje, muito bom.

Em termos de teoria, estamos falando um pouco da Antropometria, mas também da cultura. E tem os esportes de elite, quem é que pode bancar uma natação? Poucos. Que clube banca? Quanto você investe? O Brasil tem, por exemplo, um time de beisebol juvenil muito forte e, quando vai para as competições internacionais, volta com medalha de campeão. Qual é a parte da população que mais pratica beisebol no Brasil? O japonês, por uma questão cultural. Só que, em Cuba, o que a gente vê? Negros no beisebol, e são os melhores. E aqui no Brasil, em São Paulo, já tem projetos que tentam utilizar essa questão cultural para divulgar o beisebol, dizendo que ele também pode ser um esporte para negros. A fala, dentro do meio esportivo, é: “Essa modalidade é para negros”.

PESSOA DA PLATÉIA: Boa noite. Eu também sou psicólogo, acabei de me formar e fiz um trabalho sobre a auto-estima do negro. Nas minhas pesquisas, constatei que a questão do racismo está ligada à relação de poder. A motivação para se trabalhar com a auto-estima do negro é a opressão, e que motivos o branco teria para também trabalhar essa questão? Como vocês vêm isso?

PESSOA DA PLATÉIA: Não farei uma pergunta, e sim uma colocação. É interessante que, quando começamos falar sobre o preconceito, vem à tona o emocional e a dificuldade que as pessoas têm de lidar com a situação. Alguns sentem raiva, outros ficam mais emocionados, e eu creio que se isso acontece porque está havendo um trabalho que levanta exatamente aquilo que está oculto. Então, se vem o mal-estar, a emoção, é porque se está mexendo em algo que realmente tem que ser mexido. Eu acho que, nesse aspecto, está sendo muito positivo perceber as diferentes reações das pessoas frente às perguntas, às respostas. O objetivo está sendo cumprido.

Pessoa da platéia: Eu queria saber o que vocês pensam sobre o preconceito como sentimento e a discriminação, sob o ponto de vista da razão;, e de que forma podemos informar as pessoas, porque, às vezes, as coisas ficam um pouco misturadas e entra tudo no mesmo saco. Acho que é importante fazer essa diferenciação, para nos situarmos, enfim...

PESSOA DA PLATÉIA: Eu sou educador social da Fundação Travessia e trabalho com crianças de rua. O que mais vejo, na rua, são crianças negras, é o que mais tem. Estamos desenvolvendo um trabalho com elas, visando à valorização da cor e da auto-estima. Uma pergunta para todos da mesa: como está se

trabalhando a auto-estima, principalmente das crianças que estão na rua, que não têm família ou qualquer referência.

PESSOA DA PLATÉIA: Eu estava conversando com uma colega e percebi que muitas pessoas vieram aqui, assim como eu, sem saber que a íamos discutir o preconceito contra o negro, e sim o preconceito em geral. Vocês falam muito sobre o negro, mas sou pobre, nasci na Zona Leste, moro num bairro suburbano,

Ter preconceitos, não ter desejo de construir conceitos sobre o outro e ficar nessa visão epidérmica do “gosto, não gosto” é muito pouco, porque podemos fazer muito mais do que isso.

Isabel Aparecida dos Santos

fiz faculdade e estou tentando vencer na vida. O preconceito é muito grande e não só em relação ao negro, entende? É também em relação ao suburbano, a quem, quando criança, não consegui aprender a falar inglês, espanhol, alemão, e está tendo agora, adulto, que freqüentar uma escola de idiomas; é contra quem não consegue entrar no mercado de trabalho, como psicóloga, porque não tem ninguém que patrocine. Então, seria legal pensarmos em todas essas formas de preconceito. Eu nunca atendi paciente negro, mas já atendi muitos pacientes que sofriam preconceitos, uma porque era pobre e a outra, obesa, e isso também dói, isso também faz sofrer.

PESSOA DA PLATÉIA: Muita gente tem vergonha disso. O índio é uma raça que não existe mais no Brasil, mas é bonito falar sobre o preconceito contra o negro, E de uma raça que está sendo extinta? Eu só estou tocando nesse assunto porque acho que a gente tem que abrir a mente para outros aspectos e não só para o preconceito contra o negro, porque o negro, você mesmo falou, é uma raça. E o índio, hoje em dia, é o quê?

PESSOA DA PLATÉIA: Parece que procuramos cuidar do que está mais próximo da gente, isso mostra também como estamos engatinhando em relação a esse “lance” do preconceito. Como as coisas ficam muito misturadas, não conseguimos perceber as diferenças entre elas. Talvez seja mais importante discutirmos sobre preconceito racial justamente porque vivemos isso no dia-a-dia, e, em relação ao índio, não temos essa oportunidade.

PESSOA DA PLATÉIA: Nos sentimos muito sozinhos quando temos de enfrentar o preconceito. Na verdade, bem que percebemos que estamos sendo discriminados pelo gordo branco, pelo “viado” branco... Tem um monte de gente com defeitos e que discrimina também. Um não ajuda o outro. Cada um fica sozinho com o seu preconceito. Com relação à emoção, que você falou, é complicado... Eu me lembro, há uns 20 anos, quando esbarrei

no assunto... é curioso como os afro-descendentes, que é um termo que se usa hoje, descobrem que são afro-descendentes muito tarde na vida. Alguns nem descobrem e se vêem como brancos durante muito tempo. É um perigo danado você tocar nessas emoções, porque você pode até virar um militante insano. Outra coisa: se luta muito sozinho. Enfrenta-se o preconceito há muito tempo, desde pequeno, e é muito comum não se tratar desse assunto dentro de casa, nem em lugar algum. Você não tem com quem falar em casa, nem na escola. Sabe, a primeira fonte que eu encarei de discriminação, de verdade mesmo, foi a escola. Isso vinha do professor, dos colegas, de quem não quer se reunir com você para fazer um trabalho... do primário à faculdade. Muitas vezes, quem discrimina não tem condição de discriminar, porque, se pegarmos um estereótipo, uma mistura... Vamos pegar um pouquinho de cada um para misturar: o loiro da Xuxa, a riqueza do Fernando Henrique e do Ermírio de Moraes, o poder do cara da Globo... você pega tudo isso e junta numa pessoa só, não faria sentido ele ser um cara discriminador. Mas encontramos cada pessoa “feinha”, que não tem onde cair morta, manifestando discriminação! Quanto à discriminação, todo mundo se sente sozinho, só que cada um vem, no seu dia, discutir o seu tema. Eu também entendo essa questão do índio, mas é como foi dito, né? Está tão longe de nós, e estamos aqui, misturados; levando cacetada, mas está misturado.

PESSOA DA PLATÉIA: Eu só queria que vocês comentassem... faz diferença discutir o que é preconceito e o que é discriminação, e aí eu queria discordar de você. Não dá para você colocar tudo no mesmo lugar: a discriminação de negros, de japoneses, de homossexuais... Não é igual. E eu acho que isso precisa ser considerado. No caso do índio, é um pouco mais grave, porque ele realmente não é considerado gente, né? A questão racial também está muito relacionada ao índio e à quantidade de índios que foi exterminada. Eles têm um histórico complicado também, mas sempre que discutimos a discriminação, ouvimos: “Ah, mas e o outro que é...”; “Mas e o branco que não sei o quê?”... porque aflora mesmo a emoção. Você, que faz parte de um grupo discriminado por determinadas características, também pensa: “Puxa, mas por que eu não...”. Mas aí, quando lembra que os negros são metade da população e que foram escravizados durante 400 anos, percebe que alguma coisa está errada. E é nessa grande questão que precisamos pensar. A pior herança do pensamento cristão é o julgamento à imagem e semelhança: só é bom aquilo que está próximo a mim. Esta é a pior herança que se poderia herdar, precisamos pensar sobre isso. Será que o que é semelhante é a única coisa que serve? Isso é uma coisa muito complicada.

PESSOA DA PLATÉIA: Eu não me lembro direito das palavras que você usou, mas você falou que pertencia a um grupo sujeito à discriminação. Pelo menos, este é um ponto, pertencer a um grupo, porque, se a ênfase maior está, atualmente, no negro, nessa discussão, é por uma questão histórica, de luta de um grupo que se uniu e lutou. Já entre os índios ficou mais complicado...

PESSOA DA PLATÉIA: Bom, vamos brincar um pouquinho com

a escola da vida, que essa não tem férias. Quando eu tinha 12 anos – hoje eu tenho 58, ainda tenho uma chama louca! – era o primeiro aluno de um colégio em São Paulo. E, como era muito bom aluno, sempre quis ser marinheiro. Eu queria entrar no navio do meu país, observar o meu país, passear pela costa do meu país. O Escritório Naval de São Paulo funcionava na Rego Freitas. O meu pai era militar, construtor de canhão do Forte de Itaipu, e ele foi me levar para fazer a inscrição. Cheguei lá às nove e pouco e, baianamente, falaram para mim: “Espera um pouco”. Era meio dia e quinze – porque eu ia passar mesmo no exame da Escola Naval – o comandante, capitão de fragata falou: “Ah, agora fechou a inscrição”. Primeira porrada. A emoção...

Eu estou na quarta faculdade, só vou dar aula depois que eu tiver 60 anos. Hoje estava brincando com as meninas: “Eu perdi o medo de morrer”. O meu filho está chegando à faculdade e a menina já chegou. Tenho uma irmã casada duas vezes, dois médicos, um psicólogo de autista e um advogado, e ela, com 62, faz especialização na USP em Gerontologia. Já nasci guerreiro. Aqui, há aqueles que pensam que discriminação a gente sofre porque está de bota e está de não sei o quê, porque o perfume não é o da moda... Discriminação. Agora, pré-conceituação mata, cara. Vamos lá, isso é humilhante! Pré-conceituação... Se o cara é quatrocentão, eu sou quatrocentão e meio, porque eu nasci de escravo. Há 400 anos que estamos aqui como escravo.

Essa diversidade – que passa pela pele e pela textura do cabelo, que tem impedido o acesso a uma educação de qualidade – não deve ser tratada de forma genérica...

Isabel Aparecida dos Santos

ISABEL APARECIDA DOS SANTOS: Sem dúvida, quando discutimos a questão da auto-estima e da conquista do espaço, estamos discutindo o poder. Então, qual é o interesse, o ganho, para quem está no poder, de abrir mão dele? Ele está sendo ameaçado por uma luta, por um movimento, para se exigir direitos. E sobre a questão de conceituar, eu acho que é superimportante perceber que tem muita gente sendo discriminada... Eu também sou da Zona Leste, vivi 26 anos na favela do Madalena, região de Sapopemba, meus pais e uma irmã obesa ainda moram lá, por isso, não vale a pena ficarmos discutindo quem é mais discriminado, quem é menos discriminado. A discriminação é ruim mesmo! Ter preconceitos, não ter desejo de construir conceitos sobre o outro e ficar nessa visão epidérmica do “gosto, não gosto” é muito pouco, porque podemos fazer muito mais do que isso. Agora, não dá para deixar de pensar que as discriminações podem ir se acumulando. Então, o que será da menina negra,

da Zona Leste, que é lésbica? Sabe, vão se juntando muitas coisas, e, muitas vezes, a discriminação racial fica camuflada. O Pestana, que é um grande chargista, trabalhou bem isso, em uma charge muito feliz: chega o líder da seção, a uma meta-lúrgica, e está lá a turma toda e três negrões altíssimos... Aí o líder fala: “Olha, para não dizer que eu estou discriminando, só vou mandar embora os mais altos”. Às vezes, vivemos situações como esta, porque não chegam na sua cara para dizer: “Olha, é porque você é negro...”. Então, se você é negro e tem o cabelo liso, serve para fazer comercial de refrigerante, se você é negro e magro, dá até para ser um modelo que entra... Acho que não vale a pena a gente discutir quem é mais discriminado, não podemos achar que, discutindo o preconceito de forma genérica, estamos resolvendo as coisas, porque, sem discutir as especificidades, o aluno vai sair da escola achando que os negros têm que ser respeitados, mas que todo homossexual tem que morrer, apanhar até morrer; ou, então, que negro e índio têm que ser respeitado, mas que o outro tem que morrer. A gente tem que trabalhar com tudo. Como você respeita todos? Trabalhando as especificidades, ouvindo a dor que cada um tem. Essa questão de não ter mais índio não é verdade, tem muito índio! Muito índio aí se organizando... No processo da Terceira Conferência Mundial Contra o Racismo, os movimentos negros se organizaram muito mais porque as os indígenas já haviam se organizado na fronteira. Trabalhei cinco anos no Norte do Brasil, e, quando nos encontrávamos com as organizações da Colômbia e da Venezuela para resolvermos algumas questões de estatuto, mais específicas, poucas vezes chamamos, para a discussão, o Movimento Negro. Não queríamos correr o risco de, ao promover a igualdade racial, discutir só a questão do negro. Portanto, essa publicação, esse Prêmio, discutiu a questão indígena. Há duas experiências premiadas que trabalham com a questão indígena, que são experiências do Norte do Brasil. Existem áreas em que é preciso se discutir a questão indígena com a questão negra. Queremos discutir junto. Essa diversidade – que passa pela pele e pela textura do cabelo, que tem impedido o acesso a uma educação de qualidade – não deve ser tratada de forma genérica... Há uma série de preconceitos em relação aos japoneses – que eles são todos iguais e que o órgão genital é desse “tamainho” – mas ninguém lhe nega emprego pelo fato de ele ser japonês, porque, para trabalhar, não se precisa usar o órgão genital. Já a pele precisa sim. Aí ninguém quer você para representar a empresa. Como a minha empresa vai ser representada por alguém que tem uma pele ou um cabelo que não é aquele que garante credibilidade? Então, é por isso que, na minha opinião, temos que avançar nessas discussões.

E quanto à questão de como trabalhamos a auto-estima, auto-imagem, com uma criança que já está perdida devido a um monte de coisas... Eu trabalhei quase 15 anos como educadora de rua, especificamente com meninas, e, não raras vezes, encontrei meninas na Praça das Bandeiras, na Praça da Sé, sentadas na beira da ponte ou na calçada, uma trançando o cabelo da outra. Por que elas se cuidam? Se cuidam porque têm um sentido de

beleza, consciência do seu corpo. Então, é possível trabalhar a auto-estima com quem vive na rua... Quantas vezes não entramos dentro de um barraco e encontramos o paninho de crochê em cima do armário, que tem três pernas e duas latas de leite do programa Leve Leite segurando a mesa para não cair. Essa questão do cuidar é possível em situações também em que você está extremamente afastado dos outros bens. Aí você pergunta: “Como?”. Aqui também tem algumas sugestões (referindo-se ao material publicado pelo CEERT¹). Não é uma cartilha, mas tem sugestões indicando como podemos trabalhar.

Foi adorável ter podido discutir, conversar, dialogar um pouco com vocês. Acho que, com isso, ganha toda a sociedade brasileira, não só os negros, todo mundo. Obrigada!

LUCIANA FERREIRA ÂNGELO: Bom, eu acho importante a gente também ter uma idéia de como o preconceito ultrapassa o nosso continente. Eu tive de morar numa outra colônia portuguesa, que proclamou sua independência em 1975. E o que acontece? A maior parte da população, aliás, é negra. Nesse país, eu senti, pela primeira vez, o que vocês sentem, porque o preconceito lá era o contrário do daqui. O país é Cabo Verde, e seu povo é extremamente saudoso, precisa de uma identidade cultural, batalha para construir essa identidade, mas, ao mesmo tempo, enfrenta um conflito muito grande em relação ao que ele realmente é, já que não gosta de ser considerado africano, mas também não é ocidental. No período em que morei lá, de 1994 a 95, eu pensava: “O que será que os negros brasileiros passaram no período da escravidão?”, porque realmente este é um conflito muito complicado. Eu queria chamar a atenção para a questão de que, se a sociedade realmente não tem motivação para tratar dele, cabe a todos nós realmente considerarmos esta uma questão primordial. E sinto que eu, dentro do segmento esportivo, como profissional, tenho – e gostaria que quem optasse pela área do esporte também tivesse – esse compromisso, porque foi extremamente importante a valorização que houve com as resoluções que o Conselho trouxe, apesar de acreditar que, para quem é um profissional formado, ético, aquilo já estava dentro da cartilha, já era uma postura adotada. Agradeço a participação aqui e espero ter ajudado nas reflexões. Obrigada!

MARIA APARECIDA BENTO: Quero fazer alguns comentários também. O primeiro diz respeito ao que a companheira colocou. Não é tão habitual, mas hoje tratamos da questão dos indígenas, ao mesmo tempo que discutimos a do negro. Você começou a dizer que veio para cá sem imaginar que ia falar sobre o preconceito contra o negro, e sim sobre o preconceito de maneira geral, mas não necessariamente sobre o negro. Habitualmente faríamos isso, mas, neste concurso, os professores se inscreveram e nós também colocamos no nosso folder a questão dos indígenas, não é gratuito, ao se falar de preconceito e racismo no Brasil, se falar do negro. Não é de

graça. Este é um país que tem 500 anos e a escravidão negra durou quase 400. Fico muito brava quando ouço, no movimento sindical, falar de trabalho escravo. Esse trabalho escravo não tem nada a ver com aquele, em que se era queimado a ferro e a fogo, amarrado numa senzala e a mulher negra era estuprada toda noite por um homem branco que a comprou e achava que era seu dono. É outra coisa. Há uma relativização do preconceito que sempre me preocupa. Quando o assunto é o preconceito contra o negro, se diz: “Ah, os gordos também são discriminados!”. Num encontro de sindicalistas de que participo, sempre uma mulher loira, alta, muito bonita, diz: “Ah, eu sempre sou chamada de galega!”. Eu não sabia se ela estava “tirando um sarro com a minha cara”... Aí respondi: “Será que ela está debochando de mim? O que eu faço?”. Como é que ela vem dizer: “Ah, eu sou discriminada porque eu sou galega!”? Sim, se eu pensar na dimensão da Psicologia, aprendi que sofrimento não dá para medir, assim, não dá para comparar o sofrimento da galega com o da mulher negra que foi marcada a ferro e a fogo. Eu suspeito que haja alguma diferença, mas vai que não exista e não sei o quê... Mas quero chamar um pouco a atenção sobre isso, porque temos uma tendência, na nossa sociedade, de relativizar. A pluralidade cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais veio para introduzir a questão do negro por meio de uma proposta do movimento social, que pressionava a educação, daí a pluralidade cultural, nos Parâmetros Curriculares, mas ela relativiza tudo. Tudo passa a ser alvo de preconceito, todos temos que lutar contra a discriminação. Quando se joga a coisa desse jeito, relativizando tudo, tudo se transforma em mais ou menos a mesma coisa. Mas devemos fazer distinções, sim. Faz cento e poucos anos que o negro deixou de ser escravo. Não é gratuito que esse elemento surja. Atualmente, o movimento negro está se ampliando para incluir o indígena, mas os movimentos indígenas, no espaço federal, não incluem os negros. Isso é importante lembrar. No entanto, é fundamental incluir, sim, só que mantendo as diferenças, porque os negros são a metade da população, representam quatro quintos da nossa história e essa questão diz respeito a todos nós, brancos e negros. Pode-se falar assim: “Ah, não vamos misturar isso com as tantas 500 discriminações, vamos ser contra todas elas, vamos ser contra todos os preconceitos...”, mas essa sociedade tem que ser capaz de reconhecer que esse é um problema que merece um tratamento diferenciado.

Eu tenho a maior honra de ser psicóloga... a minha agenda é superestourada, mas sempre tenho muito prazer em estar aqui, me sinto acolhida nessa casa, e as últimas talvez duas ou três gestões tiveram essa preocupação com os direitos humanos... Convido a todos para participar porque nós precisamos de mais gente trabalhando conosco, pensando as coisas, para poder dialogar sobre as nossas questões. Obrigada a todos e a todas!

¹ Material disponível no CEERT: Rua Duarte de Azevedo, 757. E-mail: ceerteduc@uol.com.br. Telefone: 6950-3684/6950-1352.

justiça e segurança pública

Coordenadora: Maria da Graça Marchina Gonçalves

Palestrantes: Cecília Coimbra, Maria da Penha Santos Lopes Guimarães

Evento realizado em 10 de julho de 2003, no auditório do CRP-SP.

Justiça e segurança pública no Brasil hoje: algumas notas introdutórias

Trabalho apresentado no Ciclo de Debates “Psicologia e Preconceito Racial”, organizado pelo CRP-SP, em 10 de julho de 2003.

Cecília M. B. Coimbra

Psicóloga, professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, pós-doutora em Ciência Política pela USP, fundadora e atual vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

“Prendam os suspeitos de sempre”

(Chefe de Polícia, no filme Casablanca)

As políticas de segurança pública no Brasil, como, de um modo geral, nos países capitalistas, têm sido pautadas por efetivos e constantes apelos à ordem, à lei e, em alguns momentos, à repressão. Desde o nosso período colonial, por exemplo, garantir a ordem pública tem significado utilizar as forças policiais, no sentido de manter, sob rígido controle e vigilância, todos aqueles considerados perigosos para os poderosos.

O Rio de Janeiro, por haver tido uma grande população de escravos, desde 1830, organizou sua polícia com o objetivo de manter e garantir a ordem, o que quer dizer reprimir os negros, principalmente. Em meados do século XIX, esse controle passou a incidir também sobre todos aqueles que um decreto de 1861 chamou de “mundo da desordem”: expressão que, nos documentos oficiais da época, compreendia os escravos, ex-escravos, vendedores, barqueiros, diaristas que iam de um emprego a outro, assim como uma série de outros segmentos sociais, percebidos pelas elites como suspeitos e, portanto, perigosos.

Com o advento da República, o apelo à lei, à ordem e à repressão foi sendo reafirmado nas políticas de segurança pública pelo crescente temor das desordens urbanas, sobretudo, a partir das primeiras décadas do século XX, quando as polícias civil e militar se conjugaram à reforma urbana do Prefeito Pereira Passos, para melhor patrulhar a cidade do Rio de Janeiro.

A segurança pública foi sendo, cada vez mais, identificada como sinônimo de controle das desordens, dos tumultos e da criminalidade urbanas. Daí a vigilância sobre os vagabundos, alcoólatras, estrangeiros, mendigos e população pobre em geral, considerados os principais problemas da cidade.

Para pensarmos sobre a política atual de segurança pública no Brasil e, mesmo, na América Latina, é fundamental que coloquemos em análise um mito fortalecido ao longo dos últimos anos, em especial, nos grandes centros urbanos: o de que vivemos em um estado de “guerra civil”.

Esta expressão vem sendo largamente utilizada – assim como muitos outros dispositivos bastante comuns e usados durante o período da ditadura militar em nosso país (1964 – 1985) – para justificar e, mesmo, apoiar o uso de medidas violentas por parte do Estado. O uso abusivo de “medidas de exceção” deve ser necessariamente adotado, já que não estaríamos vivendo em um período “normal”.¹ Da mesma forma que, no passado, os “terroristas” punham em risco a segurança do regime, hoje, os miseráveis tornaram-se uma ameaça para a “democracia”.

Já desde o início dos anos 1980, quando o aumento da criminalidade passou a ser associado a “práticas democráticas” – propostas com o fim dos governos militares – os meios de comunicação de massa começaram a dar destaque à questão da violência nos grandes centros urbanos, em especial, no Rio de Janeiro e em São Paulo.² Não é por acaso que revistas

¹ Sobre o assunto, consultar: COIMBRA, C. M. B. Operação Rio: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Intertexto, 2001.

² Sobre o assunto, consultar: CALDEIRA, T. P. do R. Direitos humanos ou privilégios de bandidos? Desventuras da democratização brasileira. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 30, jul. 1991, p. 162-174.

semanais passaram a dedicar suas capas e grandes reportagens à violência urbana, sendo que, naqueles anos, a revista *Veja* chegou a qualificá-la de “guerra civil”.³ A crença de que vivemos em um estado de guerra apodera-se, em especial, das classes média e alta, que se trancam em condomínios fechados, em prédios de apartamentos, com a ilusória esperança de abandonar a insegurança, e/ou utilizam guaritas e guardas armados, fechando ruas e usando portões eletrônicos.⁴ Com isso, crescem as fábricas e o mercado de equipamentos de segurança, alarmes, câmeras de circuito fechado de televisão; enfim, desenvolve-se uma promissora indústria de segurança. Não satisfeitos com tais medidas, muitos recorrem a cães ferozes e a cercas eletrificadas para se proteger.

Assiste-se, desde o final dos anos 1980 e por toda a década de 90, a um verdadeiro boom de firmas de segurança privada. No final de 1997, por exemplo, existiam, só no Rio de Janeiro, dentro dessas empresas, 140 mil homens armados, metade dos quais ilegais, clandestinos ou irregulares.⁵ Na mesma época, a Polícia Militar tinha 28 mil homens e a Polícia Civil, em torno de 14 mil. Ou seja, a segurança pública, no estado do Rio de Janeiro, privatizava-se, visto essas empresas de segurança terem três vezes mais homens que o efetivo do Estado. Da mesma forma, cresce, em nível mundial, a ainda pouco regulamentada indústria de companhias paramilitares particulares que estão substituindo soldados do governo norte-americano em conflitos que vão desde a América do Sul até a África e o Oriente Médio. “É um novo fenômeno: empresas privadas de serviços militares realizando o trabalho da linha de frente que soldados costumavam fazer”, disse Peter Singer pesquisador de segurança nacional na Brookings Institute, de Washington.⁶

Junto a esse processo globalizado de subjetivação que afirma o estado de “guerra civil”, rumamos para “uma ditadura sobre os pobres”,⁷ na qual:

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países.⁸

Ou seja, desde aqueles anos 1990, os Estados Unidos vêm exportando para o mundo – dentro do ideário neo-liberal de globalização – uma vasta constelação discursiva de termos e teses sobre “o crime, a violência, a justiça, a desigualdade

e a responsabilidade do indivíduo, da “comunidade”, da “coletividade nacional”.⁹ Apoiando-se no Estado mínimo, vem ocorrendo a “supressão do Estado Econômico, (o) enfraquecimento do Estado social e (o) fortalecimento e glorificação do Estado penal”.¹⁰ Assim, esse novo senso comum penal, que visa criminalizar a miséria e, por esse viés, normatizar e controlar o trabalho assalariado precário e o desemprego, foi concebido nos Estados Unidos e vem globalizando-se, internacionalizando-se. Este rigor penal, este Estado repressivo, esta criminalização da pobreza – e, portanto, seu controle – passaram a ser conhecidos como “política de tolerância zero”. Uma política de penalização da miséria, em que todos aqueles considerados perigosos que sujam e ameaçam as nossas ruas e as nossas vidas devem ser, sistematicamente, esquadrihados, controlados, isolados e, se necessário, exterminados.

A “cruzada nacional” contra o crime e os criminosos vem sendo fortalecida com a “tolerância zero”, em que se vê a determinação do Estado de punir quaisquer distúrbios e/ou infrações, ao mesmo tempo em que se isenta de suas responsabilidades sociais e econômicas. Com isso, coloca a responsabilidade no indivíduo, nos habitantes das “zonas perigosas”. Mais uma vez, reifica-se o “modo-de-ser-indivíduo”,¹¹ tão caro ao capitalismo.

O mito da “guerra civil”, a política de “tolerância zero”, a conseqüente criminalização da pobreza, com a produção, em especial, nos grandes centros urbanos, de sentimentos de medo, terror e insegurança, vêm reiterando uma determinada concepção de segurança pública: sua militarização por meio do apelo à lei, à ordem, ao endurecimento, à repressão.

Segundo Sento-Sé (1997 e 1998) e Caldeira (1991), desde o início de 1980, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, assistiu-se à luta entre duas concepções de segurança pública. A primeira, iniciada no primeiro governo de Leonel Brizola e no de Franco Montoro (1983-1986), incorporava o discurso dos direitos humanos, implicando um debate crítico sobre a militarização da segurança pública, bastante fortalecida durante o período de ditadura militar. Esta concepção crítica esteve presente nos dois governos e, não por acaso, os meios de comunicação de massa alardeavam, à época, um clima de insegurança e terror e um aumento da violência nesses dois espaços que estariam sendo fortalecidos/fomentados pela política de segurança pública, então em vigor.

³ Citado em: BENEVIDES, M. V. *Violência, povo e política*. São Paulo: Brasiliense; Cedec, 1985, p. 22.

⁴ Sobre assunto consultar: PIRES, C. *Violência no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1985.

⁵ Citado por MINC., C. *Crime organizado e política de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro*. Archè – Interdisciplinar, Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Cândido Mendes, ano VII, n. 19, 1998, p. 177-198 e 196.

⁶ *Americanos mortos faziam segurança paramilitar*. Folha de S. Paulo, 3/4/2003, p. A-15.

⁷ Expressão utilizada por WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁸ WACQUANT, L., op. cit., p. 7

⁹ Idem, p. 17.

¹⁰ Idem, p. 18.

¹¹ Termo utilizado por BENEVIDES DE BARROS, R. D. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 1986. Tese (Doutorado) - PUC-SP, São Paulo, 1986.

Essa forma de pensar a segurança pública, associada ao respeito aos direitos humanos, foi perdendo, ao longo dos anos 1980 e 90, suas margens de adesão. Ao final dos anos 90, testemunhamos, cada vez mais, o apelo à revitalização do modelo militarizado de segurança pública.

Dentre os próprios policiais fluminenses, por exemplo, a atuação mais voltada para os direitos humanos era duramente criticada. Ao final do primeiro governo Brizola, o delegado Hélio Vígio¹² assim se referia à política de segurança pública que se tentava construir no estado do Rio de Janeiro:

*Bandido só respeita repressão. Querem fazer do policial um assistente social. Até quando o governador vai enganar o povo com essas histórias de criancinhas? Não podemos tocar nas favelas, são reduto dele. Temos coragem de falar porque temos moral. Já vivemos outros regimes políticos (leia-se ditadura militar), e nunca fomos tão desrespeitados.*¹³

Não por acaso, as manchetes de jornais, naqueles anos, referiam-se à situação de violência no Rio de Janeiro como “situação de emergência”, “estado de desobediência civil”, “subversão da ordem”, “violação da Constituição”, “guerra no Rio”, “guerra do tráfico”. Expressões como “zonas perigosas”, “saneamento”, “operações de limpeza”, “prisões residenciais”, “domínio terrorista dos bandidos”, “guerrilha urbana não ideológica”, “zonas liberadas”, “confronto”, “infiltração”, lembram-nos não só uma terminologia militar, muito utilizada em um passado recente de luta contra os perigosos comunistas, como também as falas dos higienistas do início do século XX, presentes ainda hoje como formas de pensar, sentir e julgar a chamada “pobreza perigosa”.¹⁴

Esta lógica militarizada/repressiva da segurança pública – que vem sendo gradativamente privatizada para aqueles que podem pagá-la – é a grande vencedora nesses tempos neoliberais, e vem se aliando ao endurecimento das penas, a uma concepção de justiça, também fundamentada na “política de tolerância zero”. Voltam com força aqueles que pregam penas cruéis, prisão perpétua, baixa da idade penal e, mesmo, pena de morte. Instala-se o “terror penal” que clama pelo endurecimento do sistema punitivo, tanto no agravamento quanto na aplicação das penas. Fortalece-se o mito de que penas mais severas seriam a resposta para combater a violência. Temos vários exemplos recentes, como aquele que institui o

Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), já aprovado com a reformulação da Lei de Execuções Penais (LEP), e que, com os aplausos da mídia, cria a figura do preso de “alto risco”.¹⁵ Tais lógicas voltadas à lei, à ordem, à penalização, ao endurecimento e à repressão não têm sido a solução que muitos esperavam para a “insegurança criminal” em nosso país; ao contrário, só a tem agravado. Da mesma forma, a adoção do modelo norte-americano “de limpeza policial das ruas e do aprisionamento maciço dos pobres, dos inúteis e dos in-submissos à ditadura do mercado desregulamentado só irá agravar os males de que já sofre a sociedade brasileira”.¹⁶

Assim, vigilância fechada – encarceramento – e vigilância aberta se combinam em nosso mundo de controle globalizado. É como nos informa Wacquant:

*(...) decretos municipais limitando ou proibindo a mendicância e (...) os sem-teto, a instauração de toques de recolher (...) aplicados de maneira discriminatória nas zonas deserdadas (...), o desdobramento selvagem da videovigilância nos locais e nos transportes públicos e a popularidade de que desfruta a priori a vigilância eletrônica, (...) tudo indica que ela tende a se sobrepor ao encarceramento, e não a substituí-lo (...).*¹⁷

Este “novo senso comum penal neoliberal”, no dizer de Wacquant, no mundo atual, articula-se, portanto, em torno da maior repressão aos delitos menores e às simples infrações – por meio da criminalização do cotidiano – do agravamento e endurecimento das penas, da vigilância constante em cima das populações e dos territórios considerados “de risco” e “perigosos”, enfim, articula-se à lógica de uma política de segurança pública militarizada. Tudo isto, em perfeita harmonia com o senso comum neoliberal, em matéria econômica e social, acrescentando-se o forte apelo à responsabilidade individual.

Entretanto, apesar de essa lógica da “punição com firmeza” globalizar-se e naturalizar-se em nosso cotidiano, entendemos como Deleuze (1992) que, ao anunciar a atual sociedade de controle, mesclando-se à sociedade disciplinar – em que acontecem as sujeições e também as liberações – afirma que “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”.¹⁸

Sem dúvida, este é um dos grandes desafios para qualquer governo democrático e popular: pensar em uma segurança pública efetivamente pública e voltada para os reais interes-

¹² Hélio Vígio, à época, dirigia a Divisão Anti-Séquestro e se vinculava à parcela que exigia endurecimento na segurança pública. Foi identificado, pelo delegado Hélio Luz, como parte da “banda pobre” da polícia fluminense.

¹³ JORNAL DO BRASIL, 4/11/1986, apud SENTO SÉ, J. T. Imagens da Ordem, vertigens do caos – o debate sobre as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, nos anos 80 e 90. Archè – Interdisciplinar, Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Cândido Mendes, ano VII, n. 19, p. 41-75 e 63, 1998.

¹⁴ Expressões levantadas por Coimbra, em sua pesquisa sobre a Operação Rio, op. cit., em quatro grandes jornais: O Globo, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo, de janeiro de 1994 a maio de 1995.

¹⁵ Sobre este assunto, consultar não só a obra já citada de WACQUANT, L., como também os artigos de FAGUNDES, P. H. T. Legislação inócua e violência diferenciada, no Jornal do GTNM, junho de 2003, p. 6 e 7; e Regime Disciplinar Diferenciado, legalizaram a tortura. Jornal do GTNM, março de 2004, p. 11.

¹⁶ WACQUANT, L., op. cit., p. 12.

¹⁷ Idem, p. 140.

¹⁸ DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 220.

ses de toda a população. Para tal, uma questão importante é a de procurar entender a segurança pública como produção histórica das elites, no sentido de melhor defendê-las dos chamados “perigosos”. Procurar entender ainda como a difusão do medo ao caos e à desordem, tem, desde sempre, servido para detonar estratégias de exclusão, controle, disciplinamento, em especial, nos segmentos subalternizados. Apontar tais questões nos remete não só à falta de vontade política, como também e fundamentalmente à produção secular de que, com o pobre, está o crime, o que, no âmbito das polícias brasileiras, faz com que domine uma subjetividade autoritária e antidireitos humanos.

Com isso, talvez possamos pensar na segurança pública aliada aos direitos humanos e tentar produzi-la não de forma isolada, e, sim, articulada às demais políticas vinculadas à saúde, educação, transportes etc.

Referências

- BENEVIDES DE BARROS, R. D. Grupo: a afirmação de um simulacro. 1986. São Paulo, Tese (Doutorado) - PUC-SP, São Paulo, 1986.
- BENEVIDES, M.V. Violência, povo e política. São Paulo: Brasiliense; Cedec, 1985.
- CALDEIRA, T. P. do R. Direitos Humanos ou Privilégios de Bandidos? Desventuras da democratização brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 50, p. 162-174, jul. 1991.
- COIMBRA, C. M. B. Operação Rio: o mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Intertexto, 2001.
- DELEUZE, G. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FOLHA DE S.PAULO, 5/4/2004.
- JORNAL DO GTNM, ano 17, n. 46, jun. 2003.
- _____, ano 18, n. 48, mar. 2004.
- MINC, C. Crime organizado e política de segurança no Estado do Rio de Janeiro. *Archê-Interdisciplinar*, Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Cândido Mendes, ano VII, n. 19, p. 177-198, 1998.
- PIRES, C. Violência no Brasil. São Paulo: Moderna, 1985.
- RODRIGUES, J. de S. Imagens da ordem. Violência no Estado do Rio de Janeiro. 1995. Dissertação (Mestrado) - IUPE-RJ, Rio de Janeiro, 1995.
- SENTO-SÉ, J. T. Estetização da política e liderança carismática: o caso do brizolismo no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - IUPE-RJ, Rio de Janeiro, 1997.
- _____. Imagens da ordem, vertigens do caos – o debate sobre as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, nos anos 80 e 90. *Archê-Interdisciplinar*, Rio de Janeiro, Faculdades Integradas Cândido Mendes, ano VII, n. 19, p. 41-75, 1998.
- WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Debate¹⁹

Pessoa da platéia: Quero parabenizar a mesa pelo importante trabalho que foi feito esta noite e fazer um lembrete sobre o caso das cotas, que deve provocar uma polêmica tremenda. Temos a Constituição do Estado, em seu Artigo 9, que dispõe que “ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de etnia, raça e cor”. E essa palavra “privilegiado” cria uma situação. Seria, pois, um privilégio as cotas para os negros?

Alguns já sabem, já me conhecem, eu sou um privilegiado: sou negro, aposentado e acabei de me formar em Direito. A interdisciplinaridade é uma das coisas mais importantes que existe, deve e vai acontecer nesse país. Nós, homens brasileiros, devemos fazer isso. Há três anos, quando cheguei ao quinto ano, não pude mais ir para o Sedes fazer Psicologia Jurídica, porque alguém me disse que aquilo era reserva de mercado. A interdisciplinaridade tem de existir. Quero ir ao Sedes, quero a excelência para mim, quero cursar Psicologia Jurídica no Sedes. Por favor, tirem essa barreira, não só para o psicólogo. Vamos trabalhar juntos, pois ganharemos muito mais.

MARIA DA PENHA S. L. GUIMARÃES: Eu concordo plenamente com você. O curso de Psicologia Jurídica era um curso interdisciplinar, aberto para psicólogos, assistentes sociais e advogados. Ele só se tornou um curso de especialização em função do título de especialista, criado pelo Conselho, como uma forma de a especialidade se tornar não uma reserva de mercado, e sim um curso de preparação para que os psicólogos efetivamente trabalhem, na área, com mais qualificação. É claro que nada não impede, e não vai impedir, que se elabore um curso aberto, interdisciplinar. Isso só não foi feito porque é o primeiro ano do curso de especialização de dois anos, e nós não tivemos fôlego para abrir um outro que fosse direcionado para profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Quero fazer também um comentário a respeito disso. Como você falou do colega policial, vou comentar a respeito da angústia dele, até em função da fala da Cecília Coimbra. Eu não sei se houve tempo para ela expor isso, mas, hoje, um dos segmentos que o grupo Tortura Nunca Mais atende na clínica é o de policiais, que são considerados vítimas do Estado. Um dos trabalhos que a Cecília comanda, como vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, é exatamente o de acompanhamento de policiais considerados vítimas do Estado, principalmente porque, no exercício de sua profissão, como agentes do Estado, eles são, ao mesmo tempo, executores de uma política do Estado que exclui e torturadores. Assim, o policial é o torturador, mas também é o torturado. E essa é uma dinâmica a que nós, como psicólogos e cidadãos, precisamos estar atentos para denunciar e interromper. Quando se pergunta: “O que a Psicologia está fazendo para impedir que isso aconteça?”. Eu respondo: primeiro, ela está abrindo

¹⁹ Em virtude de falha técnica não foi gravada a exposição da Dra Maria da Penha Santos Lopes Guimarães. Foi feita mesmo assim a transcrição dos debates onde surgem de alguma forma suas contribuições.

um debate; segundo, está chamando a atenção para o fato de, nesse momento, estarmos elaborando um conhecimento que não está mais em um compartimento só, o da Psicologia. Ela está convidando para uma discussão relacionada com o que o colega acabou de dizer: estamos em um momento em que a subjetividade do homem está sendo determinada e trabalhada por contingências sociais que precisam ser compreendidas, em sua complexidade, por todas as disciplinas. Estamos na época da transdisciplinaridade. Portanto, não dá mais para imaginarmos que o conhecimento ou a explicação virá dessa ou daquela ciência, e sim do cruzamento de todas elas. É um avanço estarmos juntos, não só discutindo esse assunto, como também buscando ações efetivas para que isso possa ser modificado, sendo que as transformações não acontecem apenas por meio das grandes reformas, e sim das microrelações do cotidiano, das fissuras que esse sistema tem quando, por exemplo, se ouve: “Eu sou policial e estou buscando maneiras de mudar o meu cotidiano”.

PESSOA DA PLATÉIA: Gostaria de discutir a afirmação de que: só a polícia fala que os Direitos Humanos defendem os bandidos. Eu escuto muito isso, de muita gente, são pessoas que esperam que a polícia seja truculenta, que votam na direita... Há um filme sobre isso, chamado Uma guerra particular, de Kátia Lund, no qual há um depoimento de Hélio Luz, da polícia militar do Rio. Nele, os policiais afirmam: “Se a gente não for assim, a classe média cobra isso da gente”. Quer dizer, nós, da classe média... eu, não, mas o outro, o vizinho. Então, não é uma cultura só da polícia, é também do povo, que espera uma polícia dura. Sobre respeitar às leis, eu escutei a expressão “ECA-meleca” de um professor. Professor diz muito isso. Defendi uma menina negra, de classe média, que havia sido agredida por outra criança, um pouco mais clara; por eu ter reagido, acho que demais, a direção da escola me repreendeu. Eu fiquei engolindo meu sapo. Houve outras coisas, sobre saúde mental, que também escutei... Eu trabalhei com violência contra a mulher, e isso incluía a criança, a adolescente e a mulher. E as mulheres, vítimas das maiores violências, eram negras que estavam, vamos dizer, “acostumadas” a sofrer violência. Presenciei um delírio de uma paciente psicótica que, quando foi agredida por uma branca – “Negra de olho arregalado...” – começou a lavar o rosto e as mãos, repetindo o que ela escutara a vida inteira. O delírio dela foi uma recuperação histórica das agressões: “Macaca, não sei o quê...”. Foi muito triste ver aquilo. Pensei: “Ela escutou aquilo a vida inteira!”, e a agressão desencadeou nela um processo, naquele momento, de se lavar; esse é o seu problema: ela se raspa todinha. Uma mulher bonita! É lamentável esse sofrimento psíquico ser causado pela discriminação, pela agressão... A primeira mulher muito agredida que conheci devia ser psicótica, mas não enxerguei isso, tanto era o seu sofrimento. O sofrimento devido à discriminação e à agressão, desde criancinha, pode levar também a pessoa à psicose. Não conheço suas histórias. Penso isso por causa de

minhas observações, não baseado em pesquisa. Mas a psicose é o extremo do sofrimento provocado por esta situação. Essa é a minha opinião.

PESSOA DA PLATÉIA: Meu nome é Luís Paulo, faço parte de uma ONG, o TVER, que discute exatamente conteúdos televisivos. Ela existe há cinco anos. Quero só fazer um comentário. Sei que não vai dar tempo para falarmos sobre esse assunto: como a mídia exerce um papel que confirma, de certa maneira, todos os temas e considerações relevantes que foram feitos aqui. Temos 50 anos de televisão e, se analisarmos a teledramaturgia, confirmaremos que a invisibilidade, a ausência e/ou a presença do negro, na dramaturgia, ilustram muito bem onde a sociedade gosta de ver a população negra e também como o negro se vê, ou não, na televisão – é a questão do visível e do invisível. Observa-se isso, desde 1969, nas primeiras novelas. O direito de nascer foi o maior sucesso na época, um clássico. Tinha lá Jorge Coutinho, Isaura Bruno e a maioria dos atores coadjuvantes reforçando a idéia da Mamã Dolores, de Casa Grande e Senzala. Em seguida, veio outro sucesso, em que o Sérgio Cardoso fazia o papel de negro, imitando os filmes de 1929 e o que acontecia nos Estados Unidos. Ele precisou colocar uma rolha no nariz e se pintar de preto para representar o Pai Tomás. E eles tinham um elenco notório, hoje, grandes atores, como Ruth de Souza, Isaura Bruno, Jorge Coutinho, e nenhum deles, falo principalmente dos atores negros, poderiam fazer o papel de protagonista. Precisou um branco se pintar de preto para caracterizar o Pai Tomás. E, mais recentemente, percebemos essa insistência em relação à eugenia, de colocar a teledramaturgia a serviço

... as transformações não acontecem apenas por meio das grandes reformas, e sim das microrelações do cotidiano, das fissuras que esse sistema tem...

Maria da Penha S. L. Guimarães

de um modelo, de um perfil de brasileiro que todos gostariam de ter. Eu não tenho nada contra a comunidade italiana, mas existe uma tendência muito forte de tratar desse assunto como se o Brasil fosse quase uma Itália. A novela Terra Nostra foi um dos exemplos mais incríveis, pois o negro ficou ausente de todas as cenas, exceto pela figura do Tizil, que era um menino, uma criança, que mostrou muito bem como as pessoas que escrevem para a televisão, todas elas, entendem a população negra e o imaginário da criança. Há uma fala do Tizil em que ele dizia “Meu Deus, eu tenho raiva de você. Por que você não me fez branco?”, o seu sofrimento era tanto que o branqueamento seria a solução. Então, eu fico imaginando que toda essa construção reforça necessariamente a estigma-

tização da população negra, principalmente na criança que assiste à televisão – sabemos, por todas as pesquisas, que se assiste muito mais à televisão do que se vai à escola. Na parte da tarde, principalmente, são apresentados os programas mais violentos a que se pode assistir, e esse é justamente o horário em que a população infantil está diante da televisão. Eu acho que essa “eugeniização” da televisão, a violência e a discriminação reforçam todos esses estereótipos. Creio que o psicólogo, hoje – não só o psicólogo, mas os profissionais de todas as atividades – deve se comprometer a denunciar e a reverter esse quadro, porque já passou dos limites. Portanto, gostaria só de fazer esse comentário e de colocar que a mídia exerce um papel fundamental para reforçar todos os estereótipos. Se, por um lado, estamos aqui, discutindo, fazendo uma reflexão para mudar essa situação; por outro, a mídia cumpre a função fundamental de reforçar, conduzir e manter esse estado de coisas.

PESSOA DA PLATÉIA: – Voltando e complementando o que a Dra. Maria da Penha e o colega disseram, contarei um caso meu, particular. Sob o meu ponto de vista, o comprometimento deve ser só nosso mesmo, não do psicólogo, do advogado ou do policial, e sim do ser humano. A minha filha passou por um problema: quando entrou na escola, ela amava a escola e, de repente, não queria ir mais. Felizmente ou infelizmente, é uma escola particular, já que o dinheiro não tem cor. Quando ela começou a reclamar: “Eu não quero ir, não quero ir...”, eu lhe perguntei qual o motivo, e ela me disse que as crianças a estavam discriminando. Bem, qual foi o meu papel? Eu falei: “Bem, se eu tirá-la da escola, vou ter de colocá-la em outra”. E fui diretamente conversar com a professora num dia de reunião, aproveitando também a presença dos pais, porque eu acho que, no meu caso, por ser negra e minha filha também, ela vai se deparar com isso e tem de enfrentar. Agora, as crianças realmente, como foi dito aqui, não têm culpa, não sabem, foram ensinadas por alguém – a educação vem de casa. Por isso, acredito que haja realmente a necessidade de não só os psicólogos, os médicos, os advogados, e sim de todos, a partir do momento em que se é um ser humano, ensiná-las. Eu ensinei minha filha em casa e pedi para a escola encarecidamente – aliás, não foi encarecidamente, eu a intimei – para conscientizar os alunos, porque não ia adiantar tirar a minha filha de lá e colocar em outra. Quer dizer, esse foi o meio que encontrei para resolver o problema: pedir que a escola esclarecesse os alunos, e isso aconteceu. Só pode ser desse jeito mesmo, porque, senão, vamos ficar, infelizmente, só na reflexão, como disse o colega. Fico triste porque é a primeira vez que participo dessa discussão aqui, já participei, há muitos anos de outras, na PUC, mas só ficávamos na reflexão. Então, faço a minha parte com a minha filha. Eu só tenho uma, felizmente ou infelizmente, mas a ensino sobre o que ela tem ou não de fazer. Infelizmente, poucas pessoas comparecem a esse tipo de evento, fico triste por isso, mas, pelo menos, contamos com vocês. Eu agradeço.

MARIA DA PENHA S. L. GUIMARÃES: Bem, não houve nenhuma pergunta, só colocações, e não estou aqui nem para apoiá-las, nem para me contrapor a elas. Eu vim para trocar opiniões e acho que podemos modificar a sociedade. Não é um trabalho isolado, é um trabalho de todos, porque posso educar meu filho, minha filha para que sejam pessoas que não discriminem, só que eles vivem numa sociedade que os discrimina e ensina para eles outros tipos de discriminação. Então, esse deve ser um trabalho conjunto e, sendo assim, temos de admitir que os pais, atualmente, não educam os filhos sozinhos. Não conheço uma criança que, hoje, seja educada só pelos pais e que somente vai à escola e volta. Há não só a televisão, como também outros meios que as crianças procuram em busca de informação. Esse papo de que aquele programa é controlado, que meu filho não acessa tal coisa na Internet... isso é balela!!! Ele assiste aquele programa numa ótima! Não existe aquela educação “do sozinho”. Com relação à sua ONG, acho que poderíamos nos juntar, porque a Lei está aí para acabar com isso. Agora, o que não temos é a prova de que isso faz mal, e como faz mal, não é? Portanto, eu vim aqui exatamente por isso, porque a Lei está aí. Houve uma época em que o Tiririca lançou aquela música sobre a qual o juiz, julgando as ações que entraram improcedentes, disse: “Foi uma música que ele fez para a mulher dele”. A pergunta é a seguinte: “Mas, Excelência, é assim que o homem negro trata sua companheira? É assim que o senhor trata sua esposa? Dizendo que ela fede, que ela tem cabelo de Bombрил? É assim que o senhor, quando quer homenagear a sua esposa, faz?”. Consta que a apelação até hoje não foi julgada. Então, o de que precisamos realmente fazer é romper com esse costume que aí está, ele vai ter de ser modificado.

Se não percebermos a discriminação dentro da estrutura econômica e da concepção de Governo, não vamos sair do lugar mesmo. Vamos ficar fazendo denúncias, reflexões e reflexões. Eu, por exemplo, creio que hoje não fiz só reflexões, nem os senhores. Tenho como procurar já, concretamente, um grupo que está ali estudando este assunto. Errado seria se eu tivesse de estudar aquilo que eles estão estudando. Já existe uma produção sobre isso, talvez eles não conheçam a legislação que eu conheço para viabilizar esse trabalho. Então, não isto não é só reflexão. E, nesse ponto, o Martin Luther King diz o seguinte: “A Lei não faz com que alguém possa gostar de mim, mas ela pode impedir que me eliminem”. É isso, ela é um grande instrumento sim. Vamos usá-lo. Se eu tivesse, por exemplo, a noção do impacto que o meu filho sofreria na sua escola quando perguntaram se a sua irmã e sua mãe tinham cabelo de Bombрил, se elas fediam... isso ocorreu aqui, em Pinheiros, no Logos. Ele tinha sete anos... Então, colega, não adianta eu – como mãe, militante do Movimento Negro, militante do Movimento de Mulheres, militante do Movimento Homossexual e militante de outras e outras instituições – explicar a ele. A dor que ele passou não vai cessar, já aconteceu. A escola tem uma pedagogia maravilhosa. Agora, só tem uma

coisa, a pedagogia é da escola e não impede que as crianças ajam de maneira diferente.

Com relação à mídia, se nós chegarmos a uma banca agora, não teremos uma fotografia, em nenhuma revista, de alguma pessoa negra normal. Quando eu digo “normal”, quero dizer pessoas que não sejam artista, jogador de futebol, e sim médicos, advogados, marceneiros, motoristas... Qual o impacto que isso causa, por exemplo, no jovem que está lá na Brasilândia? A partir do momento em que houver uma pesquisa do impacto desse isolamento, dessa exclusão física – porque aí a exclusão já é física mesmo, e mental – uma pesquisa concreta sobre isso, eu terei como convencer, mas infelizmente não há. Não adianta pegar o caso de uma pessoa, fica vazio, porque o magistrado está habituado a ver esse caso aplicado a outras situações. Então, ele resiste internamente a discutir a questão racial. Portanto, para que eu faça com que ele mude a realidade, tenho de ter substrato. Essa é uma possibilidade. A outra é ensinar a nós, advogados, como lidar com a situação. Por exemplo, no Instituto, a primeira coisa que eu faço é pedir que o meu cliente, depois de falar comigo, passe pela nossa psicóloga. Aí você diz: “Para quê? Por quê?”. Para que ele possa falar comigo, para que, quando chegar a hora da audiência, ele não caía no choro, não seja aquela vítima, da vítima, da vítima que não consegue se expressar. Ele precisa se achar um pouco, ser menos confuso, a fim de que possa realmente relatar o fato como ocorreu e para que eu possa enquadrá-lo dentro daquilo que eu quero, em nível criminal, principalmente, porque essa situação do Direito Penal em relação ao negro é antiga, vem desde a escravidão. Como diz Jacob Gorender, o primeiro ato do escravo humano era o crime. É por isso que eu disse que fiquei muito feliz de vir aqui hoje, pelos resultados, estou felicíssima. Nós precisamos discutir isso. Com relação à corrupção, temos a mania de achar que a corrupção está longe, não é? Só vemos um tipo de corrupção, e não o outro tipo, aquele imaterial, realizado por meio da comunicação, da Internet, do computador. É esse que realmente traz toda essa corrupção visível. O meu problema não é tanto esse policial que vai achacar quem acabou de matar. O meu maior problema é lá em cima, no Tribunal, que simplesmente acha que o Legislativo tem de fazer uma lei mais dura, mas que não aplica as que já existem. O meu problema é o fato de se defender tanto a liberdade de expressão, quando a mídia leva as pessoas a cometerem atos violentos, achando que, para se defender, precisa portar uma arma, e você faz isto. Aí não há problema algum. Se é o segurança do Morumbi que mata alguém porque ele está treinado para matar, tudo bem. Às vezes, a pessoa não foi ali cometer algo ilícito, mas o segurança achou que sim... Então, nessa hora, ele está totalmente seguro, tem a legítima defesa a seu favor, está no exercício da profissão. O nosso atual ministro disse

que as invasões dos sem-terra são erradas sim, mas os ruralistas, para se defenderem, tinham de contratar uma empresa de segurança. Então, para ele, a função social da terra não existe, certo? Ele não está preocupado se ela é produtiva ou improdutiva. Ele está preocupado com a propriedade. E por quê? Porque ele tem interesse nisso. Se ele não é fazendeiro, sua família é. É a questão da convivência, que é antiga. Falei da Lei de 1831, por que ela não era aplicada? Porque os magistrados também eram donos de escravos, estavam na mesma situação, daí a convivência. Quando o Papa Nicolau disse que nós, negros, devíamos ficar cegos perpetuamente, ele estava, primeiro, ganhando isenção de impostos e de arrecadação das Cortes de Portugal e de Espanha. Então, essa corrupção que se está vendo é a menor, é a mais fácil de se coibir. O que não se pode coibir é a grande corrupção que nem chega mais ao Poder Judiciário, ela vai para a arbitragem, as grandes questões realmente não vão para o Poder Judiciário. Os casos que vão para o Judiciário são os dos pobres, da classe média. As grandes multinacionais, quando têm problemas, resolvem-nas na arbitragem, porque têm dinheiro para pagar árbitros e peritos. Portanto, o Estado hoje não está representado só pelo Poder Executivo, que é mínimo, assim como o Poder Judiciário. É muito interessante, muito bom, termos soldados que ganham pouco, que não têm auto-estima. Eles simplesmente saem do quartel e a primeira coisa que fazem é tirar a farda. O soldado não tem orgulho de nada, porque ele mora na favela. Então, essa corrupção já é consequência de uma outra. E a lei de 1986, chamada “Lei do Colarinho Branco”? Quantas vezes ela foi aplicada? Estão tentando aplicá-la agora, sabe em quem? Nos fiscais do Rio de Janeiro. Não nos ricos, não, e sim no pobre que não deu certo. É o caso da Georgina, a nossa grande criminosa negra, que também não deu certo. Então, ficamos olhando muito para nosso lado, sem vermos a globalização. Falou-se aqui em Direitos Humanos, de nossa situação, muito bem colocada pela Cecília, mas está havendo uma cooptação dos movimentos, porque todos nós achamos que devemos participar dos movimentos. No entanto, esta cooptação é incorreta, e cabe a nós entendermos essa política e interferirmos nela. Como? Debatendo, discutindo, assim poderemos encontrar os caminhos.

Há, hoje, no Senado, vários projetos, como o Estatuto da Igualdade Racial²⁰ que é para ser aplicado em educação. Ele diz que deverá haver, como uma matéria obrigatória, a História da África e também a dos líderes negros, para que o 13 de Maio não cause para nós, negros, aquela famosa dor de barriga. Todos sabem aqui... Os negros sabem, mas quem não é negro não sabe, que, no dia 13 de maio, toda criança tem dor de barriga para não ir para escola, porque ela não agüenta mais falar dos escravos, aqueles coitadinhos. Temos também um projeto de intercâmbio com a África, no qual profissionais

²⁰ Em tramitação.

de várias áreas irão para lá. Esse projeto está em andamento, se não me falha a memória, no Ministério da Justiça e do Exterior, e tem também o apoio do Ministério do Trabalho. Está prevista uma interação – que é uma coisa de que precisamos – com a África, no sentido, inclusive, de não só estreitarmos as relações diplomáticas, como também as relações comerciais, para que elas não sejam mais bancadas somente pelas grandes empresas de não-negros. Está previsto ainda que alguns negros não só venham estudar no Brasil, como fiquem aqui, não voltem mais, e que os brasileiros também se desloquem para a África. A Nigéria e a Costa do Marfim estão pedindo isso, há vários jovens, já, na África do Sul, com bolsa. E isso é muito importante, porque começaremos a perceber a África antes da invasão dos colonizadores, dos portugueses e espanhóis, é assim que se deve conhecer a cultura africana, para se parar com essa história de só se estudar o negro a partir da escravidão, e mais, para acabar com a divulgação de algumas informações incorretas que igualam a escravidão praticada nas Américas com a servidão praticada na África, em Roma, na Grécia, onde o escravo não era considerado “coisa”. Lá era bem diferente, o vencido é que se tornava servo, e não para a vida toda. Se ele fosse, por exemplo, um grande guerreiro e ajudasse aquela tribo ou nação a ganhar a guerra contra a outra, ele deixaria de ser servo.

Então, temos essas falhas educacionais e precisamos de advogados, psicólogos, médicos – todas as profissões – para ajudarem, e de professores, principalmente de Ensino Fundamental e Ensino Médio, para passarem essas informações, porque ninguém nasce racista ou discriminando, se torna. Precisamos é interromper essa dinâmica. Enquanto não fizermos isso, nosso trabalho vai ser em vão.

PESSOA DA PLATÊIA: Vou tentar esclarecer a frase: “Direitos Humanos só defendem bandido”. Quem mais fala isso são os policiais, e eu sei disso porque sou um deles há 27 anos. Nós, os policiais, também precisamos de Direitos Humanos, também somos discriminados devido à cor, à graduação, tanto é que um dos maiores índices de suicídio está na Polícia Militar do Estado de São Paulo. E ninguém fala a esse respeito. O policial, quando tem de dar qualquer declaração, faz isso de costas, ele não pode falar abertamente, porque, se o identificarem, ele será preso; se ele chegar atrasado, por cinco minutos que seja, dependendo de sua cor ou da graduação, ele fica preso. Em vez de perder o dia, ele fica preso um dia, dois dias, depende da incidência. E ninguém sabe disso. Quando sai do quartel, quer matar, agredir, todo o mundo, porque ele é agredido diariamente e continuamente dentro dos quartéis. E não se vê ninguém dos Direitos Humanos falar ou pesquisar sobre isso. Por isso, o policial acredita que: “Só bandido tem direito”. porque ele vê os direitos dele todos os dias... “Não, você é voluntário, sai a hora que quiser”. Nós somos voluntários em qualquer circunstância de nossa vida, em qualquer profissão, ou seja, se acontecer algum tipo de discriminação, dizem: “Ah, então sai daí. Você está aí porque quer”. É dessa

forma que vemos a situação. Há muitos psicólogos dentro da PM hoje em dia, e nada melhora, porque eles reproduzem essa situação. O Departamento de Pessoal discrimina também: para entrar na firma, avalia-se se a pessoa é negra ou branca... Hoje mesmo eu comentei que a polícia parece uma firma, uma fábrica, onde todos os dias perdemos uma parte do corpo nas máquinas, e ninguém faz nada a respeito. Então, é por isso que falamos que os “Direitos Humanos só protegem os bandido”. O soldado está diariamente sendo torturado, e essa tortura é praticada também por agentes do Estado em seus próprios agentes, só que ninguém está fazendo nada a

... precisamos de advogados,
psicólogos, médicos – todas as
profissões – para ajudarem, e de
professores, principalmente de
Ensino Fundamental e Ensino
Médio, para passarem essas
informações, porque ninguém nasce
racista ou discriminando, se torna.

Maria da Penha S. L. Guimarães

respeito. Talvez seja principalmente por isso que os policiais afirmam que os “Direitos Humanos só defendem bandido”.

MARIA DA PENHA S. L. GUIMARÃES: Olha, eu discordo de você. Acho que você está confundindo uma situação peculiar, hierárquica, de uma instituição que nós sabemos que é rígida e que reproduz o racismo. Você não pode achar que, no Exército, na Marinha, na Aeronáutica, não vai haver racismo. Se existe na sociedade, nos lugares que exigem uma maior hierarquia, ele vai aparecer com muito mais clareza, com muito mais força. Então, o fato de o castigo por se chegar atrasado depender da cor também acontece em uma empresa privada, nesse caso, ele dependerá até da amizade. Então, eu creio que o problema não está aí. Agora, o fato de não se fazer nada é uma situação política. Infelizmente, os representantes políticos que estão vindo da Polícia Militar são antiDireitos Humanos, e não estão preocupados em modificar a situação da corporação, muito pelo contrário, são eles que fazem todo esse discurso de bandido. Eu falo de militar porque tive dois irmãos militares que estão aposentados e conheço muito bem a vida do militar, assim como a do funcionário público, porque meu pai era funcionário público. Ele era professor, e eu sempre disse, dentro de minha casa: “Eu não vou ser funcionária pública, pela situação...”. Portanto, uma coisa é o regime especial, tanto é especial, que olha aí, agora, a questão da aposentadoria. Policial não pode ter comércio, nem outra atividade, porque

ele é um funcionário do Estado. E essa exigência não detona a discriminação, e muito menos o racismo. Simplesmente, ela se apresenta dentro da corporação com maior agressividade porque se trata de uma entidade que exige isso.

PESSOA DA PLATÉIA: Meu nome é Ibídio. Minha questão é curta. A professora estava falando das leis na época da escravidão, que caíram em desuso, e no Brasil, é muito comum lei cair em desuso. Sabemos que, pela nossa Constituição cidadã, o racismo é crime inafiançável. Eu fico pensando – e gostaria de que você comentasse – em que medida esse crime tem também caído em desuso.

MARIA DA PENHA S. L. GUIMARÃES: Bom, a questão do desuso não é somente com relação à questão racial. Só que se usa o desuso para se revogar leis. Vou dar um exemplo mais simples. Como diz Jobim, é a questão da “parede”. Você vai a um restaurante, não é atendido, chama o garçom várias vezes, o gerente e o dono, que diz assim: “Eu não quero lhe atender porque você é negro. Saia daqui”. Isso aconteceu três meses atrás em Santos. Tranqüilamente, este é um crime de racismo imprescritível, inafiançável. Mas quem é o dono daquele restaurante? Ele é rotariano... Primeira coisa que se observa: “Olha, o restaurante dele dá 15 empregos! Olha aí! Tem azul, tem amarelo...”; “Estão vendo ali o faxineiro? Ele é negro. E o meu vigia? Também é negro”. Os garçons não são. Esse homem vai à igreja, não interessa qual é a religião dele, é casado, tem cinco filhos, enfim, é um homem exemplar. Então, ele chega à frente do juiz, que pensa: “Mas eu vou dar uma pena de três, quatro anos para esse homem de bem?”.

Como mostraremos a gravidade desse tipo de atitude para as pessoas negras ou nas relações em que há discriminação? O desafio da Psicologia é grande mesmo: produzir um conhecimento e uma fala que mostrem a gravidade dessas questões.

MARIA DA PENHA S. L. GUIMARÃES

Em função de sua mentalidade, do que ele entende por crime grave, ele não dá essa pena. Contudo, se esse mesmo homem tivesse matado ou estuprado alguém ou então roubado o sócio, aí o juiz entenderia esses atos como crime. Ou mais, se esse homem tivesse plagiado a comida de um outro restaurante e o outro restaurante entrasse com um processo, ele entenderia, afinal, seria concorrência desleal. No entanto, esse homem

se negar a atender aquela pessoa porque é negra, ele não entende isso como um ato criminoso. Ele diz assim: “E por que não foi para outro restaurante em que seria bem servido? Eu não fico em um lugar em que não estão me tratando bem”. Este é o senso comum, deu para você entender? O juiz não entende que eu quero ir àquele restaurante, comer a comida daquele restaurante. Pode não ser o melhor, mas eu quero ir àquele. Ele pensa: “Com tanto restaurante nessa orla, por que tem de ser justamente este? Vocês querem confusão mesmo! Querem importar aquele problema dos Estados Unidos! Nós não temos esse problema!”. Agora, se for negro, esse mesmo homem, acaso haja algum juiz ou escritã negra, sai, janta e toma café nas festas de fim de ano, ele é amigo, ouve os problemas, conta os problemas... Ele só não faz uma coisa: convida a família daqueles negros para a casa dele. Nem vice-versa. Então, ele não tem conhecimento do que o negro enfrenta no dia-a-dia. Daí o chamado isolamento do negro, principalmente do negro de classe média. As pessoas dizem assim: “Você não tem problema algum. Olha aí, formada, conselheira”. E o isolamento? Porque os negros são tolerados, mas não aceitos – o que é bem diferente. A convivência cotidiana, não há. Então, o que o branco faz é tolerar. Ele até admira o negro – “Você viu a sentença de fulano?” – mas é sempre uma admiração à distância. Quem já ouviu: “Não, você até que não é negro, é uma pessoa inteligente”? Então, para mim, você não é negro, é uma pessoa inteligente. Olha aí, faz isso, faz aquilo... Agora, aquele não, aquele não presta! É com esse senso comum que temos de acabar. E, como os juízes não estavam entendendo isso, se maneirou a Lei. No Brasil, sempre existiu isso de manear a Lei. Aí então foi instituída a “injúria racial”, porque, nesse caso, a pena é menor, entendeu? Mas só há um problema, não é mais o Estado que vai punir o agressor, a punição do agressor só virá se a vítima for em busca da Lei, e, para isso, ela tem um prazo de seis meses. Se ela não for em busca da Lei, o Estado não vai fazer nada, e nada aconteceu, fica por isso mesmo. É com isso que nós precisamos romper. Precisamos dizer: “Olha, é grave. Isso é muito grave”. Se vocês soubessem como é grande a evasão escolar porque a escola não sabe lidar com a criança negra, é impressionante! Há pesquisas inclusive de escolas onde a criança negra é menos beijada que a branca e menos convocada para as atividades diárias. Agora, quando isso detona, quando chega a um ponto em que a pessoa diz assim: “Eu não agüento mais, eu vou denunciar”, ela já está totalmente fragilizada, porque não recebeu uma informação anterior do porquê disso e de como ela poderia reagir.

Esse tipo situação traz, mesmo para nós, o desafio de pesquisarmos melhor todas essas questões, porque, na verdade, a Psicologia não consegue, às vezes, fazer entender o que significa dimensão subjetiva. Temos essa dificuldade quando se trata dessas situações, principalmente dessas em que ninguém quer enfrentar o próprio problema, não se quer falar sobre ele, então, como falar de dimensão subjetiva,

algo que não é palpável? Como mostraremos a gravidade desse tipo de atitude para as pessoas negras ou nas relações em que há discriminação? O desafio da Psicologia é grande mesmo: produzir um conhecimento e uma fala que mostrem a gravidade dessas questões. Estava lembrando aqui que, um tempo atrás, estávamos discutindo a regulamentação da lei que dá indenização às pessoas que foram vítimas da tortura na época da ditadura. Para essa lei, que obriga o Estado a indenizar as pessoas, ser aplicada, avaliava-se o tamanho do dano que a pessoa sofreu ao ser torturada, porque, dessa avaliação, dependia a indenização. E aí, o dano psicológico... “Não, mas o dano psicológico é menos significativo que o físico...”. E havia toda uma discussão, porque, claro, é uma maneira de negar que efetivamente o dano aconteceu, não é? Se você não tem uma surdez causada pela tortura ou uma perna aleijada, então não tem seqüela. E como é que vamos medir esta outra seqüela? Era isso que se reivindicava, que se medisse a seqüela subjetiva para daí calcular a indenização. Eu estou dando esse exemplo para dizer – claro, é uma outra situação – como é difícil o desafio que nós, como psicólogos, devemos enfrentar...Precisaríamos, nas reuniões de pais, mestres, professores, e tudo mais, discutir todas as relações e toda a história da formação do Brasil. Enquanto

não acontecer isso, não avançaremos. Além disso, precisamos dizer: “Olha, se você está agredindo, você merece a sanção”. E temos que fazer isso do jeito que a lei nos permite. Quando começou a acabar o problema do cigarro nos Estados Unidos? Uma ação aqui, uma ação ali, e trabalhos desde 1917. Eu sou fumante e sei tudo contra o fumo. Tenho uma dependência química, mas eu conheço todas as pesquisas e, inclusive, advogo contra as empresas. Sabe quando a coisa começou a mudar? Quando as entidades entraram, quando vieram as pesquisas interdisciplinares, e mais, quando as seguradoras viram que estavam perdendo muito dinheiro com os fumantes que adoeciam e as familiares de fumantes que faleciam. São situações desse tipo que devemos ter como exemplo, porque tem muita coisa que é boa, sim. Se tem esse caminho, vamos segui-lo. Se interessar aplicar o direito americano, vamos aplicá-lo. Não é isso o que eles querem? Então, tudo bem. Vamos começar a usar as estatísticas. Eu não tomo, hoje, uma atitude que não venha respaldada por todas as estatísticas. Se nós não nos unirmos, não vamos chegar a lugar algum. Por isso, agradeço muito o que eu aprendi aqui hoje e as informações que obtive. Gostaria de voltar outras vezes, se for convidada, para aprender mais. Uma boa noite e muito obrigada!

assistência social e adoção

Coordenadora: Júlia Rosemberg

Palestrantes: Ana Maria da Silveira, Deise Benedito, Cristina Maria Brites

Transcrição do evento realizado em 4 de setembro de 2003, no auditório de CRP-SP.

Ana Maria da Silveira

Assistente social, mestre em Serviço Social pela PUC/SP, atua no Tribunal da Justiça e trabalhou na Vara da Infância.

Pretendo falar um pouco sobre uma pesquisa que fiz nas Varas da Infância e Juventude. Na verdade, vou trazer alguns dados da prática, porque também vivenciei todas essas questões que foram apontadas aqui, durante 15 anos de trabalhos realizados nas Varas da Infância e Juventude. O que me incomodava profundamente era a difícil inserção das crianças de etnia negra nas famílias adotivas. E, pelo fato de eu ser negra, isso me incomodava muito mais. Essa situação se chocava com o discurso que eu tinha em relação à adoção, sobretudo das crianças de etnia negra. Foi a partir daí que resolvi superar esse incômodo, buscando, na universidade, por meio da pesquisa, aprofundar um pouco essas questões. O que tenho percebido, durante esses 15 anos, é a procura pelos assemelhados, ou seja, no processo de adoção, a tendência é que as pessoas que querem um filho para a adoção vão em busca de um ideal de filho, que está relacionado ao que nós temos aí na sociedade, ou seja, àquilo que perpassa o imaginário social: aquela criança branca, de olhos azuis, saudável... Então, é assim, na verdade, os filhos que as pessoas buscam.

Eu vou apresentar alguns dados da pesquisa de mestrado que eu fiz em 2002, na qual pude discutir essas questões. Na verdade, o que a gente percebe, nesse imaginário social, é o preconceito de marca, que, segundo Oraci Nogueira, é o preconceito em relação à aparência. Devido a esse preconceito, é muito difícil as pessoas enxergarem o negro de outra forma. Ele é sempre visto de forma inferiorizada, se comparado ao branco. Para poder fazer a pesquisa, parti do cadastro de crianças que estão disponíveis para a adoção. A partir das fontes primárias, dos cadastros, dos autos, constatei claramente que até a justiça é preconceituosa. Pensando no tribunal da Justiça, como uma instituição que deveria fazer justiça, percebemos que lá a justiça está muito distante no que se refere à inserção das crianças negras no processo de adoção. No próprio cadastro, já podemos avaliar como a criança que está disponível para a adoção é estigmatizada.

Começa pela própria categorização do negro como pardos claros, pardos escuros e preto. As categorias pardos claros e pardos escuros acaba servindo para diferenciá-los do branco, porque o branco é simplesmente branco; ao passo que o negro, pelo processo de miscigenação, pode ir ficando ou mais claro ou mais escuro, mas, no meu modo de pensar, ele continua sendo negro, pois suas raízes são negras. O que eu pude notar é que, nessa categorização, além da denominação, ainda existem símbolos. Por exemplo, o pardo escuro pode receber uma cruzinha a mais para se indicar que trata-se de um preto mais escuro, e, naturalmente, vai ter menos chances de ser absorvido no processo de adoção. O pardo claro também recebe um símbolo, que é um “menos”, de menos escuro. E, como se isso não bastasse, ainda existem outras simbologias, por exemplo, RC ou RM para denominar o pardo claro e o pardo escuro. Portanto, a discriminação racial já começa na própria maneira de cadastrar as crianças. E por que existe isso? Na minha opinião, esta categorização só vai atender às necessidades daquele que vai adotar, não da criança. Como já foi dito para a criança, não interessa se o pai é branco ou negro, e sim que ela seja acolhida por uma família que possa cuidar dela e dar toda a atenção que ela necessita em seu processo de desenvolvimento e pela vida toda. No entanto, a grande preocupação em relação à forma de categorizar o negro nada mais é do que uma maneira preconceituosa de ver a criança no contexto da adoção, e ela atenderá muito mais às pessoas que estão em busca de um filho idealizado, como eu disse. Esse filho idealizado é o filho que eles não puderam ter, pela via da consangüinidade. Outra questão ainda referente ao cadastro... Hoje eu tomei conhecimento de uma planilha que saiu no Diário Oficial, em 23 de julho, que deverá ser preenchida pelos profissionais das Varas da Infância e Juventude que trabalham com adoção, para o cadastro estadual (a tendência é que se faça um cadastro nacional, mas, no momento, temos o cadastro estadual). Esse cadastro estadual é utilizado quando as Varas da Infância e Juventude,

por meio de seus próprios cadastros, não encontram pessoas que possam adotar as suas crianças. Então, geralmente, os técnicos recorrem a esse cadastro do Estado de São Paulo, buscando casais que realmente estejam interessados. Esse cadastro traz informações bem detalhadas, sobretudo com relação à raça. Nele, consta, por exemplo o tipo de cabelo da criança: liso, crespo, carapinha e por aí afora. Isso é muito grave, principalmente porque esta exigência vem do poder judiciário. Acho que isso merece até uma atitude mais séria porque, se a própria justiça, que deveria lutar contra o preconceito, não o faz, então em quem vamos nos apoiar? Acho que o cadastro deve ser revisto, temos que modificar uma série

Temos que fazer um movimento para que as crianças de etnia negra, de uma forma ou de outra, possam ter os mesmos direitos que as crianças de etnia branca no processo de adoção.

Ana Maria da Silveira

de coisas que vamos observando, embora os técnicos acabem realmente reproduzindo o que vivemos na sociedade. Mas nós, como profissionais que trabalham no judiciário, devemos ter um olhar mais crítico em relação a todas essas questões. Não dá para simplesmente aceitarmos o que, muitas vezes, nos é imposto. Por todas essas questões, essas dificuldades de inserção da criança, que começa com essa divisão racial, nós vamos perceber que as crianças de etnia negra têm di-

ficultades de serem inseridas em famílias não só de etnia branca, como também negra. Pude comprovar isso na minha pesquisa. Embora tenha havido um aumento significativo de adotantes negros nos procedimentos de adoção, as crianças negras continuam excluídas, inclusive pelos seus iguais, pelos seus pares. Também precisamos pensar nisso, porque, se os próprios negros não assumem as crianças negras como seus filhos, como os brancos irão assumi-los? Temos que fazer um movimento para que as crianças de etnia negra, de uma forma ou de outra, possam ter os mesmos direitos que as crianças de etnia branca no processo de adoção. E, além disso, devemos considerar que a maioria dos negros é pobre e grande parte da sociedade brasileira é de etnia negra e pobre. Se os pobres são em sua maioria da raça negra, então, naturalmente as crianças que vão para a adoção são as crianças pobres e de etnia negra.

Na minha pesquisa, levantei alguns indicadores que mostram essa difícil inserção, por exemplo: as crianças de etnia negra são as que mais esperam para serem adotadas, as que permanecem mais tempo abrigadas. Uma criança de etnia branca pode esperar em torno de um a quatro meses para ser adotada, enquanto a negra pode aguardar a adoção de três a quatro anos ou uma vida inteira – além de permanecer mais tempo abrigada, é a que menos chances tem de ser adotada. Quanto mais negra for, menos chance ela tem.

Há também a questão do branqueamento no procedimento de adoção. Se a criança é mais clara, portanto, está na linha divisória entre o branco e o negro, mais chances ela tem de ser adotada. Por exemplo, o pardo claro concorre em regime de igualdade com o branco, ao passo que o pardo escuro e o preto dificilmente serão adotados, e o preto muito mais ainda, porque ele não consegue ser adotado nem pelos seus pares. Em resumo, essas são algumas questões que coloco em debate.

Deise Benedito

Coordenadora da Articulação Política e Direitos Humanos da Fala Preta e ativista do Movimento Negro e dos Direitos Humanos, nacional e internacional, da Fala Preta, organização de mulheres.

Gostei muito da exposição da Cristina e eu falo aqui na qualidade de uma criança que foi adotada, na década de 1960, por um casal de pessoas brancas e pobres. A minha trajetória, por eu ser adotada, é igual à trajetória da criança no Brasil. Quer dizer, de que criança nós falamos? Vamos começar a falar da como sujeito histórico, a partir de 1850, com a criação da Casa dos Expostos, que nada mais era do que uma roda, onde as filhas dos senhores de escravos, que tinham seus filhos de relações indevidas, depositavam seus filhos. Quer dizer, a

Febem começa a existir em 1850, com a Roda dos Expostos. E essa questão da adoção é uma coisa muito nova e, ao mesmo tempo, muito antiga, porque, durante o período da escravidão, as famílias negras sempre cuidavam dos filhos de outras mulheres negras que não tinham com quem deixá-los. Então, na sociedade, sob o ponto de vista da criação da família negra, sempre houve esse acolhimento, assim como nas famílias brancas de mais poder aquisitivo. Geralmente, eles também acolhiam essas crianças que passavam a ser agregados, e,

como agregados, se constituíam dentro da idéia de família. O próprio conceito de família no Brasil, temos que lembrar sempre, é de família patriarcal, européia, escravagista. Ou seja, a família brasileira tem um outro formato hierarquizado e outros tipos de relações.

E aí, como é essa história da adoção, principalmente da minha em particular? Eu nasci 60 anos depois da escravidão. Sou da geração de 1960, quando o vestígio do escravismo ainda era muito forte na sociedade brasileira. Como no final da escravidão, com a abolição, não foi garantida qualquer política pública para as ex-escravas e ex-escravos, nada foi feito, eu não poderia esperar que os meus ancestrais, minha avó, mi-

O próprio conceito de família no Brasil, temos que lembrar sempre, é de família patriarcal, européia, escravagista.

Deise Benedito

nha bisavó, tivessem condições de conquistar uma vida mais digna. Foi se criando um processo total de desigualdade que surgiu com o final da escravidão. Aquelas crianças e jovens que não eram mais mão-de-obra escrava, por causa da Lei do Ventre Livre, estavam todos na marginalidade. Esse jovem ia crescer e envelhecer sem condições de constituir uma vida digna... O processo já estava determinado. E não seria diferente para a minha família, para a minha avó, nessas condições. Minha mãe, na década de 1960, uma mulher que veio para São Paulo com os irmãos, teve um primeiro casamento que não deu certo, partiu para o segundo, que também não deu certo, e eu e o meu irmão somos o fruto desses casamentos. Ela não tinha condições de nos criar, e então me ofereceu para a adoção. Eu fui adotada por uma família branca, um casal branco que não tinha filhos. Os desafios foram muito interessantes, porque a minha mãe de criação era uma mulher que, na década de 1940, casou-se com um homem mais novo. Quer dizer, ela já enfrentou um desafio, e, depois, um outro, ao adotar uma criança negra. Durante todo esse processo, fiquei sob tutela do Poder Judiciário, durante oito anos. Então, fui tutelada pelo Poder Judiciário e, depois, tive que me adaptar ao modelo branco de educação predeterminada. Eu me lembro que minha mãe me arrumava toda para ia ao Asdrúbal Nascimento: “Vamos passar no assistente social, no psicólogo”. E eu era uma criança inquieta, porque era filha única, não tinha irmãos, e recebia uma superproteção, então, quando via movimento, tudo era novidade. E nessas idas minha mãe sempre se preocupava em pentear o cabelinho, e puxava... doía, esticava... Era um horror! E aí, meses antes, eu tinha que ficar puxando o nariz para esticá-lo, para não

ficar muito preta... Não podia tomar muito sol, entendeu? (risos). Uma vez, quando criança, tinha que ir ao encontro do juiz, aí uma vizinha minha que estava lavando roupa, e era japonesa, disse: “Você não quer ficar branca?”. Eu falei: “Ah, eu quero!”. Daí a criança toma quase não sei quantos copos de cândida com sabão, porque acredita que vai ficar branca. E aí o que acontece? Temos que passar pela assistente social que faz um monte de perguntas e pelo psicólogo que manda fazer um monte de desenhos! E eu não entendia nada daquilo. “Para que eu estou fazendo tudo isso?” Ele perguntava se eu comia, se bebia... Eu respondia: “Ah, tá... Eu faço tudo isso”. Eu era uma criança terrível, com cinco anos já sabia ler e escrever. Eu falava para a minha mãe: “Mãe, por que a senhora é branca e eu sou preta?”. E ela respondia: “Não, porque você caiu da chaminé”. E eu: “Mas ali da chaminé?”, e ela confirmava. Eu não acreditava naquela história, né? E eu: “Pai, por que o senhor tem o cabelo liso e eu tenho o cabelo assim?”, e ele respondia: “Ah, porque o seu cabelo foi feito na fábrica de Bombril.”. Aí ia na procissão: “Mãe, mas por que não tem anjinho preto? Deus não gosta de anjinho preto? Eu quero ser anjinho”. O meu sonho era ser anjinho de procissão – aquela idéia de ser um anjinho de cabelos dourados. E aí o que acontecia? A minha mãe, quando saía comigo na rua, ouvia: “Mas é sua filha?”; “É minha filha”; “Mas a senhora...”; “Mas é minha filha, sim, minha filha adotiva”. Minha mãe enfrentou muitas brigas. O conflito racial que ela sofria na época era muito grande também. “Como é que você, uma mulher branca, bonita, vai adotar uma criança negra? É seu marido que teve caso com uma negra? Como é que é isso? Ou você que teve um caso com um negro?”. E aí, voltando ao judiciário, eu me lembro, até hoje, que houve uma troca de nomes, porque existe uma coisa chamada adoção plena. Então, fui batizada com o nome de Daise Moreira de Cena, e, quando aconteceu a adoção plena, ao final dos oito anos, passei a ter o nome de Deise Benedito. Só que eu não me lembro se o juiz perguntou se eu queria chamar Deise Benedito ou não. E eu já estava na escola. Então, a alteração da minha identidade, deixar de ser Daise Moreira de Cena e passar a ser Deise Benedito, filha de Álvaro e Alzira Benedito... E aí morre aquele primeiro registro: filha de Patrocínia Inácio Correia, pai ignorado... Mas que história é essa de pai ignorado? Pai ignorado, filha adúltera. Tinha isso, era a moral da época. Durante toda a minha infância, busquei a minha origem. Sempre que eu via uma mulher negra, com filhos, pedindo esmola, pensava que era a minha mãe e meus irmãos que estavam ali. E essa minha busca só cessou aos 16 anos, quando, enfim, consegui localizar a minha mãe. No bairro, todo mundo sabia que eu era adotada e quem era minha mãe, mas ninguém tinha coragem de dizer. Segundo informações, ela tinha uma vida “irregular”. Acabei descobrindo minha mãe numa favela, no Jardim Campanário. Esse encontro com a minha família de origem foi um choque... não um choque por conhecê-la, mas

a dor de ver o grau de sua miséria. A partir daí, segui a minha vida: trabalho, ajudo minha família, até hoje. Minha mãe de criação já morreu, meu pai de criação, meu pai biológico, todo mundo já se foi... E aí começo a trabalhar dentro da Febem, depois no Tribunal de Justiça, por 15 anos, e também no movimento social, Movimento de Diretos Humanos, tratando da questão racial. Então, o que eu resgato da minha história de vida? E como vejo o papel da Psicologia? Quando a gente fala da questão da responsabilidade ética do profissional da Psicologia, percebo a dificuldade que têm os psicólogos de lidar com as crianças negras. Qual é o comportamento exigido da criança negra? Qual é o modelo de comportamento?

Eu defendo a adoção inter-racial, porque toda criança precisa de um lar... Quando eu era criança, via a diferença de cor, mas eu tinha um lar. Eu sou filha de duas mulheres muito corajosas, uma por ter me dado para a adoção e a outra por ter me adotado.

E, a partir daí, nos perguntamos: como é essa questão da adoção, do ponto de vista racial, e qual o modelo de criança no Brasil? As revistas Crescer, Pais e Filhos, Filhos, Vou ser mãe só apresentam crianças brancas e loiras. No imaginário construído da juventude e infância nesse país só existem crianças brancas e loiras e as crianças negras são os famosos “de menor”. Como é que vou adotar um “de menor”. O que encontramos na Febem? Vocês podem me pedir para ir a um presídio, a um manicômio, mas não me peçam para ir a uma casa que tenha crianças para ser adotada, em um orfanato, porque não tenho condições emocionais para entrar. Lá, há um número imenso de crianças negras que não são adotadas, porque na hora de escolher... “Ai, porque eu quero...”; “Ai, porque o cabelinho... vai ficar duro depois, né?; E o narizinho?; Ai, vai ficar beijudo”. Você está entendendo? Elas fogem daqueles padrões que estão no imaginário dos pais que não podem ter filhos; para eles, a criança ideal é branca, porque imaginam que essa criança é o modelo que a sociedade aceita, quer dizer, o modelo ideal determinado neste país. E aí, esse ideal fere a sensibilidade da criança que não se identifica com ele. Vejo o esforço sobre-humano de muitas mães que adotam crianças negras para transformar essas crianças em brancas. Elas nunca vão ser brancas, nem vão ter o comportamento dos brancos, porque existe uma característica genética que determina o comportamento dos negros, que é diferente do comportamento dos brancos. Ora, somos de outra etnia, outro continente... Nosso comportamento nos diferencia. Ao mesmo tempo, quando a questão do conflito racial sai da esfera familiar do adotado e vai para a pública, temos que ouvir comentários como: “Mas espera aí, você é negra, mas a sua mãe é branca”. Então, também temos que responder pelo fato de termos sido adotados. O adotado é, ao mesmo tempo, o escolhido e o rejeitado: foi escolhido pela família branca e rejeitado pela família de origem. Na verdade, não é que a família de origem o rejeitou, e sim o processo escravagista, o

processo de desigualdade, de pobreza e de miserabilidade. A falta de políticas públicas para a área social, no que diz respeito à infância e à juventude, nesse país, sempre foi relegada e tratada como caso de polícia! A adoção não pode estar nas mãos do Poder Judiciário, um juiz não deveria determinar se eu devo ou não trocar meu nome! Um juiz não poderia, de forma alguma, definir quais serão as minhas necessidades básicas! Isso não pode passar pela esfera da justiça, pois ela transforma o indivíduo num processo, num monte de papel que não tem vontade própria. E aí, a responsabilidade do técnico é fundamental. Até porque os psicólogos e os assistentes sociais não receberam uma formação da escola, até pela tradição, que lhes oferecesse condições de entender os conflitos raciais de forma a considerar que quem os vive são seres humanos. Antes de ser negro ou branco você é um ser humano, portanto, dotado de capacidades, inteligência, uma série de coisas.

Muitas famílias pobres, sem terem um determinado poder aquisitivo, gostariam de adotar uma criança, mas, se não preencherem certos requisitos, não podem. Concordo que não se pode tirar uma criança da Febem e colocar num quarto, cozinha e banheiro do lado de fora, mas o governo o Estado pode estimular e apoiar as campanhas de adoções. Vivemos num país onde se semeia bandidos e, depois, se pretende colher cidadãos. Se existirem campanhas, veiculadas nos comerciais de televisão, que tiverem, como base, o princípio da igualdade e se as crianças puderem se reconhecer nos brinquedos e nos livros escolares, o princípio da igualdade estará tão bem colocado que não teremos problemas mais tarde, no futuro, de inserir essa pessoa no contexto social. Então, quando se discute a adoção, eu defendo amplamente uma grande cam-

**Para eles, a criança ideal é branca,
porque imaginam que essa criança
é o modelo que a sociedade
aceita, quer dizer, o modelo ideal
determinado neste país.**

Deise Benedito

panha nacional em apoio à adoção inter-racial. Não adianta fazer um programa como o Criança Esperança. A esperança é aquele monte de pretinho no palco, sofrendo, não se dá a eles a alternativa da adoção. Se cada família, hoje, com renda acima de R\$ 2.500, R\$ 3.000, quisesse adotar uma criança, e o governo incentivasse e apoiasse esta atitude, precisaríamos diminuir as vagas na prisão. Porque essas crianças vão crescer, vão para a rua, para o crime, e aí a responsabilidade social fica por conta de cada um de nós.

Cristina Maria Brites

Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela PUC/SP, na ocasião do evento era professora da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP. Atualmente é professora da Universidade Federal Fluminense em Rio das Ostras - RJ

Na verdade, embora eu não trabalhe com adoção, acredito que posso contribuir com esse debate, na medida em que pretendo realizar uma discussão sobre preconceito racial, a partir dos fundamentos da ética e da ética profissional, tendo em vista que o assistente social, bem como o psicólogo, é um profissional que atua como perito, emitindo parecer nos processos de adoção.

Proponho, assim, uma discussão inicial sobre os fundamentos da ética. Quando falamos em ética, falamos de uma condição de existência do ser social. Estamos dizendo que o ser social, homens e mulheres, são sujeitos éticos à medida que são capazes de olhar para a realidade social de forma valorativa. Isso significa reconhecer que somos capazes de atribuir valor às coisas, às pessoas, aos comportamentos, às relações, ou seja, a todos os aspectos da realidade. Essa condição de existir eticamente contribui para que nós, seres sociais, sejamos livres e possamos construir relações livres, o que implica escolhas. Essa capacidade do sujeito ético é um elemento que permite, na esfera do ser social, a construção do novo, e também ampliar o campo dos direitos e, portanto, o campo da liberdade, que é sempre histórica e relativa às condições sociais e subjetivas. Portanto, a ética não é absoluta e implica escolhas e responsabilidades. É essa condição de sujeito ético que traz a possibilidade de transformação da realidade, de construção de alternativas para responder às necessidades históricas postas pela realidade social.

E por que isso é importante para nós quando estamos pensando sobre o preconceito, especialmente sobre o preconceito racial, que é tema deste encontro? Consideramos a ética como condição da existência humana, pois só o homem é capaz de atribuir valor e fazer escolhas livres e conscientes, construir o novo, e também porque a ética, do ponto de vista teórico, é uma reflexão de natureza filosófica sobre a moral, e, nesse sentido, ela se coloca como um instrumento teórico-prático para o enfrentamento das formas de preconceito, de injustiça e de discriminação existentes na realidade social. Por isso, consideramos a ética nessas duas dimensões, como capacidade humana e como reflexão teórica sobre as escolhas, os comportamentos, os valores morais que se realizam objetivamente no âmbito das interações que constituem as relações sociais.

Por que isso é importante, principalmente para nós, assistentes sociais e psicólogos? Claro que também é importante para outros profissionais, mas chamo a atenção aqui para as áreas do Serviço Social e da Psicologia porque, quando analisamos a realidade brasileira, identificamos que

se trata de uma realidade profundamente desigual, cuja determinação é econômica e política. Essa desigualdade, de natureza econômica e política, se reproduz no âmbito da cultura, dos valores, da moral e das formas de representação nas esferas da democracia e do ordenamento jurídico. No caso da realidade brasileira, é possível dizer que temos uma democracia representativa, mas não uma democracia racial. O Poder Judiciário tem a função de analisar e decidir sobre os processos de adoção, com base nos pareceres elaborados por Assistentes Sociais e Psicólogos, e essa decisão interfere na vida das pessoas envolvidas no processo. Nesse sentido, é importante pensar que, embora os profissionais de Serviço Social e da Psicologia prestem serviços no âmbito das organizações públicas e privadas, são profissões consideradas liberais e que, portanto, têm um Código de Ética Profissional, cujos fundamentos expressam uma concepção de homem e de sociedade, que orienta sua normatização ética, e que, ao mesmo tempo, expressa um determinado projeto de profissão, cuja direção social indica seus vínculos com determinado projeto de sociedade. Por isso, penso que é importante considerarmos a atuação profissional dos Assistentes Sociais e dos Psicólogos no âmbito do Poder Judiciário em uma perspectiva ética, pois, à medida em que atuamos como técnicos, a nossa intervenção profissional tem, necessariamente, uma dimensão ética e política. Ou seja, o resultado de nossa atuação profissional provoca conseqüências na vida de outras pessoas, portanto, implica uma responsabilidade ético-política.

Nesse sentido, ao discutir a participação do Serviço Social no âmbito do Poder Judiciário, entendo que é preciso reconhecer que se trata de uma atribuição técnica, ética e política, que visa subsidiar a decisão do Juiz para determinadas expressões da questão social, cujas respostas sociais e profissionais são construídas com base no ordenamento jurídico socialmente definido. A ética profissional não está descolada da ética social, porque cada sujeito profissional é, ao mesmo tempo, um sujeito ético, que por meio do processo de sociabilidade incorpora valores que são reproduzidos na escola, na família, nas instituições religiosas e nos diferentes grupos e segmentos nos quais se realiza o processo de sociabilidade dos indivíduos sociais. Nesse sentido, a atuação profissional dos indivíduos sociais é matizada por referências, princípios e valores assumidos pela categoria profissional e por referências, princípios e valores incorporados por intermédio do processo de sociabilidade desses indivíduos. Por isso, no âmbito da atuação profissional, a reflexão ética sobre

o significado dos valores e da moral é fundamental para uma consciência crítica acerca deles, ou seja, para a superação da incorporação e reprodução acríticas desses valores. A reflexão ética permite uma análise crítica sobre os valores, as escolhas e as respostas profissionais, análise que indica se os valores, as escolhas e as respostas profissionais contribuem para a afirmação ou para a negação de direitos sociais e de cidadania. Numa sociedade desigual como a nossa – na qual não há uma democracia racial – violenta, cujas causas não são enfrentadas no campo da democracia pela explicitação dos conflitos, e na qual o preconceito é reproduzido, muitas vezes, de forma velada, a reflexão ética é um instrumento teórico-prático para o exercício profissional. Então, quando consideramos os processos de adoção, por exemplo, pode ocorrer de o profissional responsável pela elaboração do parecer, sem que tenha consciência crítica disso, reproduzir os mecanismos de desigualdade e de discriminação que fazem parte da nossa cultura. O processo de adoção, em si, já é bastante complexo, multifacetado, implica a articulação de vários conhecimentos

Em uma sociedade miscigenada e composta por uma diversidade cultural e étnica, não deveríamos valorizar a adoção inter-racial, na perspectiva de promover a convivência com o diferente, com a diversidade e na perspectiva da democracia racial?

Cristina Maria Brites

e tem, como finalidade, a afirmação dos direitos e da atenção integral das necessidades das crianças e dos adolescentes. No entanto, como a realidade social é contraditória e desigual, a análise realizada pelo profissional sobre determinada situação pode, em vez de afirmar valores universais, éticos e pautados nos direitos, ser orientada por valores morais ou mesmo por preconceitos. Quando uma criança ou um adolescente está em processo de adoção é porque já ocorreu alguma ruptura em seu processo de sociabilidade, portanto, em certo sentido, já existe uma situação de vulnerabilidade para a proteção integral, no sentido de afirmação de direitos. Assim, trata-se de uma situação complexa, já que o processo de adoção pode ter sido desencadeado por uma série de determinações. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma a responsabilidade social das várias instituições com relação à proteção da criança e do adolescente e, nesse sentido, o desejável é que ela fique sob os cuidados da família de origem. No entanto, a ausência desta condição e a indefinição

quanto ao destino da criança podem retardar o processo de adoção e afetar as condições necessárias para o seu desenvolvimento, já que, sem o acolhimento de uma família, a criança pode se tornar uma “criança institucionalizada”. A nosso ver, o ECA coloca as bases da responsabilidade da sociedade sobre as condições necessárias de proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente, e a efetivação de suas diretrizes e princípios contribui para o desvelamento das relações, muitas vezes de perversidade, que são decorrentes da desigualdade. A adoção atende tanto as necessidades e ao direito de proteção da criança quanto às necessidades da família que pretende realizar a adoção, tendo em vista o desejo de paternidade e de maternidade. Por isso, a nosso ver, esse processo deve ser transparente e levar em consideração a condição dos sujeitos éticos envolvidos, tanto da criança quanto da família, especialmente quando consideramos que, em nome das “melhores intenções” e da “proteção”, muitas crianças desconhecem sua condição de filho(a) adotivo(a). Penso que, do ponto de vista profissional, os Assistentes Sociais e os Psicólogos, envolvidos no processo de adoção, devem discutir com as famílias o significado da omissão dessa informação para as crianças adotadas e as estratégias que podem ser utilizadas para tornar esse processo transparente. Outro elemento que pode interferir nesse processo é a condição econômica da família que pretende adotar uma criança ou um adolescente. Embora a condição econômica não seja um critério impeditivo para que uma família possa adotar uma criança, muitas vezes, os profissionais responsáveis pela análise do processo, com base em orientação de valor, atribuem um peso diferenciado em relação à condição econômica da família, pois considera que é melhor para a criança ser adotada por uma família que apresente melhores condições econômicas. No entanto, embora a condição econômica deva ser considerada, ela não pode ser priorizada em detrimento de outros critérios, como, por exemplo, as condições de acolhimento afetivo da criança por parte da família. Desse ponto de vista, cabe, também, discutir a responsabilidade do Estado para garantir, às famílias, as condições necessárias, por meio de uma efetiva rede de proteção e de serviços, que assegurem o direito de proteção e de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, sejam elas adotadas ou não. Nesse sentido, uma análise que leva em consideração apenas as condições econômicas da família pode ser uma forma de reprodução do preconceito, nesse caso, do preconceito de classe. Outro elemento, que a meu ver não tem sido discutido pelos profissionais que atuam nos processos de adoção, diz respeito à adoção inter-racial. Na maioria das vezes, em nome da proteção da criança – para que ela futuramente não seja discriminada – a adoção é orientada na perspectiva de garantir a inclusão da criança em famílias com o mesmo perfil étnico. Assim, para uma criança negra, procura-se, quase sempre, uma família negra; para uma criança branca, uma família branca, e sempre em nome da proteção da criança. Qual o significado dessa orientação em

uma sociedade como a nossa? Em uma sociedade miscigenada e composta por uma diversidade cultural e étnica, não deveríamos valorizar a adoção inter-racial, na perspectiva de promover a convivência com o diferente, com a diversidade e na perspectiva da democracia racial? A nosso ver, do ponto de vista dos direitos e da proteção da criança, o que deveria ser levado em consideração são as condições de acolhimento, de afeto e de desenvolvimento que a família pode oferecer. Quais são os valores, a concepção de homem e de sociedade, que levam os profissionais que participam da análise dos processos de adoção a considerar que uma adoção inter-racial não daria certo? Essa não seria uma discussão de fundo, já que há um grande número de crianças negras em processo de adoção e um grande número de famílias brancas que querem adotar uma criança? Em nome da proteção da criança, não há uma reprodução do preconceito racial que está presente em nossa sociedade, em nossa cultura?

Para finalizar, proponho que pensemos sobre o significado da existência ética, sobre nossa condição de sujeitos éticos, portanto, capazes de fazer escolhas valorativas, o que significa recusar a falsa neutralidade da atuação profissional, pois, ao elaborar um parecer, os profissionais não são apenas

técnicos, mas sujeitos éticos que fazem escolhas valorativas. Nesse caso, a reflexão ética contribui para que, ao elaborar uma análise sobre uma dada situação e ao emitir um parecer, o profissional tenha consciência de que está oferecendo elementos para subsidiar uma decisão que irá interferir na vida das pessoas envolvidas. Ela também contribui para que o profissional reflita sobre os seus valores, se pergunte em que medida sua análise foi baseada ou não nos valores e princípios éticos defendidos por sua categoria profissional e pelo campo dos direitos que apontam para a concepção de proteção das crianças e dos adolescentes. Por exemplo, o Código de Ética dos Assistentes Sociais afirma a liberdade como valor ético central, defende a democratização da política e da riqueza socialmente produzida e o compromisso com a eliminação de todas as formas de preconceito e de discriminação – seja por condição de classe, étnica, de gênero ou de orientação sexual. Como assegurar a realização desses valores e princípios nos processos de adoção se não considerarmos o caráter ético e político do trabalho profissional e das demandas colocadas pelas instituições? Na verdade, essas são provocações iniciais para o nosso debate, pois considero importante pensarmos sobre esses elementos.

Debate

JÚLIA ROSEMBERG: Eu sugiro que a gente abra para o debate e faça bloco de três perguntas para que a mesa possa responder.

PESSOA DA PLATÉIA: Sou assistente social e gostaria de fazer uma pergunta para a Ana Maria. Nessa sua pesquisa, você só observou o aspecto racial ou também uma outra questão preocupante, que é o das crianças mais velhas, acima de oito anos, que também têm dificuldades de serem adotadas?

PESSOA DA PLATÉIA: A Ana Maria disse que os pretos adultos não adotam as crianças pretas, não adotam os seus pares. Eu acho que podemos relacionar este fato com uma fala da Deise, em que ela diz que as crianças pretas não se vêem, nem nós a elas, em lugar algum. Então é um trabalho que tem que ser feito, sim, pelo Serviço Social, pela Psicologia, porque o fato de os pretos não adotarem os seus pares é uma forma de protegê-los. Eles não os estão discriminando ou reproduzindo a discriminação, estão protegendo-os – esse é o meu ponto de vista. O casal não quer que essa criança venha a sofrer o que ele sofreu, o que a gente sofre. É mais um comentário.

PESSOA DA PLATÉIA: Quero fazer vários comentários e uma pergunta. Trabalho na Vara da Infância e essa questão, nesses últimos dez anos, graças ao trabalho de todo mundo, está melhorando. Não se precisa ter R\$ 2.500 mensais para adotar uma criança, a pessoa não precisa mais ser rica... Eu acho importante falar isso até para esclarecer que houve uma

mudança de mentalidade acerca das pessoas a serem cadastradas. Se fosse há dez anos, eu concordaria inteiramente com você. Tinha até um lugar, em que se exigia que se ganhasse até dez salários mínimos... Era realmente um absurdo, e era bem essa coisa: de branco para branco, de preto para preto, essa separação toda. Agora, fico pensando também nessa questão de fortalecer a adoção inter-racial e como fazer isso, porque trabalho com adoção e me preocupa o fato de alguém fazer de conta que aquele filho adotivo é branco, como era idealizado, sem ele ser branco. Nós temos o modelo dos cabelos lisos e tudo mais... eu adoro falar do cabelo porque é uma metáfora que expressa uma porção de outras coisas, então, eu acho que precisamos desenvolver melhor em nós, que estamos imersos nesse caldo cultural, essa idéia de adoção de uma criança de outra etnia. O que é adotar? É assumir outro ser com suas características. Quero falar também que, perante esse quadro de preconceito racial que é muito ruim, existem algumas reações de grupos de apoio à adoção que trabalham isso. E aí vem uma das minhas perguntas. Sou voluntária em um desses grupos, e uma das coisas que percebo é a falta de conhecimento em relação ao diferente. Por exemplo, eu não sabia, e aprendi na prática, que as pessoas de pele negra precisam passar mais óleo, precisam de mais cuidado, de creme, pois sua pele é mais ressecada, e as mães que adotam crianças

de etnias diferentes – é um exemplo bem prático – não sabem disso. São coisas assim, como tratar o cabelo etc. Essas coisas são vivenciadas. Agora, você afirmou que existe um comportamento diferente, e eu queria que você falasse mais sobre isso. Uma última observação: essa planilha é realmente horrorosa, mas existem pessoas dentro do judiciário que pensam e que têm uma postura crítica, que se manifestam contra... Existem reações, também. É só. Obrigada.

ANA MARIA DA SILVEIRA: Bem, vou responder à pergunta relacionada à minha pesquisa, sobre trabalhar com crianças maiores... A pesquisa não aborda especificamente a questão das crianças dessa faixa etária, até porque, nos abrigos, elas são negras e maiores, pois as chances que as crianças negras e maiores têm de serem adotadas são pequenas.

O máximo que pode acontecer é elas serem adotadas por famílias estrangeiras. Então, pelo menos na minha pesquisa, constatei um grande número de crianças maiores que são adotadas, mas por estrangeiros. É difícil você encontrar crianças maiores sendo adotadas por brasileiros. Portanto, acho que não dá para focarmos nossa atenção só na questão do negro. Automaticamente, quando se está trabalhando com adoção, se está trabalhando com a questão das crianças maiores, das crianças portadoras do vírus HIV – que também são discriminadas – com deficiência mental, enfim, as chamadas “crianças inadotáveis”. Creio que é impossível não tratarmos dessas questões.

Com relação ao fato do negro não adotar uma criança para se proteger ou protegê-la, se tomarmos, como base, o um grande número de crianças negras esperando pela adoção, eu pergunto: quem vai adotá-las, se o próprio negro não assumi os seus iguais? Eu acho que isso é muito complicado. Para mim, ao não adotar o negro, ele não o está protegendo. Sinceramente, eu não concordo com essa posição, embora não também concorde com essa premissa de que cada um tem que viver com os seus próprios grupos raciais, mas, se há toda essa dificuldade de eles serem absorvidos por famílias de etnia branca, deve existir um movimento que possa sensibilizar também os negros para a adoção. A gente sabe que é muito mais difícil o negro adotar, até pela sua própria condição financeira. O negro tem muito mais dificuldade do ponto de vista socioeconômico, talvez seja esse um dos critérios que acaba impedindo a adoção – embora o Estatuto diga claramente que a questão econômica, por si só, não pesa – no fim, a possibilidade de adoção acaba passando também pela questão econômica. Atualmente, os negros vêm conseguindo um poder aquisitivo melhor. Eu acho que são poucos, mas já existem algumas pessoas aí que, no meu entender, poderiam adotar. Falta um trabalho mais sério junto aos movimentos negros, um trabalho de sensibilização. É isso que está faltando mais, no meu modo de pensar.

DEISE BENEDITO: Eu vou responder, começando com uma observação relacionada à fala da Ana, que é muito interessante. Quando você estava citando a questão da característica – cabelo carapinha, cabelo liso, cabelo preto, preto-pardo, preto-

escuro, um ponto a mais, um ponto a menos – me lembrei das teorias lombrosianas. Isso é tão horrível, porque não se está identificando uma criança, e sim definindo as características criminosas daquele indivíduo: nariz largo, orelha larga, não é? É o poder de polícia, você está identificando essa criança como se ela já fosse potencialmente criminosa, um bandidinho em potencial, esse controle maldito é do judiciário.

E aí tem uma outra questão mais séria sobre os grupos de adoção. Eu já acompanhei e participei das atividades do Acalanto e do pessoal do Cecif. Sou amiga da Gabriela Schneider, então, sempre que posso, divulgo as atividades que são feitas por eles, pois acredito que formam um dos grupos mais revolucionários no que diz respeito à questão racial. O Acalanto tem um trabalho extraordinário. Quando falei que o comportamento da criança negra é diferente, quero deixar claro, veja bem, que criança é criança, só que essa tem um histórico, antecedentes familiares. Quem é a sua mãe e seu pai? Se tivermos alguma informação, na medida do possível, ela vai nos ajudar a entender o comportamento dessa criança. Tem que se observar o histórico, porque vai chegar um dia, isso é muito natural, que ela vai se rebelar; parece que todos os adotados se rebelam aos 16 anos. E então saímos em busca da família de origem. Esse é um problema que sempre preocupa a família que está adotando: “Ah, e se um dia ele quiser descobrir quem é a sua mãe? O que a gente faz?”. Eu sempre defendi a verdade, por mais que ela doa para a mãe adotiva: “Diga a verdade”, porque o adotado tem o que eu chamo de “fidelidade canina”: ele reconhece aquele que o acolheu, que o adotou, que lhe deu amor. Por mais que tenha curiosidade de conhecer de onde saiu, ele vai voltar para a sua casa. Foi o caso do Pedrinho. Ele reconheceu aquela mulher... Ela pode ter cometido um crime, seqüestrado filhos que não eram dela, mas aquela mulher tinha um amor inestimável dentro de si, e ela mereceria o perdão. Ela fez aquilo com muito amor. Foi um ato de amor. Ela tinha amor para dar. Ela queria mesmo ser mãe e foi... E todos nós somos passíveis de cometer qualquer crime. Não podemos aqui entrar no mérito do julgamento, mas eu acredito que, nessa questão, principalmente nessa questão da família de origem, há um grande entrave... “Mas, quando crescer, vai procurar a mãe, vai querer saber dos irmãos...”. Vai! Isso vai! Não importa se ele foi adotado por uma família negra ou branca... A verdade, seja ela qual for, deve ser dita. Não se tem que temer a verdade. E outra, essa criança tem que ter um acompanhamento psicológico sim, mas um acompanhamento psicológico adequado, que entenda que ela não traz as características dos seus pais adotivos, pois há, o tempo todo, aquela expectativa de que ela vai se moldar ao pai e à mãe adotivos. Isso não acontece. Esse comportamento amoldado não vai acontecer. Tem pessoas que dizem: “Ah, mas, com a convivência, eles acabam se parecendo com os pais adotivos, sim”. Eu fui adotada porque minha mãe andou comigo no colo, batendo de porta em porta. Senão, se eu tivesse ido parar na Sampaio Viana, no Pacaembu, eu

seria mais uma na fila dos que não seriam adotados. Então, graças a Deus, minha mãe andou comigo, batendo de porta em porta. Senão, talvez, eu não estivesse aqui hoje, com vocês, e sim num presídio ou com um filho na Febem, qualquer outra coisa. Eu deixei de ser um prontuário porque a minha mãe tomou essa atitude. Eu não preencheria jamais os requisitos exigidos por esse modelo de adoção. Agora, quando você pergunta: “O que nós podemos fazer?”. Conforme a Ana falou aqui, nós podemos pressionar o governo federal, o pessoal dos Direitos Humanos, chamar o governo Lula, conversar com as pessoas, com o Ministério da Ação Social, Secretaria de Direitos Humanos, Condanda, Unicef... A idéia de campanha de adoção inter-racial é muito séria, sim, para se começar a sensibilizar as pessoas. Em relação à questão do dinheiro, as famílias negras têm dificuldades financeiras, sim, pois são essas famílias que dão seus filhos para a adoção, e fazem isso não por não gostarem de seus filhos, e sim porque vêem a possibilidade de, dessa maneira, garantir, para ele, um mundo melhor. Defendo a adoção por estrangeiros porque eu já estive em Genebra e vi como são as crianças negras que estão fora do Brasil – aqueles que não vão lá para o tráfico de órgão, né? Para os que conseguem uma família, temos que dar graças a Deus, porque eles saíram desse estado de miséria. Então, eu acredito que as ações devem ser conjuntas. Dá para organizarmos algumas atividades em nível federal, até para exigir posturas e responsabilidades daqueles que realmente são os responsáveis pelas nossas crianças. Defendo a adoção. Quando tiver condições, pretendo adotar, porque, se eu tive um lar, é justo que eu também ofereça um lar, até para que, um dia, ele possa dizer: “Eu tive um lar de alguém que passou pelo que eu passei”. Fica até mais fácil, porque nós, adotados, nos conhecemos pelo olhar, sabemos alguns segredos íntimos que só nós temos.

CRISTINA MARIA BRITES: Não recebi perguntas, mas queria falar um pouquinho. No início da minha fala, eu coloquei a condição do sujeito ético exatamente para a gente pensar algumas coisas que eu acho que apareceram na pergunta. Não podemos esquecer que, é claro, para modificarmos as várias formas de preconceito racial, dependemos de mudanças estruturais, inclusive as que vão afetar a forma como a cultura reproduz ou não esse preconceito. Falo aqui do técnico e da responsabilidade dos profissionais, e remeto essa responsabilidade ao Código de Ética, ao projeto de sociedade, porque, muitas vezes, reproduzimos todos os mecanismos de dominação e de discriminação que fazem parte do ordenamento moral e cultural da sociedade e do Poder Judiciário. Mesmo o ECA e todas as formas normativas, as leis que garantem os direitos, precisam ter um princípio universal, pois estamos falando do público, da cidadania. O critério e o princípio têm que ser universais, porque senão eles perdem a sua natureza de direito ético e a sua dimensão de cidadania. No entanto, sabemos que, numa sociedade desigual, a aplicação de um critério universal não necessariamente gera igualdade ou uma condição de liberdade.

Nesse sentido, os profissionais, especialmente do Serviço Social e da Psicologia, têm a responsabilidade de mostrar que no interior desse ordenamento jurídico tem uma lógica patriarcal, machista, elitista, que é aplicada por sujeitos éticos com uma dada origem de classe, uma dada condição étnico-racial, uma dada cultura, e que, de alguma forma, podem estar ali, às vezes, devido a uma ausência de crítica dos seus próprios valores. Portanto, é importante discutirmos isso, porque, no Brasil, há um discurso sobre o respeito e a cidadania, mas uma prática da intolerância. E aí podemos pensar nas várias formas de preconceito. “Eu não tenho preconceito racial” – alguém diz. No entanto: “Ai da minha filha, ou do meu filho, se for namorar um negro...” “Eu não tenho preconceito com relação à orientação homossexual, desde que isso não aconteça na minha casa, desde que não seja a minha filha...”. Então nós adotamos esse movimento ambíguo de não enfrentarmos a diversidade, a diferença, e, quando nos deparamos com ela, não a enfrentamos, só a toleramos. “Eu aceito, desde que longe de mim.” Estou falando de mecanismos tiram a nossa capacidade de existência ética, é isso que vivemos na realidade brasileira. Não somos sujeitos éticos, porque somos incapazes, em muitas situações, de conviver com a diferença, com a diversidade, e mais, muitas vezes, reproduzimos acriticamente esse modelo de desigualdade e discriminação. Eu só queria dar mais um exemplo, que vale para brancos e negros. É muito difícil ser negro nesse país e construir uma identidade étnico-racial, porque há uma estética que exige um tipo de beleza que não é a negra, uma condição social cujo padrão é branco. Nós também devemos reconhecer

Os profissionais, especialmente do Serviço Social e da Psicologia, têm a responsabilidade de mostrar que no interior desse ordenamento jurídico tem uma lógica patriarcal, machista, elitista, que é aplicada por sujeitos éticos com uma dada origem de classe, uma dada condição étnico-racial, uma dada cultura

Cristina Maria Brites

isso quando enfrentamos a realidade. Sabemos que a maioria da população que está na linha da pobreza ou excluída do ponto de vista econômico, político e social é negra, e isso já é um grande impedimento. Mesmo que não seja, ele pode se tornar um critério definidor, pela visão do técnico etc., e também há

a dificuldade, às vezes, de se construir uma identidade. Assim como não é fácil – isto é uma outra coisa que não podemos esquecer – entender o que significa a adoção para os casais que não puderam ter filhos. Se observamos a nossa sociedade, há um preconceito em relação às mulheres que não querem ser mães. Parte do preconceito em relação aos gays vem disso, porque nossa cultura é alimentada pela visão judaico-cristã de mundo, que é assim: casamento para procriação. Você começa a namorar, fica noivo, se casa... As exigências sociais em relação a isso são: “Quando é que você vai ter um filho?”. As pessoas são acusadas por não contribuírem, e são taxadas de egoístas etc. Por isso, a situação é muito difícil também para o casal que está adotando, é como se admitisse uma espécie de fracasso: “Não conseguimos realizar aquilo que é tão divino, tão sacralizado, que é exatamente a reprodução da vida”. Então, a mentira, em torno da adoção, passa pela relação de preconceito que a sociedade tem em relação àqueles que “fracassaram”, vamos chamar assim.

PESSOA DA PLATÉIA: Eu sou educadora de rua e trabalho com crianças e adolescentes nessa situação. A Cristina falou que é difícil ser negro. Tanto é difícil que a estamos vendo o número de negros que estão aqui, assistindo a essa palestra, que tem tudo a ver com a nossa história, com o nosso povo. E essa não é uma ausência recente. Eu já fui a outras palestras, sobre esse mesmo tema, e a ausência de negros é muito grande. É muito difícil ser preto. Então, como não considerar isso na hora da adoção, não é? As famílias e crianças que estão em situação de rua – inclusive estamos fazendo um levantamento sobre esses dados – são pretas e pardas. Há uma estrutura para que isso continue assim, na verdade. E eu até queria perguntar para a mesa, de maneira geral, o que fazer com tantos pretos e pardos que estão sem possibilidade de serem adotados, e vão continuar ali? Os abrigos não têm infra-estrutura e pessoal para dar conta dessas crianças, nem para os que continuam lá. Assim, fico pensando na possibilidade de trabalhar com essas famílias, porque as que trazem suas crianças para a rua, que acabam levando para a adoção ou para os abrigos, precisam ser amparadas. Falamos da criança em momento de adoção e não vamos para trás, é preciso amparar essas famílias para que isso não ocorra. Quero colocar para vocês essa possibilidade. Esses dados que você trouxe, foi maravilhoso o levantamento do número de meninos. Nós também temos dados que, somados, dariam um “projeto”... Também quero fazer uma pergunta para a Deise sobre essa questão da adoção inter-racial que ela incentiva. Já que você nos contou a sua história, como foi a relação com a sua mãe adotiva, no sentido de tratar da questão racial?

PESSOA DA PLATÉIA: Eu sou do Viva o Centro, na área de Promoção Social. Eu escutei a colega dizendo que não sabe porque os negros não estão presentes aqui. Qualquer pessoa que ler, no folder, “Humilhação social faz sofrer...” vai entender. Estar presente aqui é uma humilhação social. Outra preocupação minha é que um colega da mesa disse que o

comportamento do branco é diferente do comportamento do negro. Para mim, comportamento é um produto cultural. Temos Zeca Pagodinho e Beth Carvalho, que são verdadeiros negros na maneira de ser, por outro lado, há, por exemplo, um prefeito de São Paulo chamado Paulo Lauro, o primeiro prefeito negro adotado por uma família branca, e o último prefeito de São Paulo, que são perfeitamente brancos no modo de conduzir as coisas, de entender a vida. Portanto, o preconceito é um produto cultural, não tem nada a ver com um problema biológico, fisiológico. Outra coisa também: a outra colega da mesa falou sobre sujeito ético. Eu vi um processo na Vara de Pinheiros, em que uma criança negra foi adotada, à revelia, por uma família de negros, a mulher era um pouco mais clara e o pai, negro. Eu acompanhei todo o desenrolar do processo, porque eu também advogo, e vi como o judiciário, por meio de seus profissionais – assistente social e psicólogo – patrulhou a família negra. Às vésperas do natal, eu estava lá para despachar com o juiz e observei uma família de suecos, falando inglês, que não passaram por qualquer triagem e levaram a criança. São coisas como essas que nos deixam preocupados. Onde está o aspecto ético e onde está a revolta desses profissionais? Ao contrário, eles deixam um casal de estrangeiros vir aqui e levar a criança negra, imaginando que ela será bem tratada fora daqui. Essa é uma indagação minha. É preciso lutar contra isso. Na minha opinião, o problema do negro é muito mais social do que racial. Enquanto não se resolver o problema do equilíbrio de receita, de renda, nós podemos fazer de tudo, mas o preconceito não vai sumir, o preconceito é um produto social muito sério, muito sério! Precisamos mergulhar muito mais nas desigualdades sociais. Eu, por exemplo, vejo algumas crianças negras tratadas por famílias brancas, que esquecem a cor das crianças, esquecem. E vejo muita família negra que tem preconceito contra pessoas de etnia branca. Por isso, eu acho que o problema é social mesmo. Ainda não se falou, nessa casa, a respeito das cotas, sobre o impacto social que esta medida pode causar. As cotas têm a finalidade de mostrar que alguém tem muita culpa, mas eu não acho que ela resolva o problema. O que vai resolver o problema é uma reparação muito mais séria do que essa. As cotas são um perigo para o próprio negro. Elas precisam ser reanalisadas ... Temos que ver como é que vai funcionar isso na cabeça dos negros, não dos outros, porque são os meus filhos, os meus netos que vão passar por isso. Obrigado.

PESSOA DA PLATÉIA: O meu nome é Júlio. A Cristina estava falando da questão da normatização ética, ou normalização ética, e ao meu ver, conceitualmente, tem um paradoxo aí que é o de pensar, dividindo os conceitos, em ética como questionamento, reflexão, transformação e normalização, algo que permanece, não muda. A normalização é algo que atinge um patamar e as pessoas tentam alcançá-lo. Não dá pra pensar em ética como algo que transcende essa normalidade, ou teria que ter outro nome? E como isso poderia contribuir para diminuir a questão da desigualdade e da discriminação?

CRISTINA MARIA BRITES: Eu falei em normatização, e não em normalização. Não era a idéia de normal, ou seja, do que é normal ou anormal. E eu me referi à normatização ética quando eu estava falando do Código de Ética Profissional, tanto do Serviço Social quanto da Psicologia, porque, de fato, a ética profissional não se restringe ao Código. O Código é apenas uma dimensão normativa da ética. Era nesse sentido que eu estava usando a palavra, porque ele é um Código e, na verdade, deve conter alguns princípios, alguns deveres e alguns direitos em relação ao profissional, e do profissional com relação a outros profissionais, com o seu usuário, com o empregador... Então, nesse aspecto, um código de ética é normativo, ele coloca os deveres e os direitos. Agora, é claro, exatamente pela ética não se restringir ao seu aspecto normativo é que ele não pode ser uma receita, não é um livro de receitas. Ele dá diretrizes, princípios, e só tem sentido sob o ponto de vista ético e político; se for analisado a partir das condições objetivas dos sujeitos e das relações, então tem que sempre ser contextualizado. Até por isso é que muitas profissões modificam os seus códigos quando entendem que eles não atendem mais às necessidades da realidade social. Isso vale para os códigos de normatização, assim como para a lei. Muitas leis são superadas, mediante uma análise da realidade. Então, se determinada lei não responde às necessidades objetivas daquela realidade, a realidade foi transformada, então é preciso criar um outro tipo de norma que responda àquelas necessidades. Aliás, este é o objetivo último da lei. A lei existe como critério universal para atender às necessidades objetivas e democráticas da maioria, do público. Por isso também a lei se transforma. Eu não sei se respondi. Então, nesse sentido, não teríamos um paradoxo. Agora, é claro que eu tenho que pensar a ética para além da norma, porque foi exatamente este o caminho que eu construí na minha fala. Eu devo primeiro pensá-la como uma condição de existência do sujeito, como condição ética, que é uma capacidade humana de atribuir valor e de construir direitos, a noção de liberdade etc... E aí, retomando...(uma questão), por que eu sou mais cuidadoso, mais criterioso com uma família negra do que com uma família branca? Qual é o princípio que está orientando a minha ação? É óbvio que, quando falamos de adoção, de uma política e do destino de uma criança, precisamos ter mecanismo, sim, de controle, de acompanhamento, afinal, estamos entregando uma criança para uma família, e é claro que essa família tem que responder a determinadas exigências do ponto de vista afetivo e material. E quando isso falta, o Estado e a sociedade deveriam oferecer apoio para aquelas famílias que querem adotar e não têm condições materiais para isso, uma política nesse sentido seria fundamental. Os grupos de apoio têm feito muito isso e tem outras experiências de famílias de apoio que poderiam ser incentivadas com políticas. Agora, é óbvio que uma situação ideal seria a transformação da estrutura da sociedade para que a gente tenha uma ação de proteção social que impeça, na verdade,

que crianças e adolescentes sejam abandonados, não por opção de sua família, e sim por necessidade. E, nessa discussão, sempre temos que tomar muito cuidado para não tornar nada absoluto, pois não se trata de um abandono total. A discussão dever ser exatamente sobre “quem é esse sujeito ético? Quem é essa mãe que entrega uma criança para adoção? Quem é essa criança? Quem é essa família que está procurando adotar?”. Esse é o papel do profissional, contextualizar este sujeito ético e contribuir para que a escolha que ele está fazendo seja motivada e acompanhada de responsabilidades, que ela seja, inclusive, interpretada para ele, que ele também consiga rever o que o está movendo. É uma culpa? O que é? Esse é o trabalho do profissional, também, desconstruir toda aquela idealização em relação ao casal que procura, à família que procura pelo ideal... Também concordo que a questão da desigualdade econômica e política dos negros tem uma relação com a estrutura da sociedade, mas sabemos que o corte étnico-racial é fundamental, porque a sociedade – e você usou alguns exemplos – deixa de reconhecer o negro como um diferente quando ele tem uma ascensão social. Ouvimos falar aquela coisa horrorosa e detestável, que dói na alma: “Ele é um negro de alma branca”. Do que estamos falando? Estamos falando de alguém que teve uma ascensão social e que passa a ser aceito pela sua condição de classe. Está tudo misturado... Agora, de fato, quando tratamos da diversidade étnico-racial, do gênero, das orientações sexuais, essa diversidade só se coloca numa condição de igualdade quando as pessoas têm a oportunidade de participação, e aí me refiro à participação na riqueza material, na vida política, no acesso... é tudo junto, está tudo muito misturado. Portanto, acabo aceitando o outro não por ser diferente de mim, e sim por ser da minha classe social ou por participar do mesmo meio... Tudo isso precisa ser mudado. Com relação à política de cotas, acredito que o Movimento Negro tem um acúmulo sobre isso. As políticas afirmativas são importantes. Elas não vão definir, nem têm que ser analisadas como uma compensação ad eternum, mas podem ser, sim, uma forma de enfrentamento da desigualdade. Ela é afirmativa na medida em que coloca e torna pública essa desigualdade, já que é fato, os negros não estão na universidade...A cota não vai solucionar, mas torna público o conflito, acaba trazendo para a sociedade a possibilidade de ela pensar na afirmação, sim, de determinados direitos dos quais ela não está se dando conta. No entanto, não acho que vá resolver. Acho que ela pode ser transitória, pois, na verdade, sabemos que o que interessa é a mudança na base, que todos tenham acesso ao ensino fundamental e que cheguem em igualdade de condições para a universidade. Mas, enquanto isso não acontece, é possível se pensar em políticas afirmativas, que reduziam, eu diria, a condição de vulnerabilidade social do negro.

DEISE BENEDITO: Sou a favor do trabalho com as famílias na questão da adoção. É necessário se trabalhar com a família do adotado e também com a família, a mãe, que deu a

criança para a adoção. É um trabalho que deve ser feito, principalmente por você, que trabalha na rua, que vê de perto essa realidade... Tem que ser feito um trabalho sério, não só assistencialista. Sobre a minha relação com a minha mãe, sobre o fato de a minha mãe adotiva ser branca e eu, negra, olha, ela não tinha qualquer problema que outra mãe natural não tivesse. Eu apanhava, era um demônio, terrível, fazia arte, entendeu? Ficava de castigo... E ela tinha uma preocupação extrema comigo, só depois que ficamos adultos é que conseguimos entender que isso é amor, cuidado, responsabilidade que uma mãe tem com o filho, de proteger e de cuidar. Ou seja, era uma relação normal, de brigas e tal, e tinha a questão do ciúmes. Minha mãe adotiva descobriu que conheci minha mãe biológica. Depois de seis anos, contaram para ela: “Olha, um domingo sim, outro não, ela faz compra e leva lá no barraco da mãe dela”. Eu quis matar quem “cagüetou”! Ainda bem que essa pessoa já morreu, porque ela fez a minha mãe sofrer. Eu ia contar. Então, eu falei: “Olha, se quisesse morar com a minha mãe biológica, eu já tinha ido. Eu apenas vou ajudá-la, porque ela... Você fez uma escolha, quando me adotou, que foi um ato de amor, ela também, por amor, me deu a você para ser adotada”. E as duas tinham feito um acordo: “Você nunca mais passa aqui, não vem mais vê-la”. E a minha mãe biológica me contou que passava na rua e para me ver de longe. Ela tinha vontade de conversar comigo, mas havia o acordo de ela nunca mais se aproximar de mim. As duas fizeram esse acordo e nenhuma das duas perguntou o que ia ser de mim.. Um dia, pus as duas frente a frente para conversar. E elas choraram... Mas ficou tudo resolvido, tanto que eu cuidei da minha mãe biológica até o último dia de

Sou a favor do trabalho com as famílias na questão da adoção. É necessário se trabalhar com a família do adotado e também com a família, a mãe, que deu a criança para a adoção.

Deise Benedito

vida, assim como da minha mãe adotiva, também até o último dia de vida, que era mais do que a minha obrigação. Outro assunto colocado aqui também foi o do “xampu para cabelos normais”, né? Como meu cabelo não é normal, então, não tem xampu para cabelos considerados “anormais”. Isto serve para reforçar o que é belo e o que é bonito: cabelos normais são os loiros, que balançam com o vento, que têm movimento. Quem não tem cabelo assim não é normal, tem defeito de fabricação. Esse reforço a esse modelo estético é

uma coisa muito séria, precisamos de ser altas, magras, de olhos azuis, como se esse fosse o único modelo de beleza nesse país! Isso é terrível, é absurdo! Agora, sobre a Psicologia, eu tenho um cuidado muito grande para falar sobre isso pelo seguinte, os psicólogos que me corrijam se eu estiver errada, porque sou da área do Direito. A Psicologia é uma área nova no país, no mundo: ela começou a ser discutida a partir de 1860. Nessa época, a gente está fervendo aqui com a escravidão! Então, não dá para se exigir que hoje, amanhã, da noite para o dia, todos os psicólogos e todos os assistentes sociais entendam e sejam experts em questão racial, gente! Eu acho que não dá. Temos é que elogiar as iniciativas. Você diz que, nessa sala, tem poucos negros, ele também coloca isso, eu acho maravilhoso estarmos aqui discutindo, e não vejo tantos brancos assim, porque muita gente aqui tem antepassados no canavial, e, ainda, se pusermos alguns debaixo do sol, creio que não estaremos falando para tantos brancos assim. Tenho minhas dúvidas sobre onde está essa brancura toda, essa raça pura, ariana. Agora, acho legal estarmos nesses espaços e os brancos também, quando as pessoas não negras vêm para discutir sobre racismo, porque é um avanço. Por que nós, negros, temos que ficar no gueto? Por que os brancos têm que ficar...? Não, gente! Vamos conversar, vamos discutir, vamos avançar. Às vezes, ouvimos assim: “Olha, eu tenho uma amiga... ela é pretinha, mas ela é limpinha, viu? Ela é minha amiga!”. Se adjetivou, já não é mais amigo. A cor do seu amigo não interessa. Você não tem que justificar a cor do seu amigo, você tem um amigo. Ninguém diz: “Ah, eu tenho um amigo branco...”, “Eu tenho um amigo gay...”, “Eu tenho uma amiga lésbica...”, e sim: “Eu tenho uma amiga”. Então vamos parar com essa coisa de adjetivar as pessoas, porque é a única forma de elas serem aceitas. Eu acho isso um absurdo. Quando o assunto é preconceito social, tem algo que me incomoda: “É pobre porque é negro ou é negro porque é pobre?”. É óbvio que a pobreza, nesse país, está relacionada à etnia e à raça! Se há pobreza, lógico que a maioria dos pobres são negros. Se um garoto negro da favela e outro branco pobre da mesma favela saem na rua, a polícia obviamente vai pensar: “O neguinho vai atacar o branquinho”. Se a menina branca namora um garoto negro, e ela tem um carro, pronto, está sendo seqüestrada! Essa é a realidade! A sociedade brasileira colocou as pessoas nos seus devidos lugares, e aí daqueles que saírem deles. O moço (da platéia) falou sobre o preconceito de negro para negro. Existe o preconceito de branco para branco e o preconceito de negro para negro, e não chamam isso de preconceito: “Ah, se eu não fui com a sua cara, eu não fui com a sua cara! Ninguém é obrigado a ir com a cara de todo mundo!”, quer dizer, isso depende de cada pessoa. Agora, quando um negro ascende socialmente, o que acontece? A ascensão quer dizer chegar mais próximo do mundo do branco, do ideal de aceitação. Então, é lógico que ele não quer mais olhar para a favela de onde veio, porque lá é um lugar muito doloroso. Mas ele pode estar

em qualquer posto público ou cargo elevado, ele nunca vai deixar de ser negro; pode ter uma conta com saldo médio de 10, 20 mil por mês, se a polícia tiver que barrá-lo porque ele é negro, vai barrá-lo porque ele é negro, sim! Pode ter estudado em várias faculdades, falar 500 idiomas, vai continuar sendo negro. E esse preconceito é justamente por quê? Porque ele não quer mais olhar para o lugar de onde veio. Ele acredita que porque fez uma universidade está à altura de frequentar o mundo universitário, acadêmico, do branco. Quando ele está numa sala de aula, ele é o único negro! Então, faz um esforço tão grande para poder se sobressair, ser aceito, que começa a assimilar todos os comportamentos dos brancos, começa a se transformar num deles. São muito cruéis os mecanismos de perversidade usados pelo racismo. Portanto, é mais do que natural que esse negro, quando ascende socialmente, renegue o seu passado, afinal, foi muito doloroso ser o negro barrado pela polícia, não ter dinheiro. Ele quer apagar o passado porque agora está incluído no mundo do branco, isso na cabeça dele, porque, na verdade, não está, ele ainda vai continuar sendo visto como negro, ou seja, vai ser questionado se comprou um carro bonito, se aquele carro é dele, ou se é roubado. Agora, em relação às cotas, a única coisa que tenho a dizer, para finalizar, é o seguinte: nesse país, teve a primeira lei de cotas, que foi a do boi. O filho de fazendeiro queria estudar na Universidade de Coimbra, então eles entraram com um pedido, no Império, e lhes foi cedida a cota do boi, que consistia em dar não sei quantas cabeças de gado para se conseguir uma vaga na Universidade de Coimbra. Ninguém nunca falou nada. Aí teve a lei de 1930, 34, a primeira cota para os trabalhadores brasileiros, para beneficiar os imigrantes italianos e poloneses, brancos que já chegavam como cidadãos, para trabalhar nas empresas e indústrias brasileiras, em detrimento da população negra e branca pobre do Brasil, que não conseguia emprego. Getúlio Vargas criou essa lei que garantia 50% dos empregos aos estrangeiros e 50% aos brasileiros. Ninguém questionou nada. Depois, veio a cota, mais do que legítima, para os portadores de deficiência física, e ninguém questionou... Teve também a cota, de 30%, para as mulheres participarem da política, e, novamente, ninguém questionou. Aí se fala: “Cota para os negros... “Ai, ai, ai... Ui, ui, ui... O que é isso? É racismo ao contrário...”. Ué? Por que é racismo ao contrário? Porque são cotas e as ações afirmativas para se combater à desigualdade... Pode-se trocar a palavra “cota”, por “ações afirmativas”, está na Constituição, é legítimo, é constitucional, não inconstitucional, certo? Dizem que as cotas provocarão a desigualdade. Essa é uma questão histórica, é uma dívida histórica que o estado brasileiro tem com a população negra e indígena que deve ser levada em consideração. O trabalho dos meus ancestrais para construir esse país aqui, quem pagou? Agora, quando queremos ingressar na universidade, que é o berço da elite, do pensamento científico brasileiro, cria-se essa celeuma. Mas as cotas não deviam ser só para a universi-

dade, e sim para termos trabalho, emprego, moradia... E a gente tem que ter... É só o começo de uma reparação histórica. Não vou dizer que é esmola, não. O Brasil deve muito mais do que isso, entendeu? Eu trabalhei 15 anos no Judiciário. Quantos juizes negros nós temos? E quantos desembargadores negros? O que os barra? Não é a capacidade intelectual, e sim a entrevista: “Você é pretinho e eu vou te dar poder? Não!”. Essa é a questão, a questão do poder. As cotas representam a divisão do poder econômico e social desse país. É isso que está em jogo. E aí discute-se a meritocracia? Não é o exame do vestibular que vai dizer se você será um profissional competente ou não. É o seu padrão ético, o seu compromisso com a profissão escolhida, que vai fazer de você um profissional bom. Por tudo isso, eu defendendo a cota, a ação afirmativa, a reparação... Ainda é pouco! Foram 400 anos! Isso é só o começo de um grande processo de conscientização que tem que acontecer nesse país; não é esmola, nem servirá para acelerar a discriminação coisa nenhuma.

JÚLIA ROSEMBERG: Eu também queria fazer um comentário sobre a cota. Eu trabalho no CEERT, que é o Centro de Estudos e Relações de Trabalho e Desigualdade. Quando perguntam para a minha “chefe”, a Cida Bento, sobre cota, ela sempre diz: “De qual delas você está falando, a de 40% para os negros ou a de 100% para os brancos, que sempre teve?”. Então eu acho que a gente deve começar a pensar nisso. E concordo com a Deise quando ela diz que não tem poucos negros aqui. Fico feliz de ver brancos discutindo as relações raciais. Esta é a minha perspectiva.

PESSOA DA PLATÉIA: Eu creio que, de alguma maneira, a Cristina colocou outros tipos de preconceito, como o de orientação sexual, que também é um preconceito muito evidente hoje em dia. Eu sou psicóloga e estou atendendo atualmente uma família que está com alguns problemas em relação a isso. Uma pessoa resolveu assumir a sua homossexualidade, está com uma parceira e, em função disso, perdeu a guarda de duas crianças. Ela trouxe algumas questões da Vara da Criança e do Adolescente, quando foi atendida pelas assistentes sociais e psicólogos, sobre o preconceito. A sua mãe conseguiu a guarda de seus filhos, ou seja, a avó cuida atualmente dessas crianças. Eu falei para ela que a minha preocupação não é entrar na briga, nem pretendo defender um ou outro. Eu me coloquei à margem dessa questão. Estou preocupada mais com a sua vida, com aquilo que a está incomodando em relação à questão emocional da criança que foi trazida ao consultório, e dela, que está vivendo essa situação de perda. Há tantas perdas, e mais uma perda... Estamos trabalhando essas questões, porque, a princípio, ela dizia: “Eu quero que você me defenda. Estou aqui para que você envie um relatório me defendendo”. Depois, ela percebeu que eu devo ser imparcial. Compreendo e acolho o seu problema. Percebi que ela tem uma mãe autoritária, arbitrária, que está defendendo um modelo que idealizou

para aquela filha, mas não entrei nessa questão. No entanto, este foi um caso de preconceito que mexeu muito comigo. Vocês trabalham na Vara da Infância e da Adolescente, e nós temos o ECA, que defende a família, o papel de mãe... quer dizer, tirar essa criança arbitrariamente do convívio da família, do convívio da mãe... É muito arbitrário um juiz definir as coisas, um modelo de moral estabelecido por uma mãe, por uma família, que diz: “Quero tirar meus netos dessa mulher que não tem condição de assumi-los, por ter buscado uma orientação sexual que não é a moralmente estabelecida pela sociedade”. Vocês, técnicos, que trabalham diretamente com essa questão, me fizeram repensar isso. O ECA está aí para defender essa mãe para que ela se mantenha dentro desse papel, porque ela é mãe e está brigando pela guarda de seu filho, ela quer essa criança de volta.

CRISTINA BRITES: Essa questão é superdelicada e, ao mesmo tempo, exige uma reflexão ética. É claro que não vamos entrar na situação, não é uma análise de caso, não é uma supervisão, mas acho que nós, profissionais, temos que nos perguntar exatamente isso, o quanto a gente é capaz de ser imparcial – eu acho que essa é uma pergunta ética – quando está acolhendo uma demanda. E isso é sério, do ponto de vista da decisão judicial, que afeta o destino de uma criança, ela reproduz exatamente um modelo de família que não necessariamente corresponde às relações afetivas, de orientação sexual que a realidade coloca para nós. Por mais que se queira, não dá para separar, de alguma forma, na medida em que você está acolhendo uma mãe que resolveu assumir a sua orientação sexual, experimentar uma outra... isso faz parte da sua condição ética e da relação que ela estabelece com os filhos. Esta situação é muito delicada, até porque eu não sei

se você está trabalhando nesse caso como uma consultora... Eu não sei se você foi procurada, como profissional, para ajudá-la emocionalmente ou se está trabalhando para o Poder Judiciário. De qualquer maneira, creio que essa é uma questão que nós, profissionais, temos que nos colocar: até onde podemos ir e o que defendemos? O desafio ético é assim: “Por que eu defendo essa mãe? Quanto pesa a orientação sexual no exercício da maternidade?”. É isso que nós temos que nos perguntar. No fundo, é essa resposta ética que buscamos. E aí tem uma série de outras questões que acabam recaindo sobre a possibilidade ou não de casais gays participarem da adoção de uma criança, que é uma outra discussão que a sociedade tem que enfrentar: o que significa isso, o que significa o papel da mãe e do pai, essas referências?

Ela não pode mesmo ser exercida de um outro jeito, já que a realidade humana mostra que existe uma diversidade? E aí volta a condição ética do sujeito. É exatamente isso que é ético no homem. Nós estamos para além do aspecto biológico, e a ética faz com que a gente rompa a naturalização de tudo o que é sociocultural. É isso. A ética afirma: “Não vamos considerar a natureza”. Somos seres naturais? Claro. Essa é a nossa condição biológica. Mas somos muito mais do que isso. A nossa existência é determinada social e culturalmente. Basta observarmos a nossa condição biológica. Por exemplo, se analisarmos o ciclo menstrual da mulher, dentro de vários contextos históricos, veremos que o começo da menstruação foi determinado pelas condições objetivas e históricas. O homem lida com a sua sexualidade diferente do animal. Portanto, a ética nos dá a possibilidade de reconhecer e romper com que essa natureza, e esse fato pode gerar preconceito ou contribuir para a sua reprodução.

realização



Conselho Regional
de Psicologia SP